

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 183

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 11 DE DEZEMBRO DE 2000

ANO XXVI

## *Mesa Diretora*

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PSDB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## *Representação Partidária*

*PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gauchó - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 01: Ricardo Maia; PSC - 01: Miltinho Pupio; SEM PARTIDO - 02: Antonio Carlos Belinati, Moysés Leônidas.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 131ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
11 DE DEZEMBRO DE 2000**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Chico Noroeste e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Proposta de Emenda Constitucional:**

PROPOSTA DE  
EMENDA CONSTITUCIONAL

Artigo Único - Acrescenta artigo à Seção II, do Capítulo I, do Título III, da Constituição do Estado do Paraná.

“Art. ... - Ao Poder Legislativo é assegurada autonomia financeira e administrativa e a sua proposta orçamentária será elaborada dentro do limite percentual das receitas correspondentes aos demais Poderes, a ser fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Parágrafo Único - O recurso correspondente à dotação orçamentária destinada ao Poder Legislativo será repassado em duodécimos e ser-lhe-á entregue até o dia 20 de cada mês, corrigidas as parcelas na mesma proporção do excesso da arrecadação.”

Sala das Sessões, em 11.12.2000.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamento:

Geraldo Cartário, Edson Strapasson, Nereu Moura, Serafina Carrilho, Irineu Colombo, Orlando Pessuti, Carlos Simões, Renato Gaúcho, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Cezar Silvestri, Ademir Bier, Waldyr Pugliesi, Algaci Tulio, Moysés Leônidas, Antonio Carlos Belinati, Luiz Fernandes da Silva Litro, Beraldin, Hidekazu Takayama e Pastor Edson Praczyk.

**Requerimentos:**

REQUERIMENTO Nº 2467

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 423/2000, oriundo da Mensagem Governamental nº 035/2000, que versa sobre alterações na estrutura organizacional do Poder Executivo, compreendendo extinção de Secretarias de Estado, com absorção de atividades por outras Pastas, redefinição de vinculação de entidades da administração indireta, criação e extinção de cargos em comissão.

Sala das Sessões, em 11.12.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2454

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, obedecendo o que manda o artigo 127 do Regimento Interno, o adiamento da discussão e votação por 10 sessões do Projeto de Lei nº 081/2000, de autoria do deputado Péricles Mello, por tratar-se de matéria similar ao Projeto de Lei nº 273/99, também de iniciativa de deputado Péricles Mello, que foi rejeitado no último dia 23/02/2000.

Sala das Sessões, em 11.12.2000.

(a) NELSON JUSTUS

## REQUERIMENTO Nº 2455

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, da passagem do Dia da Bíblia comemorado no dia 10 de dezembro.

Sala das Sessões, em 11.12.2000.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

## REQUERIMENTO Nº 2451

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do senhor Leonel Guimarães, que faleceu no dia de hoje no município de Tuneiras do Oeste.

Sala das Sessões, em 11.12.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

## REQUERIMENTO Nº 2453

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do senhor Manoel Dirce de Miranda, prefeito municipal de Floresta, ocorrido nesta manhã em acidente automobilístico no trajeto de Floresta a Maringá.

Requer, outrossim, seja enviado expediente do solicitado à viúva do falecido, senhora Irene Jesualdo de Miranda, extensivo a todos seus familiares.

Sala das Sessões, em 11.12.2000.

(a) RICARDO MAIA

## JUSTIFICATIVA:

Manoel Dirce de Miranda, vulgo Dirção, foi um político proeminente do município de Floresta, tendo ocupado cargo de vice-prefeito (1983 a 1988), e foi por duas vezes prefeito de Floresta, nos períodos de 1987 a 1990, e de 1995 a 2000 (11/12/2000).

Teve um trabalho profícuo à frente daquela Prefeitura e era muito estimado e querido pelo povo de Floresta.

Participamos, nestes dois anos de nossa atividade parlamentar de seu trabalho junto ao povo de Floresta e lamentamos profundamente seu falecimento, principalmente pela maneira trágica como ocorreu.

## REQUERIMENTO Nº 2456

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a consignação em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Luis Fernando Bourscheid, ocorrido no dia 5 de dezembro de 2000, na cidade de Ortigueira.

Luis Fernando Bourscheid tinha 38 anos, era comerciante, casado com a senhora Marilei Luisa Lussani Bourscheid e deixa os filhos André Luis, Fernanda e Pedro Alfredo.

Requer ainda, que da decisão de Plenário se dê ciência à esposa do falecido à Rodovia do Café - BR-369, bairro do França - CEP: 84250-000.

Sala das Sessões, em 11.12.2000.

(a) HERMAS BRANDÃO

## REQUERIMENTO Nº 2457

Senhor Presidente.

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a consignação em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Manoel Dirce de Miranda, prefeito do município de Floresta, vítima de lamentável acidente automobilístico, acontecido nesta data, na cidade de Maringá.

Todo o contingente de amigos, políticos e familiares, perdem com o desaparecimento da extraordinária figura do homem que sempre buscou a conciliação e a concórdia dos problemas da comunidade.

Requer ainda, que da decisão da Mesa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11.12.2000.

(a) SERAFINA CARRILHO

## REQUERIMENTO Nº 2452

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de Bituruna, pelo transcurso, no próximo dia 14 de dezembro, de seus 45 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo senhor José Constantino de Lara Ribas, prefeito municipal, ao vice-prefeito, senhor Remi Ransolin, bem como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Bituruna.

Sala das Sessões, em 11.12.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

## JUSTIFICATIVA:

É com grande júbilo que toda a população de Bituruna irá comemorar festivamente o transcurso de mais um aniversário de sua emancipação política no próximo dia 14 de dezembro/2000.

Trabalhando sempre lado a lado, administração e povo conseguirão dias melhores, pois é através desse trabalho integrado, da união de forças, que se poderá construir uma cidade mais digna, mais justa e invejável progresso.

Temos certeza que a população anseia por um desenvolvimento cada vez maior do município, razão pela qual vem colaborando sempre.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, orgulha-se em transmitir à toda a população de Bituruna que acredita no futuro próspero do município, todo o reconhecimento e admiração certos de que continuarão na trilha do progresso.

#### REQUERIMENTO Nº 2459

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações, à Capela Nossa Senhora da Conceição, distrito de Tamanduá, município de Balsa Nova, pela comemoração de seus 270 anos.

Sala das Sessões, em 11.12.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Capela de Nossa Senhora da Conceição, localizada no pequeno distrito de Tamanduá, município de Balsa Nova, está completando 270 anos.

A capela, fundada por jesuítas em 1830, é atualmente considerada a mais antiga do Estado, já que a de Paranaguá foi alçada à condição de Igreja.

A capela foi construída a pedido de Antônio Luiz Lasmin, conhecido como Capitão Antonio Tigre, que também mandou buscar em Portugal a imagem de Nossa Senhora da Conceição, que mais tarde foi levada para a cidade de Palmeira (cidade originada do distrito de Tamanduá) e que cresceu com a ida da santa enquanto Tamanduá deixou de prosperar, contando atualmente com apenas 90 moradores.

A construção da capela foi feita por escravos que modelavam nas pernas o formato das telhas e possui paredes de 80cm de espessura, feitas com pedras de arenito e liga de barro. A capela ocupa uma área de 263 mil metros quadrados, antigamente conhecida como Terras da Santa e o lugar, além de seu aspecto espiritual, é um sítio arqueológico com 11 mil anos.

Pela comemoração de seus 270 anos, receba a Capela de Nossa Senhora da Conceição - este marco na história do Paraná, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 2460

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Academia de Oficiais da Polícia Militar, pela formatura de 35 oficiais.

Sala das Sessões, em 11.12.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Trinta e cinco oficiais da Polícia Militar do Paraná (policiais e bombeiros) formaram-se em data de 08 de dezembro último, em solenidade na Academia Policial Militar do Guatupê. Esta é a 48ª turma de aspirantes da Academia, em São José dos Pinhais.

Eles cursaram a Academia durante três anos para formação profissional em segurança pública (com ênfase em questões humanísticas) após prestarem o vestibular na Universidade Federal do Paraná - UFPR em 1998. A formatura é o coroamento da preparação completa dos aspirantes da melhor escola de segurança do País, já que a Academia do Guatupê é uma referência na América Latina.

Pela formatura, receba a Academia de Oficiais da Polícia Militar, os votos de congratulações do Poder Legislativo.

#### REQUERIMENTO Nº 2461

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao doutor Ivo Arzua Pereira, por ter sido eleito o "Engenheiro do Ano".

Sala das Sessões, em 11.12.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O doutor Ivo Arzua Pereira, ex-prefeito de Curitiba, ex-ministro, foi agraciado com o prêmio Engenheiro do Ano. O merecido prêmio será entregue em alusão à data do Dia do Engenheiro e do Arquiteto, comemorado em data de hoje (11 de dezembro).

O prêmio, que é concedido há 6 anos pelo Instituto de Engenharia do Paraná - IEP, homenageia profissionais que tenham se destacado no desempenho de atividades em favor do desenvolvimento do Estado e a escolha é feita mediante consulta prévia aos associados do IEP.

O doutor Ivo Arzua Pereira, paranaense da cidade de Palmeira, nasceu em 29 de abril de 1925. Formou-se pela Escola de Engenharia da UFPR, em 1948, onde também mais tarde veio a lecionar. Em 1962, o doutor Ivo Arzua foi eleito prefeito de Curitiba, ficando no cargo até 1967, quando foi nomeado Ministro da Agricultura, no governo do Presidente Artur da Costa e Silva. Entre seus principais feitos no Ministério, está a carta de Brasília - que balizou o planejamento da agricultura brasileira, além da criação de três Institutos de Pesquisa e Experimentações Agropecuárias, o Centro Regional de Telecomunicações Meteorológicas e o desenvolvimento da aviação regional em convênio com o Ministério da Aeronáutica.

Quando foi prefeito, criou o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC, elaborou o Plano Diretor, renovou o centro urbano de nossa cidade, criou o Fundo Municipal de telefones, a Vila Nossa Senhora da Luz de casas populares, entre tantas outras obras de importância urbana e social. Com certeza Curitiba é o

que é hoje graças à visão empreendedora e urbanística do doutor Ivo Arzua Pereira, bem como ao seu trabalho e sua dedicação à nossa Capital.

Doutor Ivo Arzua escreveu ainda inúmeros livros e atualmente é o presidente da Confederação Internacional das Misericórdias, que auxilia na coordenação das casas de saúde.

Presidiu o Instituto de Engenharia de 1961 a 1963, foi governador do distrito 4730 do Rotary Internacional e Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, além de ser membro da Academia Nacional de Engenharia e de diversas instituições ligadas à área da cultura.

Pela merecida premiação, receba o doutor Ivo Arzua Pereira, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 2462

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Escola Imaculada Conceição, desta Capital, pela comemoração de seu centenário.

Sala das Sessões, em 11.12.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Escola Imaculada Conceição está comemorando seus cem anos de fundação.

Localizada no não menos tradicional bairro de Santa Felicidade em nossa Capital, a Escola firmou-se como uma das mais importantes da nossa cidade. Por ali já passaram muitos ilustres da nossa sociedade e a escola é referência de ensino em todo o nosso Estado.

A centenária escola integra o Centro Integrado de Educação Sagrado Coração, do qual fazem parte os colégios Sagrado Coração e Madre Cléia e a Escola Santa Terezinha - uma rede educacional muito conhecida em todo o Paraná.

Sempre atuando na formação integral dos seus alunos, a Escola Imaculada Conceição pauta seu ensino na formação religiosa e cidadã do ser humano como uma totalidade, com um currículo voltado às questões humanas e também sociais.

Pela comemoração de seus 100 anos, receba a Escola Imaculada Conceição, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 2468

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao município de Londrina, Paraná, alusivos à comemoração dos seus 66 anos, ocorrido dia 10 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito senhor Jorge Scaff e ao presidente da Câmara senhor Flávio Anselmo Vedoato, através de correspondência a ser encaminhada a Av. Duque de Caxias, 635, CEP 86015-901, Londrina, Paraná.

Sala das Sessões, em 11.12.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2475-A

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Centro Paranaense Feminino de Cultura, pela comemoração de seus 67 anos.

Sala das Sessões, em 11.12.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em 5 de dezembro de 2000, o Centro Paranaense Feminino de Cultura comemorou seus 67 anos de fundação.

Tendo como fundadoras as senhoras Rosy Pinheiro Lima, Ilnah Secundino e Deloé Scalco, tinha como finalidades principais incentivar a cultura da mulher em todos os ramos, envidando esforços para que se tornasse eficiente nas atividades sociais, domésticas, bem como na vida pública, intelectual e política, lutando contra o preconceito de raça, crença e cor.

De lá para cá muita coisa aconteceu e o mundo viu o crescimento da mulher em todos os campos: culturais, sociais, políticos, enfim, em todas as áreas a mulher é destaque, ultrapassando todas as barreiras.

Hoje, o Centro Paranaense Feminino de Cultura possui como objetivo: “Ampliar o campo cultural da mulher com vistas a um desempenho social qualificado resultante do conhecimento atualizado, da sociabilidade apurada e de ações éticas compatíveis”.

O Centro possui algumas importantes instituições que lá funcionam: Academia Feminina de Letras do Paraná, Clube Soroptimista Curitiba, Batel, Grupo de Costuras para Recém-Nascidos “Carmen Blum” e Comissão Estadual de Folclore.

Sempre incentivando a cultura e o desenvolvimento da mulher e o Centro Paranaense Feminino de Cultura lançou duas publicações: em 1994 - “Com Justiça e Com Afeto” e em 1997 - “Mulheres Escrevem”.

Pela gloriosa comemoração de 67 anos de fundação, sempre acompanhando e buscando integrar a mulher dentro do contexto social através do incentivo à cultura, receba o Centro Paranaense Feminino de Cultura (Rua Visconde do Rio Branco, 1717 - Curitiba/PR), através de sua presidente - senhora Clhoris Casagrande Justen - os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 2475-B

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à nova Diretoria da Associação de Escrivães de Polícia do Brasil, eleita para o biênio 2000/2002.

Sala das Sessões, em 11.12.2000.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

Foi eleita em data de 29/11/2000 a nova Diretoria da Associação de Escrivães de Polícia do Brasil para o pleito 2000/2002, que ficou assim composta:

#### DIRETORIA

1º presidente	ANTONIO CARVALHO	PR
2º vice-presidente	RONALDO KACZWA DOS SANTOS	RS
3º vice-presidente	ADEMIR DA COSTA VILAR	PB
4º vice-presidente	ANA MARIA PEREIRA JACINTO	ES
5º vice-presidente	ANSELMO DUARTE DE ARAÚJO	RO
6º vice-presidente	CARLOS HENRIQUE FERREIRA - Policial Federal	BA
7º vice-presidente	DICIVAL GONÇALVES DA SILVA	PE
8º vice-presidente	DILMA FERREIRA ROCHA	MS
9º vice-presidente	EDNA BRITO DOS SANTOS	BA
10º vice-presidente	ERNANI UCHOA	PI
11º vice-presidente	ISAIAS MOREIRA	CE
12º vice-presidente	JANETE VIEIRA	AM
13º vice-presidente	JEREMIAS RODRIGUES DA SILVA	GO
14º vice-presidente	JOÃO BATISTA DA SILVA	SC
15º vice-presidente	NARCISA ARDASSE MONTEIRO	AP
16º vice-presidente	NEILA VANISE CÉSAR DE ARRUDA	DF
17º vice-presidente	NÉLIO RIBEIRO DE OLIVEIRA	RJ
18º vice-presidente	OSCAR DE MIRANDA	SP
19º vice-presidente	SÉRGIO FERREIRA	RN
20º vice-presidente	UBIRAJARA LIMA SANTOS	SE
21º vice-presidente	ZAZÁ SCHETTINO	MG
secretário	WILMAR DE MARINO BRASIL JÚNIOR	PR
1º secretário	ALCIDES MARIA CHAVES	SP
tesoureiro	JOSÉ MARIA CHAVES	PR
1º tesoureiro	WELLINGTON KALIL	MG

#### CONSELHO FISCAL

1º conselheiro	MARIA HELENA VASCONCELOS	ES
2º conselheiro	FRANCISCO JOSÉ DA SILVA GAMA	MG

#### CONSELHO FISCAL

1º conselheiro	MARIA HELENA VASCONCELOS	ES
3º conselheiro	MARCO AURÉLIO AMÉRICO FLORES	RS
4º conselheiro	SELMA LÚCIA DE SOUZA	ES
5º conselheiro	ANTÔNIO MORAES DE CARVALHO NETO	DF

A toda a nova Diretoria eleita (AEPEP-PR - Rua XV de Novembro, 266, 8º andar, sala 87, Curitiba/PR) com desejos de muito sucesso e realizações, recebam os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 2458

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o doto Plenário seja enviado expediente ao Excelentíssimo secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, senhor doutor Antonio Poloni, solicitando medidas urgentes no sentido de ser concedido subsídios para a compra de vacinas contra aftosa.

Sala das Sessões, em 11.12.2000.

(a) ADEMIR BIER

#### JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação justifica-se pelo fato de que nossos agropecuaristas estão passando por dificuldades financeiras no momento, para arcarem sozinhos com as despesas da obtenção das vacinas contra aftosa.

Por outro lado nossos agropecuaristas tem consciência da importância da vacinação, mesmo porque sabemos que esta doença está erradicada em nosso Estado, e conseguimos esta condição com muito trabalho e muita dificuldade.

#### REQUERIMENTO Nº 2466

Senhor Presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Eliseu Lemos Padilha, ministro dos transportes (Esplanada dos Ministérios, Bl. R - Brasília), solicitando que seja dado ciência à América Latina Logística S.A., através do seu diretor-presidente, senhor Alexandre Behring (Rua Sete de Setembro, 2645 - Curitiba), solicitando informações acerca do atual estado da ferrovia, fazendo constar: obras executadas a partir da data da concessão, indicando em quantitativos informações acerca dos eventuais acidentes ocorridos, locais de ocorrências, gravidade do evento, indicação de vítimas e medidas tomadas, assim como pede ainda esclarecimento sobre que ações foram ou têm sido tomadas, para melhorar a segurança do transporte ferroviário e sua qualidade.

Tal solicitação deve-se ao fato de que muitos acidentes vêm ocorrendo após a concessão da ferrovia ser dada à América Latina Logística do Brasil S.A.. O último acidente ocorrido em 02.12 deste, na Vila Santa cruz, cidade de Castro/PR, dos sessenta vagões, nove descarrilaram na região urbana da cidade, assim como próximo das margens do rio Iapó. Segundo o comandante do posto do Grupamento de Bombeiros, caso os vagões estivessem carregados com algum tipo de produto tóxico, poderia haver grandes danos ao meio ambiente, visto que o descarrilamento ocorreu próximo ao rio. Na opinião da equipe do corpo de bombeiros, que esteve no local, o acidente mostrou mais uma vez a má conservação dos trilhos e dormentes da malha ferroviária. Existem muitos dormentes que estão danificados pela intempérie e que mostram indícios de que há muito tempo não são trocados ou recuperados.

Sala das Sessões, em 11.12.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 2450

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telepar Brasil Telecom, no sentido de atender o pedido do senhor Cristian Aurélio Pereira, residente à Rua 24 de Maio nº 550, bairro Rebouças, que pede agilização e previsão de atendimento referente a instalação de um terminal telefônico, cuja inscrição foi feita através do CPF 020.104.329-75. Tal pedido prende-se ao fato de sua mãe, infelizmente, estar com sério problema de saúde e necessitar chamar o médico em regime de urgência, e desta forma, ter um telefone em sua residência. Se necessário, recomendamos contato com o requerente através do telefone 9905-7803 (recados com o senhor Geraldo).

Sala das Sessões, em 11.12.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

### Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 032/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

R E S O L V E :

#### REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

TÍTULO I  
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Capítulo I  
Da Sede

Art. 1º - A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com sede na Capital do Estado, funciona no Palácio Dezenove de Dezembro.

Art. 1º - A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com sede na Capital do Estado, funciona no Centro Legislativo presidente Aníbal Curi.

Parágrafo Único - Havendo motivo relevante, ou de força maior, a Assembléia Legislativa poderá, por deliberação da Mesa *ad referendum* da maioria absoluta dos deputados, reunir-se em outro edifício ou em ponto diverso do território estadual.

### Capítulo II

Das Sessões Legislativas

Art. 2º - A Assembléia reunir-se-á durante as Sessões Legislativas:

I - ordinárias, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro;

II - extraordinárias, quando, com este caráter, as mesmas forem convocadas.

§ 1º - As reuniões marcadas para as datas a que se refere o inciso I serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

§ 2º - A primeira e a terceira sessões legislativas ordinárias de cada legislatura serão precedidas de sessões preparatórias.

§ 3º - A sessão legislativa ordinária não será interrompida em 30 de junho enquanto não for aprovada a lei de diretrizes orçamentárias pela Assembléia Legislativa.

§ 3º - O período legislativo não será interrompido em 30 de junho enquanto não for aprovada a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado.

§ 4º - Quando convocada extraordinariamente, a Assembléia Legislativa somente deliberará sobre matéria objeto da convocação.

### Capítulo III

Das Sessões Preparatórias

#### Seção I

Da Posse

Art. 3º - O candidato diplomado deputado Estadual deverá apresentar-se à Mesa, pessoalmente ou por intermédio do Partido, até 31 de janeiro do ano de instalação de cada legislatura, o diploma expedido pela Justiça Eleitoral, juntamente com a comunicação de seu nome parlamentar e legenda partidária.

Art. 3º - O candidato diplomado deputado estadual deverá apresentar-se à Mesa, pessoalmente ou por intermédio do Partido, até 31 de janeiro do ano de instalação de cada legislatura, munido com o diploma expedido pela Justiça Eleitoral e a comunicação de seu nome parlamentar e legenda partidária.

§ 1º - O nome parlamentar compor-se-á, salvo quando, a juízo do presidente, devam ser evitadas confusões, apenas de dois elementos: um prenome e o nome; dois nomes, ou dois prenomes.

§ 2º - Caberá à 1ª Secretaria organizar a relação dos deputados diplomados, que deverá estar concluída antes da instalação da sessão de posse.

§ 3º - A relação será eleita na sucessão alfabética dos nomes parlamentares, com as respectivas legendas partidárias.

Art. 4º - Às quinze horas do dia 1º de fevereiro do primeiro ano de cada legislatura, os candidatos diplomados deputados Estaduais reunir-se-ão na sede da Assembléia Legislativa do Estado.

§ 1º - Assumirá a direção dos trabalhos o último presidente, se reeleito deputado, e, na sua falta, o deputado mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas.

§ 2º - Aberta a Sessão, o presidente convocará dois deputados, de preferência de Partidos diferentes, para servirem de secretários e proclamará os nomes dos deputados, constantes da relação a que se refere o artigo anterior.

§ 3º - No dia 1º de fevereiro, a Mesa da Sessão Preparatória declarará instalada a legislatura, procedendo ao ritual de posse, sendo que com a relação nominal de deputados, será tomado o compromisso solene dos mesmos, obedecendo-se aos seguintes critérios: de pé todos os presentes o presidente proferirá a seguinte declaração: "PROMETO GUARDAR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A ESTADUAL, DESEMPENHAR LEALMENTE O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO PELO POVO PARANAENSE E PROMOVER O BEM DO NOSSO ESTADO". Ato contínuo, feita a chamada pelo presidente, cada deputado, em pé, ratificará a declaração acima dizendo: "ASSIM O PROMETO"; permanecendo os demais sentados e em silêncio.

§ 4º - O conteúdo do compromisso e o ritual de sua prestação não poderão ser modificados e o comprometido não poderá apresentar, no ato, declaração oral ou escrita, nem ser o deputado empossado através de procurador.

§ 5º - O deputado empossado posteriormente prestará o compromisso em sessão e junto à Mesa, exceto durante o período de recesso da Assembléia Legislativa, quando será perante o presidente.

§ 6º - Salvo motivo de força maior ou enfermidade devidamente comprovados, dar-se-á no prazo de quinze dias, prorrogáveis por igual tempo a requerimento do interessado, contando:

I - da primeira Sessão Preparatória para instalação da primeira Sessão

Legislativa da legislatura;

II - da diplomação, se eleito deputado durante a legislatura;

III - da ocorrência do fato que a ensejar por convocação do presidente.

§ 7º - Tendo prestado o compromisso uma vez, é o suplente de deputado dispensado de fazê-lo em convocações subsequentes, bem como o deputado ao reassumir o lugar, sendo a sua volta ao exercício do mandato comunicada à Casa pelo presidente.

§ 8º - Não se considera investido no mandato de deputado estadual quem deixar de prestar o compromisso nos termos regimentais.

§ 9º - O presidente fará publicar no Diário da Assembléia do dia seguinte a relação dos deputados investidos no mandato, organizada com os critérios fixados no § 3º, do art. 3º, a qual, com as modificações posteriores, servirá para o registro do comparecimento e verificação do quórum necessário à abertura da sessão, bem como para as votações nominais e por escrutínio secreto.

## Seção II

### Da Eleição da Mesa

Art. 5º - Na segunda sessão preparatória da primeira sessão legislativa, às quinze horas do dia dois de fevereiro, sempre que possível sob a direção da Mesa da Sessão anterior, realizar-se-á a eleição do presidente.

**Art. 5º - Na segunda Sessão Preparatória da primeira sessão legislativa, às quinze horas do dia dois de fevereiro, sempre que possível sob a direção da Mesa da Sessão anterior, realizar-se-á a eleição simultânea do presidente, dos três vice-presidentes e dos cinco secretários.<sup>1</sup>**

**§ 1º - A eleição do presidente importará as dos vice-presidentes e dos secretários com ele inscritos para a composição da Mesa.**

**§ 2º - Depois de proclamar os eleitos, o presidente das primeiras Sessões dará por finda sua incumbência.**

Art. 6º - A sessão preparatória seguinte será presidida pelo presidente eleito, que convidará dois deputados presentes para secretários provisórios, realizando-se, nesse mesmo dia, a eleição de dois vice-presidentes e de quatro secretários.



**Art. 6º Os membros da Mesa terão um mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.**

**Parágrafo Único – Não se considera recondução a eleição para o mesmo cargo em legislaturas diferentes, ainda que sucessivas.<sup>1</sup>**

Art. 7º - No terceiro ano de cada legislatura, a primeira sessão preparatória se iniciará sob a direção da Mesa da sessão anterior, dois dias antes do designado para o início dos respectivos trabalhos, procedendo-se a eleição da nova Mesa, observadas as normas deste Capítulo.

§ 1º - A convocação para a sessão preparatória a que se refere este artigo far-se-á antes de encerrada a segunda sessão legislativa ordinária.

§ 2º - Havendo quórum, realizar-se-á a eleição do presidente e dos demais membros da Mesa.

§ 3º - Enquanto não for eleito o novo presidente, dirigirá os trabalhos da Assembléia Legislativa a Mesa da sessão legislativa anterior.

**Art. 7º - Proceder-se-á a eleição da Mesa Executiva para a terceira e quarta Sessões Legislativas da mesma legislatura, no período de 1º a 15 de dezembro do segundo ano de cada legislatura, sob a Presidência da Mesa Executiva, em dia e hora determinados pelo presidente.**

**§ 1º - Havendo quórum, realizar-se-á a eleição simultânea dos membros da Mesa.**

**§ 2º - A eleição do presidente importará à dos vice-presidentes e secretários com ele inscritos para a composição da Mesa.**

**§ 3º - A Mesa Executiva eleita, nos termos deste artigo tomará posse no dia 15 de fevereiro do terceiro ano de cada legislatura.<sup>2</sup>**

**Art. 8º - A eleição dos membros da Mesa far-se-á por escrutínio secreto, exigida a maioria absoluta de votos, em primeiro escrutínio e maioria simples, em segundo escrutínio, observadas as seguintes exigências e formalidades:**

I - chamada nominal para a votação;

II - cédulas impressas ou datilografadas, contendo cada uma somente o nome do votado e o cargo a que concorre;

**II - Cédulas impressas ou datilografadas contendo, cada uma, somente os nomes dos candidatos e os cargos aos quais concorrem, respectivamente.<sup>3</sup>**

III - colocação, em cabina indevassável, das cédulas em sobrecartas que resguardem o sigilo do voto;

IV - colocação das sobrecartas em urna, à vista do Plenário;

V - acompanhamento dos trabalhos de apuração junto à Mesa por dois ou mais deputados indicados à Presidência por Partidos ou Blocos Parlamentares diferentes e por candidatos avulsos;

VI - o secretário designado pelo presidente retirará as sobrecartas da urna, conta-las-á e, verificada a coincidência do seu número com o dos votantes, do que será cientificado o Plenário, abri-las-á e separará as cédulas pelos cargos a preencher;

**VI - o secretário designado pelo presidente retirará as sobrecartas da urna, as contará e, verificada a coincidência do seu número com o dos votantes, do que será cientificado o Plenário, as abrirá e separará pelos cargos a serem preenchidos.**

VII - leitura, pelo presidente, dos nomes dos votados;

VIII - proclamação dos votos, por um secretário, e a sua anotação por outro secretário, à medida que apurados;

IX - invalidação da cédula que não atenda ao disposto no inciso II;

X - redação, pelos secretários, e leitura, pelo presidente, do resultado de cada eleição, na ordem decrescente dos votados;

XI - realização de segundo escrutínio, com os dois mais votados para cargo, quando, no primeiro, não se alcançar maioria absoluta;

**XI - realização de segundo escrutínio, com as duas composições de candidatos à Mesa Executiva, mais votadas, quando no primeiro não se alcançar maioria absoluta.<sup>4</sup>**

XII - eleição do candidato mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas, em caso de empate;

**XII - eleição da composição de candidatos à Mesa Executiva à qual pertencer o candidato a presidente mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas.<sup>5</sup>**

XIII - proclamação, pelo presidente, do resultado final.

Art. 9º - Se até 30 de novembro do segundo ano de mandato se verificar qualquer vaga na Mesa, a mesma será preenchida mediante eleição, dentro de cinco dias, observadas as disposições do artigo precedente. Ocorrida a vacância depois dessa data, a Mesa designará um dos membros titulares para responder pelo cargo.

**Parágrafo Único – Se ocorrer vaga em qualquer cargo da Mesa no primeiro ano da terceira e quarta sessões legislativas, o mesmo será preenchido mediante eleição, dentro de cinco dias da vacância, observadas as**

1. Idem.

2. Idem.

3. Alterado pela Resolução nº 011/2000

4. Idem

5. Idem

**disposições deste regimento. Ocorrida a vacância após está data somente haverá eleição para os cargos que não tenham substitutos eleitos.**

#### **Capítulo IV**

##### **Dos Líderes**

Art. 10 - Os deputados são agrupados por representações partidárias ou de Blocos Parlamentares, cabendo-lhes escolher o líder quando a representação for igual ou superior a dois deputados.

**Art. 10 - Os deputados são agrupados por representações partidárias ou de Blocos Parlamentares, cabendo-lhes escolher o líder quando a representação for igual ou superior a três deputados, verificado quando da posse no início da legislatura.**

§ 1º - Cada líder poderá indicar dois vice-líderes.

§ 2º - A escolha de líder será comunicada à Mesa, no início de cada legislatura, ou após a criação de Bloco Parlamentar, em documento subscrito pela maioria dos integrantes da representação.

§ 3º - Os líderes permanecerão no exercício de suas funções até que nova indicação venha a ser feita pela respectiva representação.

§ 4º - Partido com bancada inferior a dois deputados não terá liderança, mas poderá expor a posição do Partido quando da votação de proposições, ou para uso da palavra, uma vez por semana, por cinco minutos, durante o período destinado às comunicações de lideranças.

**§ 4º - Partido com bancada inferior a três deputados não terá liderança, mas poderá expor a posição do Partido quando da votação de proposições, ou para uso da palavra, uma vez por semana, por cinco minutos, durante o período destinado às comunicações de lideranças.**

§ 5º - Os líderes e vice-líderes não poderão integrar a Mesa.

Art. 11 - O líder, além de outras atribuições regimentais, tem as seguintes prerrogativas:

I - fazer uso da palavra, pessoalmente ou por intermédio de vice-Líderes, em defesa da respectiva linha política, no período das comunicações de lideranças;

II - participar, pessoalmente ou por intermédio de seus vice-líderes, dos trabalhos de qualquer Comissão de que não seja membro, sem direito a voto, mas podendo encaminhar a votação ou requerer a verificação desta;

III - encaminhar a votação de qualquer proposição sujeita à deliberação do Plenário, para orientar sua bancada, por tempo não superior a dez minutos;

IV - indicar à Mesa os membros da bancada para compor as Comissões, e, a qualquer tempo, substituí-los.

Art. 12 - O governador do Estado poderá indicar deputados para exercerem a liderança do Governo, composta de líder e dois vice-líderes, com as prerrogativas constantes dos incisos I, II e III do art. 11.

**Art. 12 - O governador do Estado e os deputados pertencentes à Oposição com assento no Poder Legislativo poderão indicar deputados para exercerem a Liderança do Governo e a Liderança da Oposição, respectivamente, composta de líder e dois vice-líderes, com prerrogativas constantes dos incisos, I, II e III do art. 11 deste Regimento.<sup>1</sup>**

#### **Capítulo V**

##### **Dos Blocos Parlamentares**

Art. 13 - As representações de dois ou mais Partidos, por deliberação das respectivas bancadas, poderão constituir Blocos Parlamentares, sob liderança comum.

§ 1º - O Bloco Parlamentar terá, no que couber, o tratamento dispensado por este Regimento às organizações partidárias com representação na Casa.

§ 2º - As lideranças dos Partidos que se coligarem em Bloco Parlamentar perdem suas prerrogativas regimentais.

**§ 3º - Não será admitida a formação de Bloco Parlamentar composto por menos de três deputados.**

§ 4º - Se o desligamento de uma bancada implicar a perda do quórum fixado no parágrafo anterior, extingue-se o Bloco Parlamentar.

§ 5º - O Bloco Parlamentar tem existência circunscrita à legislatura, devendo o ato de sua criação e as alterações posteriores serem apresentados à Mesa para registro e publicação.

§ 6º - Dissolvido o Bloco Parlamentar, ou modificado o quantitativo da representação que o integrava em virtude da desvinculação de Partidos, será revista a composição das Comissões, mediante provocação de Partido ou de Bloco Parlamentar, para o fim de redistribuir os lugares e cargos, consoante o princípio da proporcionalidade partidária.

§ 7º - Ocorrendo a hipótese prevista na parte final do parágrafo anterior, consideram-se vagos, para efeito de nova indicação ou eleição, os lugares e cargos exclusivamente em decorrência da participação do Bloco Parlamentar na composição da Comissão.

Art. 14 - A agremiação que integrava Bloco Parlamentar dissolvido, ou a que se desvincular, não poderá constituir ou integrar outro na mesma sessão legislativa.

Parágrafo Único - A agremiação integrante de Bloco Parlamentar não poderá fazer parte de outro.

**Parágrafo Único - A agremiação integrante de Bloco Parlamentar não poderá fazer parte de outro comitantemente.**

## **TÍTULO II**

### **DOS ÓRGÃOS DA ASSEMBLÉIA**

#### **Capítulo I**

##### **Da Mesa**

Art. 15 - À Mesa da Assembléia, composta de presidente, dois vice-presidentes e quatro secretários, compete a direção de todos os trabalhos.

**Art. 15 - À Mesa da Assembléia, composta de presidente, três vice-presidentes e cinco secretários, compete a direção de todos os trabalhos<sup>1</sup>.**

§ 1º - Nas suas faltas e impedimentos, o presidente será substituído pelo 1º vice-presidente e, na sua ausência ou impedimento deste, pelo 2º vice-presidente; o 1º e 2º secretários serão substituídos, respectivamente, pelo 3º e 4º secretários.

**§ 1º - Nas suas faltas e impedimentos, o presidente será substituído pelo 1º vice-presidente e, na sua ausência ou impedimento deste, pelo 2º vice-presidente e 3º vice-presidente respectivamente; o 1º e 2º secretários serão substituídos, respectivamente, pelo 3º e 4º e 5º secretários.**

§ 2º - Se, durante a sessão, não estiverem presentes os vice-presidentes, o presidente poderá passar a presidência aos secretários, na ordem numérica.

§ 3º - A convite do presidente, qualquer deputado poderá exercer as funções de secretário, quando se verificar a ausência dos titulares.

§ 4º - Nenhum membro da Mesa poderá deixar sua cadeira sem que possa ser substituído imediatamente.

Art. 16 - A Mesa eleita no início de cada sessão legislativa servirá também nas Extraordinárias e em todas as prorrogações.

Parágrafo Único - As funções dos membros da Mesa da Assembléia somente cessarão:

I - ao findar a legislatura, no início das Sessões Preparatórias da legislatura seguinte;

II - nos demais anos de legislatura, com a eleição da Mesa.

Art. 17 - Os membros efetivos da Mesa, bem como os vice-presidentes, não poderão fazer parte de qualquer

Comissão Permanente ou Especial, a não ser da Executiva, da qual são membros natos.

Art. 18 - À Mesa compete, além das atribuições consignadas em outras disposições regimentais:

I - tomar todas as providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

II - dirigir os serviços da Assembléia, durante as sessões Legislativas e nos seus interregnos;

III - prover a polícia da Assembléia;

IV - encaminhar ao Poder Executivo os requerimentos de informações;

V - apresentar à Assembléia, na sessão de encerramento do ano legislativo, resenha dos trabalhos realizados, precedida de sucinto relatório sobre o seu trabalho;

**V - apresentar à Assembléia, na sessão de encerramento do ano legislativo, resenha dos trabalhos realizados, precedida de sucinto relatório sobre sua atuação;**

VI - promover a realização de campanhas educativas e divulgações permanentes, bem como adotar as medidas adequadas para promoção e valorização do Poder Legislativo, com o objetivo de fortalecimento das instituições democráticas;

VII - declarar perda de mandato de deputado, nos termos previstos na Constituição do Estado;

VIII - promulgar Emendas à Constituição;

IX - propor ao Plenário a sustação de processo criminal contra deputado, na forma da Constituição Estadual;

**X - Sustar os atos normativos do Poder Executivo e Judiciário que exorbitem do poder de regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.**

#### **Seção I**

##### **Do presidente**

Art. 19 - O presidente é o órgão da Assembléia, quando ela houver de se enunciar coletivamente, o regulador dos seus trabalhos e o fiscal da sua ordem, na conformidade deste Regimento.

**Art. 19 - O presidente é o representante da Assembléia, quando ela houver de se pronunciar coletivamente, o regulador de seus trabalhos e o fiscal da sua ordem, na conformidade deste Regimento.**

Art. 20 - São atribuições do presidente, além de outras conferidas neste Regimento:

**Art. 20 - São atribuições do presidente, além daquelas expressas neste Regimento ou que decorram da natureza de suas prerrogativas:**

I - presidir às sessões plenárias da Assembléia;

II - abrir e encerrar as sessões, manter a ordem e fazer observar o Regimento;

III - fazer ler, quando necessário, o Expediente pelo secretário, inclusive as mensagens e correspondências dos Poderes Executivo e Judiciário;

IV - conceder a palavra aos deputados, nos termos deste Regimento;

V - dar posse aos deputados;

VI - convidar o orador a declarar, previamente, se vai falar a favor da proposição em discussão, ou contra a mesma;

VII - interromper o orador que se desviar da questão, faltar à consideração aos Poderes constituídos, advertindo-o, chamando-o à ordem e retirando-lhe a palavra;

VIII - chamar a atenção do orador, ao terminar a hora do expediente e da Ordem do Dia, ou quando se esgotar o tempo a que tem direito de ocupar a tribuna;

IX - anunciar a Ordem do Dia e o número de deputados presentes;

X - submeter à discussão e votação a matéria a isso destinada;

XI - estabelecer o ponto da questão **sobre o qual deva ser feita a votação;**

XII - anunciar o resultado da votação;

XIII - nomear, por autorização da Assembléia, Comissões Externas;

XIV - designar, de acordo com a indicação partidária, substitutos para membros das Comissões, **no caso de vacância ou impedimento;**

XV - promover e regular a publicação dos debates e de todos os trabalhos e atos da Assembléia, bem como das proposições promulgadas;

XVI - não permitir a publicação de expressões e conceitos vedados pelo Regimento;

XVII - organizar e designar a Ordem do Dia seguinte;

XVIII - informar a Assembléia sobre qualquer questão de ordem ou de prática parlamentar;

XIX - suspender a sessão, deixando a cadeira da Presidência, quando as circunstâncias o exigirem;

XX - levantar a Sessão;

XXI - assinar todas as resoluções, mensagens e atos da Assembléia;

XXII - assinar a correspondência destinada ao governador, ao Tribunal de Justiça do Estado, ao Tribunal Eleitoral e às Assembléias de outros Estados;

XXIII - convocar sessões extraordinárias, diurnas ou noturnas;

**XXIII - convocar sessões extraordinárias e solenes, diurnas ou noturnas, nos termos deste Regimento;**

XXIV - presidir a Comissão Executiva, tomar parte nas suas discussões e deliberações com direito a voto e assinar os respectivos atos;

XXV - substituir, nos termos da Constituição, o governador do Estado;

XXVI - promulgar leis, resoluções e emendas à Constituição;

XXVII - resolver todas as questões de ordem que ocorrem durante as sessões;

XXVIII - resolver sobre requerimentos que lhe forem apresentados de acordo com o Regimento;

XXIX - zelar pelo prestígio da Assembléia e dignidade de seus membros em todo o território do Estado.

**XXX – Encaminhar em 72 horas os requerimentos e outros expedientes aprovados em plenário às autoridades competentes bem como encaminhar após recebida, no mesmo prazo a resposta ao autor.**

**XXXI – Além das atribuições regimentais caberá ao presidente a delegação de atribuições aos vice-presidentes e secretários para a co-gestão dos trabalhos da Assembléia Legislativa.**

Art. 21 - O presidente da Assembléia não poderá votar, exceto nos casos de empate ou de escrutínio secreto.

**Art. 21 - O presidente da Assembléia não poderá, senão na qualidade de membro da Mesa, oferecer qualquer proposição; nem votar, exceto nos casos de empate, de escrutínio secreto ou de votação nominal, contando-se, nesses casos, a sua presença, na votação ostensiva, para efeito de quórum.**

Parágrafo Único - Para tomar parte em qualquer discussão, o presidente deixará a cadeira inteiramente ao seu substituto, enquanto se tratar do objeto que se propuser discutir.

Art. 22 - Sempre que o presidente não se achar no recinto à hora regimental de início dos trabalhos, o 1º vice-presidente e, em sua falta, o 2º vice-presidente substituí-lo-á no desempenho de suas funções, cedendo-lhe o lugar, logo que estiver presente.

Parágrafo Único - Quando o presidente tiver de deixar a sua cadeira, durante a sessão, proceder-se-á da mesma forma.

**Art. 22 - Sempre que o presidente não se achar no recinto à hora regimental de início dos trabalhos, o 1º vice-presidente substitui-lo-á no desempenho de suas funções, cedendo-lhe o lugar, logo que estiver presente**

**§ 1º - O mesmo fará o 2º vice-presidente em relação ao 1º vice-presidente e o 3º vice-presidente em relação ao 2º vice-presidente.**

**§ 2º - Quando o presidente tiver de deixar a Presidência durante a sessão, as substituições processar-se-ão segundo as mesmas normas.**

## **Seção II**

### **Dos secretários**

Art. 23 - São atribuições do 1º secretário:

I - fazer a chamada dos deputados, nos casos previstos neste Regimento;

II - proceder à leitura da matéria que constar no Expediente;

III - despachar toda a matéria do Expediente;

IV - receber, mandar fazer e assinar a correspondência oficial da Assembléia, exceto aquela constante do inciso XXII do art. 20 deste Regimento;

V - receber, igualmente, as representações, convites, petições e memoriais dirigidos à Assembléia;

VI - fazer recolher e guardar em boa ordem as proposições, para apresentá-las oportunamente;

VII - assinar, depois do presidente, as Atas das sessões, bem como todas as resoluções da Assembléia;

VIII - contar os deputados em verificação de votação;

IX - inspecionar os trabalhos da Secretaria, fazer observar o seu regulamento, interpretá-lo e fiscalizar as suas despesas;

X - providenciar para que sejam entregues aos deputados, à medida que forem chegando no recinto, os exemplares do Diário da Assembléia e os avisos impressos da matéria da Ordem do Dia;

XI - tomar nota das discussões e votações da Assembléia em todos os papéis sujeitos à sua guarda, autenticando-os com sua assinatura;

XII - mandar passar as certidões e entregar os documentos que estiverem na Secretaria, mediante requerimento dos interessados;

XIII - sobrepor emendas aos projetos recebidos sem elas;

XIV - dar posse ao diretor geral da Secretaria.

Art. 24 - São atribuições do 2º secretário:

I - fiscalizar a redação das Atas e fazer-lhes a leitura;

II - assinar, depois do 1º secretário, as Atas e as resoluções da Assembléia;

III - escrever as Atas das sessões secretas;

IV - auxiliar o 1º secretário a fazer a correspondência oficial da Assembléia;

V - substituir o 1º secretário nas suas faltas e impedimentos.

## **Capítulo II**

### **Da Procuradoria Parlamentar**

Art. 25 - A Procuradoria Parlamentar terá por finalidade promover, em colaboração com a Mesa, a defesa da Assembléia, de seus órgãos e membros quando atingidos em sua honra ou imagem perante a sociedade, em razão de exercício do mandato ou das suas funções institucionais.

§ 1º - A Procuradoria será constituída pelos Procuradores efetivos da Secretaria da Assembléia.

§ 2º - A Procuradoria Parlamentar providenciará ampla publicidade reparadora, além da divulgação a que estiver sujeito, por força de lei ou de decisão judicial, o órgão de comunicação ou imprensa que veicular matéria ofensiva à Casa ou a seus membros.

§ 3º - A Procuradoria promoverá, por intermédio do Ministério Público do Estado ou de mandatários advocáticos, as medidas judiciais cabíveis para obter ampla reparação.

## **Capítulo III**

### **Das Comissões**

#### **Seção I**

#### **Disposições Gerais**

Art. 26 - As Comissões da Assembléia Legislativa são:

I - PERMANENTES, as de caráter técnico-legislativo ou especializado, integrantes da estrutura institucional da Casa, co-partícipes e agentes do processo legislativo, que têm por finalidade apreciar os assuntos ou proposições submetidos ao seu exame e sobre eles deliberar, assim como exercer o acompanhamento dos planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária do Estado, no âmbito dos respectivos campos temáticos e áreas de atuação;

II - TEMPORÁRIAS, as criadas para apreciar determinado assunto, que se extingue ao término da legislatura, ou antes dele, **quando alcançado o fim a que se destinam ou expirado seu prazo de duração;**

Art. 27 - Na constituição das Comissões assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional

dos Partidos e dos Blocos Parlamentares que participem da Casa.

Art. 28 - Às Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, e às demais Comissões, no que lhes for aplicável, cabe:

I - discutir e votar as proposições que lhe forem distribuídas, sujeitas à deliberação do Plenário;

**II - discutir e votar projetos, dispensando a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Assembléia Legislativa, para as seguintes matérias:**

**a) de cidadão honorário e benemérito**

**b) de utilidade pública;**

**c) convênios;**

**d) doações de imóveis pelo Poder Público.**

III - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

IV- convocar secretários de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre o assunto previamente determinado, ou conceder-lhe audiência para expor assunto de relevância de sua Secretarias.

V - encaminhar, através da Mesa, pedidos de informações a secretários de Estado;

VI - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

VII - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VIII - apreciar programas de obras, planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;

IX - exercer o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual;

X - determinar a realização, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, de diligências, perícias, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual;

XI - exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluindo os da administração indireta;

XII - estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático ou área de atividade, podendo

promover, em seu âmbito, conferências, palestras ou seminários;

XIII - solicitar audiência ou colaboração de órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta ou fundações e da sociedade civil, para elucidação de matérias sujeitas a seu pronunciamento, não implicando a diligência em dilação de prazos.

**XIV - incluído no art. 18 inc. X, deste Regimento.**

§ 1º - Aplicam-se à tramitação das proposições submetidas à deliberação conclusiva das Comissões, no que couber, as disposições relativas a turnos, prazos, emendas e demais formalidades e ritos exigidos para as matérias sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

§ 2º - As atribuições contidas no inciso V do caput não excluem a iniciativa concorrente de deputados.

## **Seção II**

### **Das Comissões Permanentes e sua Competência**

Art. 29 - A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as Comissões Permanentes, dentro de quinze dias.

Parágrafo Único - As Comissões Permanentes serão organizadas de dois em dois anos.

Art. 30 - As Comissões Permanentes são:

I - Comissão Executiva;

II - Comissão de Constituição e Justiça;

III - Comissão de Finanças;

IV - Comissão de Orçamento;

V - Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio;

VI - Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação;

VII - Comissão de Educação, Cultura e Esportes;

VIII - Comissão de Terras, Imigração e Colonização;

IX - Comissão de Segurança Pública;

X - Comissão de Saúde Pública;

XI - Comissão de Redação;

XII - Comissão de Tomada de Contas;

XIII - Comissão de Turismo;

XIV - Comissão de Ecologia e Meio Ambiente;

XV - Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa.

**XVI - Comissão de Defesa do Consumidor e de Direitos Humanos.**

**XVII - Comissão de Revisão Constitucional.**

Parágrafo Único - As Comissões Permanentes compõem-se de sete membros cada uma, salvo a Execu-

tiva, que é constituída pelo presidente, 1º secretário e 2º secretário, e a de Constituição e Justiça, que se compõe de quinze membros.

**Parágrafo Único - As Comissões Permanentes compõem-se de sete membros cada uma, salvo a Executiva, que é constituída pelo presidente, 1º, 2º e 3º vice-presidentes e 1º, 2º, 3º, 4º e 5º secretários e a de Constituição e Justiça, que se compõe de quinze membros e a de Revisão Constitucional composta de cinco membros.**

Art. 31 - As Comissões Permanentes organizar-se-ão dividindo-se o número de membros da Assembléia pelo número de membros de cada Comissão e o número de deputados de cada Partido ou Bloco Parlamentar pelo quociente assim obtido. O quociente final representará o número de membros do Partido ou Bloco Parlamentar, cujos nomes serão indicados pelo respectivo Líder.

Parágrafo Único - Se por esse processo não se preencherem todos os lugares de cada Comissão, caberão os lugares vagos aos Partidos ou Blocos Parlamentares ainda não representados, na ordem decrescente do número de membros de bancada.

Art. 32 - Cada Partido ou Bloco Parlamentar terá em cada Comissão tantos suplentes quantos os seus membros efetivos.

Art. 33 - Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

I - dar parecer sobre proposição referente aos assuntos de sua especialização;

II - promover estudos sobre problemas de interesse público relativos à sua competência;

III - acompanhar as atividades das Secretarias de Estado, entidades autárquicas ou paraestatais, relacionadas com a sua especialização;

IV - tomar a iniciativa da elaboração de proposições ligadas aos estudos que realizar.

§ 1º - À Comissão Executiva compete:

I - opinar sobre as modificações do Regimento Interno;

II - dispor sobre criação, transformação ou extinção de seus serviços e da administração indireta sob sua vinculação e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - prover os cargos dos serviços administrativos;

IV - conceder licença, aposentadoria e vantagens previstas em lei aos servidores, bem como colocá-los em disponibilidade;

V - julgar concorrência e demais licitações;

VI - autorizar despesa, bem como a assinatura de convênios e de contratos de prestação de serviços, podendo delegar tais atribuições;

VII - elaborar a proposta orçamentária da Assembléia e encaminhá-la ao Poder Executivo;

VIII - propor à Assembléia a criação ou modificação de seus serviços, dar parecer sobre projetos a eles relativos e baixar os respectivos regulamentos;

IX - interpretar conclusivamente, em grau de recurso, os dispositivos do regulamento dos serviços administrativos;

X - encaminhar ao Poder Executivo as solicitações de créditos adicionais necessários aos seus serviços;

XI - autorizar a realização de concurso público;

XII - apresentar o orçamento analítico ao Plenário.

§ 2º - À Comissão de Constituição e Justiça compete manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa; sobre o caráter estrutural dos projetos para os fins previstos na Constituição do Estado; sobre os Recursos previstos neste Regimento; propor através de projeto de resolução a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou de decreto municipal declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça; e, quanto ao mérito, sobre as proposições relativas as seguintes matérias:

I - criação de municípios;

II - incorporação, fusão e desmembramento de município;

III - perda de mandato de deputado;

IV - transferência temporária da sede do Governo;

V - organização dos Poderes do Estado;

VI - Ministério Público;

VII - intervenção nos municípios;

VIII - alterações de códigos;

IX - organização e divisas judiciárias;

X - autorização para o governador e vice-governador se ausentarem do País e do Estado;

**XI - escolha do Procurador-Geral da Justiça do Estado, do Conselheiro, do Auditor e dos Controladores do Tribunal de Contas;**

XII - declaração de utilidade pública de associações civis.

§ 3º - À Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive as de outras Comissões, que concorram para aumentar ou diminuir a despesa pública; sobre atividades financeiras do Estado; matéria tributária, empréstimos públicos; fixar, em cada legislatura, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos deputados; fixar para cada exercício financeiro a remuneração do governador e do vice-governador do Estado; e submeter previamente à Comissão de Fiscaliza-

ção os processos referentes à Lei n.º 8358, de 5 de setembro de 1.986.

§ 4º - À Comissão de Orçamento compete manifestar-se sobre a proposta de Orçamento-Programa, Orçamento Plurianual de Investimento do Estado e do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, organizando, na sua falta, o projeto de lei orçamentária à base do orçamento em vigor; fiscalização e execução do orçamento e abertura de crédito.

§ 5º - À Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio compete manifestar-se sobre as proposições relativas à agricultura, pecuária, caça, pesca, flora, fauna e solo, defesa animal e vegetal, irrigação e insumos; sobre proposições industriais e comerciais e sobre subvenções e favores a quaisquer dessas atividades:

§ 6º - À Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações compete manifestar-se sobre proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos, concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e sobre comunicação em geral;

§ 7º - À Comissão de Educação, Cultura e Esportes compete manifestar-se sobre a educação e instrução pública ou particular, sobre questões relativas ao desenvolvimento cultural, ao desenvolvimento arqueológico e artístico, ao patrimônio histórico, ao incentivo e difusão de todas as modalidades de esporte amador.

§ 8º - À Comissão de Terras, Imigração e Colonização compete manifestar-se sobre as proposições relativas à exploração e aproveitamento de terras públicas, a fixação do homem na terra e programas de colonização.

§ 9º - À Comissão de Segurança Pública compete manifestar-se sobre as proposições relativas à Polícia Militar e Polícia Civil, assim como referentes à ordem e à segurança pública.

§ 10 - À Comissão de Saúde Pública compete manifestar-se sobre as proposições relativas à saúde pública, higiene, assistência sanitária, controle de drogas, medicamentos e alimentos e exercício da medicina e profissões afins.

§ 11 - À Comissão de Redação compete preparar a redação final das proposições, observadas as exceções regimentais.

§ 12 - À Comissão de Tomada de Contas compete manifestar-se sobre representações e recursos dos atos do Tribunal de Contas: tomar as contas do governador; fiscalizar as entidades da administração indireta, apreciar, anualmente, as contas do Tribunal de Contas.

§ 13 - À Comissão de Turismo compete manifestar-se sobre as proposições relativas ao turismo interno e ao desenvolvimento de mecanismos de atração de turistas de outros estados e do exterior.

§ 14 - À Comissão de Ecologia e Meio Ambiente compete manifestar-se sobre as proposições relativas à disciplina das atividades humanas que interfiram ou alterem o meio ambiente, as que visam à conservação da natureza e evitar a depredação dos recursos naturais.

§ 15 - A Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa, prevista no art.76 da Constituição do Estado, terá as seguintes atribuições:

I - apreciar fatos que digam respeito a indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados;

II - solicitar à autoridade responsável que no prazo improrrogável de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários;

III - não prestados os esclarecimentos, solicitar do Tribunal de Contas pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias;

IV - entendendo o Tribunal que a despesa é irregular, se julgar que o gasto pode causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, propor à Assembléia Legislativa sua sustação, se ainda não realizado, ou reembolso, se já realizado.

V - se assim deliberar, solicitar ao Tribunal de Contas a designação de técnico para, juntamente com seus Membros, efetuar, *in loco*, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, nas unidades administrativas dos três Poderes, da administração direta ou indireta, incluídas e mantidas pelo Poder Público Estadual, nos termos dos arts. 74 e 75, inciso IV, da Constituição Estadual;

VI - fiscalizar a aplicação da Lei n.º 8358, de 08 de setembro de 1986, representando ao Ministério Público, para as providências legais cabíveis, nos casos de não cumprimento do disposto em seu art. 1º, § 2º, ou de constatação de irregularidades no processo licitatório.

**§ 16 – À Comissão de Defesa do Consumidor e de Direitos Humanos compete manifestar-se e promover a defesa do cidadão e da cidadania.**

**§ 17 – À Comissão de Revisão Constitucional compete manifestar-se sobre emendas e atualizar sempre que necessário a Constituição do Estado do Paraná.**

### Seção III

Das Comissões Temporárias



Art. 34 - As Comissões Temporárias são:

I - Especiais:

II - de Inquérito;

III - Externas.

§ 1º - As Comissões Temporárias compor-se-ão de tantos membros quantos forem previstos no ato de sua constituição.

§ 2º - Os membros da Comissão Temporária serão designados pelo presidente por indicação dos Líderes, ou independente dela se, no prazo de quarenta e oito horas após ser criada, não se fizer a escolha.

§ 3º - Na constituição das Comissões Temporárias observar-se-á o rodízio entre as bancadas não contempladas, de tal forma que todos os Partidos ou Blocos Parlamentares possam fazer-se representar.

§ 4º - A participação do deputado em Comissão Temporária cumprir-se-á sem prejuízo de suas funções em Comissões Permanentes.

Art. 35 - As Comissões Especiais serão constituídas por determinação da Assembléia, mediante requerimento escrito com a indicação do assunto de que devam tratar, o número de membros e o prazo de duração.

#### Seção IV

##### Da Comissão Parlamentar de Inquérito

Art. 36 - A Assembléia, a requerimento de um terço de seus membros, ou de qualquer um deles, individualmente, mediante deliberação do Plenário, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento.

§ 1º - Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Estado, que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.

§ 2º - Recebido o requerimento, o presidente o mandará à publicação, desde que satisfeitos os requisitos regimentais; caso contrário, devolvê-lo-á ao autor, cabendo desta decisão recurso para o Plenário, no prazo de cinco sessões, ouvindo-se a Comissão de Constituição e Justiça.

§ 3º - A Comissão, que poderá atuar também durante o recesso parlamentar, terá o prazo de cento e vinte dias, prorrogável por até a metade, mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos.

§ 4º - Não se criará Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem pelo menos cinco funcionando na Assembléia, salvo mediante projeto de resolução.

**§ 5º - Quando estiver em andamento cinco Comissões Parlamentar de Inquérito e outra for protocolada, estando revestida dos requisitos regimentais está aguardará pela ordem de protocolo até que uma das em andamento seja concluída.**

§ 6º - A Comissão Parlamentar de Inquérito terá sua composição numérica indicada no requerimento ou projeto de resolução, respeitada a proporcionalidade da representação partidária.

§ 7º - Do ato de criação constarão a previsão de meios ou recursos administrativos, as condições organizacionais e o assessoramento necessários ao bom desempenho da Comissão, incumbindo à Mesa e à administração da Casa o atendimento preferencial das providências que forem solicitadas.

Art. 37 - A Comissão Parlamentar de Inquérito poderá, observada a Legislação específica:

I - requisitar funcionários dos serviços administrativos da Assembléia, bem como, em caráter transitório, os de qualquer órgão ou entidades da administração pública direta, indireta e fundacional, do Poder Judiciário ou do Ministério Público, necessários aos seus trabalhos;

II - determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de órgãos e entidades da administração pública informações e documentos, requerer audiência de deputados e secretários de Estado, tomar depoimento de autoridades estaduais e municipais e requisitar os serviços de quaisquer autoridades, inclusive policiais;

III - incumbir qualquer de seus membros, ou funcionários requisitados de serviços administrativos da Assembléia, da realização de sindicância ou diligências necessárias aos seus trabalhos, dando conhecimento prévio à Mesa.

IV - deslocar-se a qualquer ponto do território estadual para a realização de investigações e audiências públicas;

V - estipular prazo para o atendimento de qualquer ponto do território estadual para a realização de investigações e audiências públicas;

VI - estipular prazo para o atendimento de qualquer providência ou realização de diligência sob as penas de lei, exceto quando da alçada de autoridade judiciária;

VII - se forem diversos os fatos inter-relacionados objeto do inquérito, dizer em separado sobre cada um, mesmo antes de finda a investigação dos demais.

Parágrafo Único - As Comissões Parlamentares de Inquérito valer-se-ão, subsidiariamente, das normas contidas no Código de Processo Penal e na legislação específica.

Art. 38 - Ao término dos trabalhos a Comissão apresentará relatório circunstanciado, com as conclusões, que será publicado no Diário da Assembléia e encaminhado:

I - à Mesa, para as providências de alçada desta ou do Plenário, oferecendo, conforme o caso, projeto de resolução ou de decreto legislativo, ou indicação, que será incluída na Ordem do Dia dentro de cinco sessões;

II - ao Ministério Público do Estado, com a cópia da documentação, para que promova a responsabilização civil ou criminal por infrações apuradas e adote outras medidas decorrentes de suas funções institucionais;

III - ao Poder Executivo, para adotar as providências saneadoras de caráter disciplinar e administrativo decorrentes de dispositivos constitucionais e legais aplicáveis, assinalando prazo hábil para seu cumprimento;

IV - à Comissão Permanente que tenha maior pertinência com a matéria, à qual incumbirá fiscalizar o atendimento do prescrito no inciso anterior;

V - ao Tribunal de Contas do Estado para as providências contidas na Constituição Estadual.

Parágrafo Único - Nos casos dos incisos I, II e V, a remessa será feita pelo presidente da Assembléia, no prazo de cinco sessões.

Art. 39 - As Comissões Permanentes e as Especiais poderão reunir-se fora do Poder Legislativo e deslocar para qualquer parte do território do Estado, dependendo de aprovação da Comissão por maioria absoluta de seus membros à vista de solicitação fundamentada e subscrita pela totalidade de seus membros.

Art. 40 - As Comissões Externas poderão ser instituídas pelo Plenário da Assembléia, de ofício ou a requerimento de qualquer deputado, para cumprir missão temporária autorizada, sujeita à deliberação do Plenário quando importarem ônus para a Casa.

Parágrafo Único - Para os fins deste artigo, considera-se missão autorizada aquela que implicar o afastamento do deputado pelo prazo máximo de oito sessões, se exercida no País, e de trinta, se desempenhada no exterior, para representar a Assembléia nos atos a que tenha sido convidada ou a que haja de assistir.

## Seção V

### Da Presidência das Comissões

Art. 41 - Se qualquer das Comissões, Permanentes, Especiais ou de Inquérito, não se instalar dentro de cinco dias, contados da sua organização, o presidente da Assembléia convocará seus membros, com a antecedência de vinte e quatro horas, para se reunirem em uma das salas do edifício da Assembléia, sob a Presidência do 1º vice-presidente da Assembléia, e elegerem o presidente e o vice-presidente da Comissão.

Parágrafo Único - Nas ausências e impedimentos, o presidente será substituído pelo vice-presidente, que, nas mesmas hipóteses, será substituído pelo membro mais idoso.

Art. 42 - Ao presidente compete:

a) convocar a reunião da comissão todas as vezes que julgar necessário, ou sempre que for solicitado por qualquer dos seus membros, devendo a reunião ser anunciada com antecedência de pelo menos vinte e quatro horas;

b) presidir a todas as reuniões e dirigir-lhes os trabalhos, designando relatores, distribuindo a matéria, regulando os debates, promovendo a publicação das atas, suspendendo os trabalhos, quando julgar necessário, e, resolvendo, de acordo com o regimento, todas as questões de ordem;

c) solicitar ao presidente da Assembléia substitutos para os membros da Comissão, ausentes ou impedidos;

d) usar o órgão de comunicação da Comissão, com a Mesa;

e) usar do voto de qualidade no caso de empate da votação.

Parágrafo Único - Assiste ao presidente o direito de avocar os projetos de lei que desejar relatar.

## Seção VI

### Dos Pareceres

Art. 43 - Parecer é o pronunciamento de Comissões sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo.

§ 1º - As Comissões deverão apresentar parecer às proposições, mensagens e demais papéis sujeitos à sua deliberação.

§ 2º - Os pareceres serão redigidos por escrito, em termos explícitos,

sobre conveniência da aprovação ou da rejeição da matéria a que se reportem e terminarão por conclusões sintéticas.

§ 3º - Excepcionalmente, nos casos expressamente previstos no Regimento, os pareceres poderão ser verbais.

## **Seção VII**

### **Das Vagas e Impedimentos**

Art. 44 - As vagas nas Comissões verificar-se-ão:

I - com a cassação do mandato legislativo;

II - com a renúncia;

III - com a opção;

IV - com a perda de lugar.

§ 1º - A renúncia de qualquer membro de Comissão será ato acabado e definitivo.

§ 2º - Os membros da Comissão Executiva não poderão fazer parte de outra Comissão Permanente. O membro que é eleito para a Executiva e que não optar por uma delas, dentro de quarenta e oito horas, considerar-se-á como tendo preferido continuar naquela em que já figurava.

§ 3º - O membro da Comissão que deixar de comparecer a três reuniões ordinárias consecutivas perderá o lugar, sendo nomeado, desde logo, substituto pelo presidente da Assembléia, de ofício ou a requerimento de qualquer deputado.

§ 4º - O presidente da Assembléia preencherá, por nomeação, as vagas verificadas nas Comissões, dentro de quarenta e oito horas, de acordo com a indicação do Líder do Partido ou Bloco Parlamentar a que pertencer o substituto.

§ 5º - Quando a vaga se verificar na Comissão Executiva, em consequência de qualquer dos casos referidos no art. 44, ou por falta de comparecimento, sem causa justificada e devidamente comunicada por mais de quinze dias consecutivos, o preenchimento far-se-á por eleição, de conformidade com o art. 9º deste Regimento;

Art. 45 - O membro da Comissão que não puder comparecer as reuniões deverá disso dar conhecimento ao seu presidente.

§ 1º - O presidente da Assembléia, de ofício, a requerimento do presidente da Comissão ou em consequência da comunicação de qualquer deputado, designará substituto, por indicação do Líder do Partido ou Bloco Parlamentar a que pertencer o impedido ou ausente.

§ 2º - Cessará a permanência do substituto na Comissão, desde que o substituído compareça às suas reuniões.

## **Seção VIII**

### **Das Reuniões**

Art. 46 - As Comissões Permanentes reunir-se-ão ordinariamente na sede da Assembléia, em dias e horas pré-fixados, de terça à quinta-feira, a partir das nove horas, ressalvadas as convocações voluntárias de Inquérito que se realizarem fora da Capital.

§ 1º - Em nenhum caso, ainda que se trate de reunião extraordinária, o seu horário poderá coincidir com o da Ordem do Dia da Sessão Ordinária ou Extraordinária da Assembléia Legislativa.

§ 2º - O Diário da Assembléia publicará, semanalmente, a relação das Comissões com designação do local e da hora em que se realizarem suas reuniões.

Art. 47 - As reuniões extraordinárias das Comissões terão lugar por convocação dos respectivos presidentes, de ofício, ou a requerimento de um terço de seus Membros.

Art. 48 - As reuniões ordinárias ou extraordinárias das Comissões durarão o tempo necessário aos seus fins, a juízo do presidente.

Art. 49 - As reuniões das Comissões serão públicas, salvo disposições em contrário, podendo a elas assistir qualquer deputado, que poderá discutir perante elas o assunto de que se ocuparem e enviar-lhes sugestões e esclarecimentos.

§ 1º - Nas reuniões secretas servirá como secretário da Comissão, por designação do presidente, um de seus Membros.

§ 2º - Só os deputados ou secretários de Estado, quando convidados, poderão assistir às reuniões secretas.

## **Seção IX**

### **Dos Trabalhos**

Art. 50 - Os trabalhos das Comissões obedecerão à seguinte ordem:

I - leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior;

II - leitura sumária do expediente;

III - distribuição da matéria aos relatores, mediante sorteio e obedecendo rodízio;

IV - leitura dos pareceres definitivamente assentados;

V - leitura, discussão e votação de requerimentos ou relatórios.

§ 1º - Essa ordem poderá ser alterada pela Comissão para tratar de matéria urgente ou a requerimento de preferência, de qualquer dos seus membros, para determinado assunto.

§ 2º - Tratando-se de matéria urgente, como tal considerada pelo Plenário ou por este Regimento, o presidente designará relator independentemente de reunião da Comissão, tendo, nesse caso, o deputado destacado para esse mister o prazo de quarenta e oito horas para oferecer o seu parecer.

**§ 3º - Havendo pedido de vistas na apresentação do parecer de matéria em regime de urgência o mesmo será concedido pelo prazo de quarenta e oito horas independente da quantidade de requerente.**

§ 4º - As Comissões deliberarão por maioria de votos com a presença da maioria dos seus membros.

§ 5º - A Comissão que receber proposição, mensagem ou qualquer outro papel que lhe for enviado pela Mesa poderá propor a sua adição, ou a sua rejeição, total ou parcial apresentar projetos deles decorrentes, dar-lhes substitutivos e apresentar emendas e subemendas.

Art. 51 - O membro da Comissão a que for distribuída qualquer matéria terá o prazo de dez dias para apresentação de seu parecer escrito.

§ 1º - O presidente da Comissão poderá, a requerimento fundamentado do relator, prorrogar por mais cinco dias o prazo que lhe é assinado neste artigo. Esgotado o prazo regimental, sem que o relator haja apresentado parecer, o presidente designará novo relator, ao qual o processo deverá ser entregue imediatamente.

§ 2º - Apresentado o parecer, será lido ou dispensada a sua leitura, e, se estiver impresso, será o mesmo posto em discussão pelo prazo que o presidente julgar necessário.

§ 3º - Encerrada a discussão, proceder-se-á à votação do parecer, o qual, se for aprovado em todos os seus termos, será tido como da Comissão e, logo a seguir, assinado pelos membros presentes.

§ 4º - Se o parecer tiver alterações, com as quais esteja de acordo o relator, será concedido a este prazo até a reunião seguinte, para redigí-lo de conformidade com o vencido, ou apenas de quarenta e oito horas, em casos de urgência.

§ 5º - Se o parecer do relator não for adotado pela maioria da Comissão, o presidente designará novo relator, dentre os que a constituem.

§ 6º - Para a apresentação do novo parecer, será concedido ao segundo relator o prazo de três dias.

§ 7º - Na hipótese de a Comissão aceitar parecer diverso do primeiro relator, o deste passará a constituir voto em separado.

§ 8º - Para o efeito da contagem de votos relativos ao parecer serão considerados:

I - favoráveis, os "pelas conclusões", os "com restrição" e os "separados", não divergentes da conclusão;

II - contrários, os "vencidos".

§ 9º - Às Comissões é lícito dividir, para facilitar o estudo, qualquer matéria sujeita ao seu exame, distribuindo cada parte, ou capítulo, a um relator parcial, mas designando um relator geral, de modo a ser enviado à Mesa um só parecer.

§ 10 - Quando diferentes matérias se encontrarem numa só proposição, poderão as Comissões dividi-las para constituírem projetos separados.

§ 11 - Ao Membro da Comissão que pedir vista será concedido o prazo de três dias improrrogáveis; se a vista for solicitada por mais de um Membro da Comissão, será dada em comum acordo pelo mesmo prazo.

Art. 52 - Todos os papéis destinados às Comissões serão encaminhados aos seus respectivos presidentes pelo 1º secretário da Assembléia, dentro do prazo de quarenta e oito horas do recebimento dos mesmos, e, por intermédio do referido 1º secretário, deverão as Comissões enviar à Mesa os seus papéis.

Art. 53 - Qualquer deputado poderá requerer, por escrito, à Assembléia, audiência de uma Comissão sobre determinado assunto.

Art. 54- Das reuniões das Comissões lavrar-se-ão atas, como resumo dos trabalhos e de tudo quanto houver ocorrido, as quais serão publicadas no Diário da Assembléia.

Art. 55 - As Comissões terão como secretários funcionários da Secretaria da Assembléia, obrigatoriamente.

## **Seção X**

### **Do Assessoramento Legislativo**

Art. 56 - As Comissões contarão, para o desempenho das suas atribuições, com assessoramento da consultoria técnica às Comissões e especializadas em suas áreas de competência, a cargo do órgão de assessoramento institucional da Assembléia Legislativa, bem como a Procuradoria Parlamentar.

## **Capítulo IV**

### **Da Remuneração e da Ajuda de Custo**

Art. 57 - A remuneração dos deputados, constituída de subsídio e representação, e a ajuda de custo e os

auxílios complementares serão estabelecidos no fim de cada legislatura para a subsequente.

Art. 58 - A remuneração será devida:

I - a partir do início da legislatura, aos deputados diplomados, na instalação da primeira sessão legislativa;

II - a partir da expedição do diploma, ao diplomado posteriormente à instalação;

III - a partir da posse, ao suplente em exercício.

Art. 59 - O deputado que deixar de votar, a não ser que se tenha declarado impedido, deixará de receber 1/30 (um trinta avos) do subsídio e da representação, desde que a votação seja interrompida ou por falta de número.

Parágrafo Único - A Mesa poderá mandar abonar até sete faltas por mês ao deputado que justifique sua ausência e desde que esta não tenha contribuído para o adiamento da votação.

Art. 60 - A remuneração do deputado pelo comparecimento às Sessões Extraordinárias será paga na forma estabelecida para as Sessões Ordinárias.

Art. 61 - O deputado não sofrerá desconto em sua ausência, se esta decorrer de desempenho de missão oficial.

Parágrafo Único - As despesas feitas, em razão de missão oficial a que se refere este artigo, serão ressarcidas.

Art. 62 - Considera-se ajuda de custo a compensação financeira de outras imprescindíveis ao comparecimento à sessão legislativa Ordinária ou à Sessão decorrente de convocação extraordinária.

Art. 63 - Terá direito à remuneração o deputado que se encontrar em missão diplomática ou cultural de caráter transitório, autorizada pela Assembléia.

Art. 64 - Não terá direito à remuneração o deputado investido nas funções de ministro de Estado, governador de Território, secretário de Estado, secretário de Prefeitura da Capital, se optar pela percepção da retribuição do cargo.

Art. 65 - O deputado licenciado para tratar de interesses particulares não terá direito à ajuda de custo e à remuneração.

Art. 66 - Sempre que estiver fora da Assembléia, no exercício das funções, o presidente será tido como presente para os fins do disposto neste Capítulo.

Parágrafo Único O mesmo ocorrerá com respeito ao 1º e 2º secretários quando, por delegação do presidente, estiverem em representação da Assembléia.

Art. 67 - O suplente convocado perceberá, a partir da posse, a remuneração e a ajuda de custo a que tiver direito o deputado em exercício, observado o disposto no art. 58.

§ 1º - A remuneração será paga proporcionalmente, a partir da data da posse.

§ 2 - O valor correspondente à ajuda de custo não será devido ao suplente reconvocato na mesma sessão legislativa.

## Capítulo V

### Da Extinção e da Perda do Mandato

Art. 68 - As vagas, na Assembléia, verificar-se-ão em virtude de:

I - falecimento;

II - renúncia;

III - perda de mandato.

Art. 69 - A renúncia do deputado ao mandato deve ser dirigida à Mesa, por escrito, com firma reconhecida e independente da aprovação da Assembléia, mas somente se tornará efetiva e irretratável depois de lida no Expediente e publicada no Diário da Assembléia.

Art. 70 - Considera-se haver renunciado:

I - o deputado que não prestar o compromisso no prazo estabelecido neste Regimento ou que for empossado em função ou cargo incompatível com o mandato;

II - o suplente que, convocado, não se apresentar para entrar em exercício no prazo estabelecido neste Regimento.

Art. 71 - O comparecimento efetivo do deputado à sessão será verificado, no decurso de sua duração, mediante registro em formulário próprio.

Art. 72 - A vacância, nos casos de renúncia, será declarada, em sessão, pelo presidente.

Parágrafo Único - Na sessão seguinte à publicação da declaração e vacância, qualquer deputado dela poderá interpor recurso para o Plenário, que deliberará, ouvida a Comissão de Constituição e Justiça.

Art. 73 - Perde o mandato o deputado:

I - que infringir qualquer das disposições constantes do art. 58 da Constituição Estadual;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório das instituições vigentes;

III - que deixar de comparecer à terça parte das Sessões Ordinárias da Assembléia, em cada sessão legis-

lativa anual, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada;

IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VI - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal.

§ 1º - Além de outros casos definidos no Regimento Interno, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao deputado, ou a percepção, no exercício do mandato, de vantagens indevidas.

§ 2º - Nos casos dos incisos I, II e V, a perda de mandato será decidida pela Assembléia, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado na Assembléia, assegurada ampla defesa.

§ 3º - A representação será encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que proferirá seu parecer em quinze sessões, concluindo:

a) nos casos dos incisos I e II, pela aceitação da representação para melhor exame ou pelo seu arquivamento;

b) nos casos do inciso III, pela procedência, ou não, da representação.

§ 4º - O Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, uma vez lido no expediente e publicado no Diário da Assembléia e em avulsos, será:

a) nos casos dos incisos I e II, incluído em Ordem do Dia;

b) nos casos do inciso III, encaminhado à Mesa para decisão.

Art. 74 - Admitida a representação pelo voto do Plenário, o presidente designará comissão composta de sete membros para instrução da matéria.

§ 1º - Recebida e processada a matéria, será fornecida cópia ao acusado, que terá o prazo de quinze sessões, para apresentar, à comissão, defesa escrita.

§ 2º - Apresentada ou não a defesa, a comissão, após proceder às diligências que julgar necessárias, emitirá parecer, concluindo por projeto de resolução, no sentido da perda ou do arquivamento definitivo do processo.

§ 3º - Para falar sobre o parecer, será concedida vista do processo ao acusado pelo prazo de dez sessões.

Art. 75 - O mandato do deputado é incompatível com o exercício de qualquer função efetiva da União, dos

Estados e dos Municípios, importando em renúncia do mandato a inobservância desta norma.

## Capítulo VI

### Da Convocação do Suplente

Art. 76 - A Mesa convocará imediatamente o suplente nos casos de vaga, licença por mais de cento e vinte dias ou de investidura nas funções de ministro de Estado, secretário de Estado, secretário de Prefeitura da Capital ou chefe de missão diplomática temporária e deverá fazê-lo no dia da vaga, da licença ou da investidura.

**Parágrafo Único - O suplente terá o prazo de quinze dias para tomar posse, sob pena de ser considerado renunciante, salvo motivo de doença ou investidura em outro cargo público.**

## TÍTULO III

### DOS TRABALHOS DA ASSEMBLÉIA

#### Capítulo I

##### Das Sessões da Assembléia

Art. 77 - As sessões da Assembléia Legislativa serão preparatórias, ordinárias e extraordinárias.

§ 1º - Preparatórias são as que precedem à instalação dos trabalhos da Assembléia, em cada sessão legislativa.

§ 2º - Ordinárias são as de qualquer sessão legislativa, realizadas em todos os dias úteis, de segunda à quinta-feira.

§ 3º - Extraordinárias são as sessões realizadas em dia ou hora diversos dos pré-fixados para as sessões ordinárias.

§ 4º - A Assembléia poderá realizar sessões solenes ou especiais, que serão consideradas extraordinárias, para comemorações ou homenagens.

Art. 78 - As sessões ordinárias terão início às 14h30min e durarão, no máximo 4h30min.

Parágrafo Único - O presidente poderá, excepcionalmente, convocar sessões ordinárias para o período matinal.

**Parágrafo Único - O presidente poderá, excepcionalmente, convocar sessões ordinárias para o período matinal ou noturno.**

Art. 79 - Durante o período de seus trabalhos ordinários ou extraordinários, a Assembléia poderá realizar outras sessões, afora as previstas por este Regimento, desde que assim decida a maioria, a requerimento de qualquer deputado.

§ 1º - O presidente pré-fixará o dia, a hora e a Ordem do Dia dessas sessões extraordinárias, dando-as a conhecer previamente à Assembléia.

§ 2º - A sua hora do Expediente deverá se limitar à leitura do mesmo, quando houver.

Art. 80 - Tanto as sessões ordinárias como as extraordinárias serão públicas, mas poderão ser secretas, quando assim for deliberado pelo Plenário.

Art. 81 - O prazo de duração das sessões poderá ser prorrogado a requerimento de qualquer deputado, desde que estejam presentes pelo menos um terço dos deputados.

§ 1º - O requerimento objetivando a prorrogação de sessão será escrito, independente de discussão, decidir-se-á por maioria de votos, presentes pelo menos um terço dos deputados, pelo processo simbólico, não admitirá encaminhamento de votação e deverá pré-fixar o prazo dessa prorrogação.

§ 2º - Quando a prorrogação for para que o orador inicie ou termine explicação pessoal, a mesma não poderá exceder de quinze minutos.

§ 3º - Quando a prorrogação se destina à votação só poderá ser concedida com a presença da maioria absoluta dos deputados.

§ 4º - O requerimento de prorrogação poderá ser apresentado à Mesa, até o momento de anunciar o presidente a Ordem do Dia seguinte.

§ 5º - Se houver orador na tribuna, no momento de findar a sessão, e houver sido requerida a prorrogação, o presidente interrompê-lo-á para submeter à votação o requerimento.

Art. 82 - A juízo do presidente, ou por deliberação da Assembléia poder-se-á destinar a primeira hora de qualquer sessão a grandes comemorações ou homenagens póstumas ou interrompê-la para recepção de altas personalidades.

Art. 83 - Para manutenção da ordem, respeito e solenidade das sessões, serão observadas as seguintes regras:

I - durante a sessão os deputados deverão permanecer nas respectivas bancadas;

II - nenhuma conversação será permitida no recinto em tom que dificulte a leitura dos atos ou documentos, a chamada nominal, as deliberações da Mesa e os debates;

III - falando da bancada, os oradores deverão manter-se em pé e em caso algum poderão fazê-lo de costas para a Mesa;

IV - os deputados poderão apartear sentados, em termos breves e corteses.

V - não serão admitidos apartes às palavras do presidente, paralelos aos discursos ou por ocasião do encaminhamento de votação.

Art. 84 - A Sessão Extraordinária pode ser convocada:

I - pelo presidente da Assembléia, de ofício;

II - pelos líderes, em requerimento escrito, sujeito à deliberação em Plenário;

§ 1º - Não poderão ser convocadas mais de duas sessões extraordinárias entre duas ordinárias.

§ 2 - O disposto no parágrafo anterior não prevalece no caso de apreciação de proposições em regime de urgência.

§ 3º - A Sessão Extraordinária somente poderá ser realizada em dia ou hora diversos dos pré-fixados para as Ordinárias.

Art. 85 - Sempre que for convocada Sessão Extraordinária, o presidente comunicará o fato aos deputados em Sessão.

Parágrafo Único - Se a convocação ocorrer em circunstâncias que não permitam a comunicação prevista neste artigo, a Mesa adotará os meios e providências que julgar necessários.

Art. 86 - A duração da Sessão Extraordinária será de duas horas e trinta minutos, admitindo-se prorrogação máxima por igual tempo.

Parágrafo Único - O tempo destinado à Sessão Extraordinária será totalmente utilizado na apreciação da matéria objeto da convocação.

**Parágrafo Único - O tempo destinado à Sessão Extraordinária será utilizado na apreciação da matéria objeto da convocação, sendo precedido apenas pelo horário das Lideranças.**

Art. 87 - A Assembléia Legislativa realizará, no máximo, oito Sessões Extraordinárias por mês.

## **Seção I**

### **Das Sessões Públicas**

Art. 88 - À hora do início da Sessão, verificando-se a presença de, no mínimo, um terço dos Membros da Assembléia, o presidente, dizendo:

"SOB A PROTEÇÃO DE DEUS INICIAMOS NOSSOS TRABALHOS", declarará aberta a sessão, sendo lida e posta em discussão a ata da sessão anterior, a qual não havendo restrições, será dada por aprovada.

§ 1º - A discussão da ata não deverá exceder à hora do Expediente, que é a primeira da Sessão.

§ 2º - No caso de qualquer reclamação, o 2º secretário prestará os necessários esclarecimentos, e, quando, apesar deles, o presidente da Mesa reconhecer a procedência da retificação, será essa consignada na ata imediatamente; da decisão do presidente poderá haver recurso para o Plenário.

Art. 89 - Na discussão da ata, qualquer deputado poderá usar da palavra, uma vez e durante dez minutos, apenas para retificá-la.

Art. 90 - A duração do Expediente é de 2h30min, assim distribuídos:

I - trinta minutos para discussão e votação da ata da Sessão anterior, leitura do Expediente, dos pareceres das comissões, dos projetos, indicações e requerimentos que se acharem sobre a mesa, os quais serão mandados publicar. Esgotado este prazo, a matéria não lida será despachada pelo 1º secretário para publicação;

II - trinta minutos, no máximo, destinados aos oradores inscritos ou, na falta destes, aos que solicitarem a palavra para versar assuntos de livre escolha, não podendo cada orador exceder ao prazo de cinco minutos, proibidos os apartes;

III - noventa minutos, improrrogáveis, destinados às lideranças de Bancadas Partidárias ou Blocos Parlamentares e oradores inscritos ou, na falta destes, a deputados que solicitarem a palavra para versar assunto de livre escolha.

§ 1 - Os trinta minutos iniciais serão ocupados segundo a ordem cronológica de inscrição ou de pedido para uso da palavra.

§ 2º - A hora final, dividida equitativamente, será atribuída aos Líderes, cabendo o uso inicial da palavra àquela que pertencer à mesma bancada do orador antecedente.

**§ 3º - Aos líderes de bancadas é facultado delegar aos seus liderados o uso da palavra.**

§ 4º - Ausente o Líder, competirá ao mais idoso dos vice-líderes presentes o uso da palavra ou indicação de membro da bancada para fazê-lo.

§ 5º - Na falta dos Líderes e vice-Líderes, ao mais idoso dos integrantes de cada bancada fica transferida a competência de que tratam os parágrafos anteriores.

Art. 91 - Finda a hora do Expediente, passar-se-á à matéria destinada à Ordem do Dia.

§ 1º - Presente a maioria absoluta dos deputados, dar-se-á início às votações, que obedecerão à ordem estabelecida no § 1º do art. 101 deste Regimento;

§ 2º - Não havendo número para a votação, o presidente anunciará o debate da matéria a ser discutida; mas, logo que houver maioria legal para deliberar, o presidente convidará o deputado que estiver com a palavra a interromper o seu discurso, para se proceder às votações.

§ 3º - As votações não serão interrompidas, salvo se verificar a falta de número, constatada pela chamada nominal, hipótese em que ficarão para a sessão seguinte.

**§ 4º - Constatado número legal para votação na chamada nominal, o presidente considerará quórum para matéria que originou a chamada, independentemente do número de deputados em plenário numa eventual verificação, considerando os ausentes como abstenções de voto.**

§ 5º - Terminadas as votações, o presidente anunciará o debate da matéria em discussão, o qual será encerrado se nenhum deputado se houver inscrito ou solicitado a palavra, passando-se à sua imediata votação, se houver número.

§ 6º - Se não houver número para a votação imediata deverá ser reservado espaço, para esse fim, na Ordem do Dia seguinte.

§ 7º - Após as discussões da matéria constante da Ordem do Dia, a hora restante dos trabalhos será destinada às explicações pessoais.

§ 8º - A nenhum deputado é lícito fazer uso da palavra, para explicações pessoais, mais de uma vez, e demorar-se na tribuna mais de quinze minutos, prorrogáveis, a critério do presidente, por igual tempo.

Art. 92 - Concluídos todos os trabalhos, o presidente encerrará a Sessão, proferindo a fórmula "**LEVANTA-SE A SESSÃO**".

Art. 93 - As inscrições dos oradores, para a hora do Expediente, serão feitas em livro especial, em ordem cronológica.

§ 1º - Não será permitida outra inscrição de deputados antes de o orador inscrito haver usado da palavra.

§ 2º - Se algum deputado julgar conveniente a inclusão na Ordem do Dia, sem prejuízo da colocação em pauta, de qualquer proposição, poderá solicitá-lo por escrito ao presidente.

Art. 94 - Todas as matérias que **estejam** em condições regimentais de entrar na Ordem do Dia ficarão sob a guarda da Mesa.

§ 1º - Salvo deliberação do Plenário, nenhum projeto será entregue à discussão inicial ou única, na Ordem do Dia, sem que figure em pauta, ficando sobre a mesa, para conhecimento e estudo dos deputados, durante três



sessões consecutivas e sendo publicado na íntegra, pelo menos uma vez, na Ordem do Dia.

§ 2º - As matérias em pauta serão enunciadas diariamente em seguida à Ordem do Dia.

§ 3º - Desde que o projeto esteja em pauta, a Mesa receberá as emendas que couberem e anotará os pedidos de inscrição dos deputados que desejarem discutir a matéria.

§ 4º - Se forem apresentadas emendas que não estiverem assinadas pela maioria dos Membros de qualquer Comissão, estas serão remetidas à Comissão competente, para o respectivo parecer e, oferecido este, ficarão em condições de entrar para a Ordem do Dia.

§ 5º - Se não forem apresentadas emendas do Plenário e não houver orador inscrito para debater o projeto em pauta, entrará ele em Ordem do Dia, para discussão e votação.

§ 6º - É lícito ao presidente, de ofício ou a requerimento de deputados, com recurso para o Plenário, retirar da pauta proposição que necessite parecer de outra Comissão, esteja em desacordo com exigência regimental, ou demande qualquer providência antes da inclusão na Ordem do Dia.

## Seção II

### Das Sessões Secretas

Art. 95 - A Assembléia poderá realizar Sessões Secretas, se assim o resolver a maioria **absoluta** dos seus Membros, a requerimento escrito de qualquer deputado ou Comissão.

Parágrafo Único - Esse requerimento, em que deve ser indicado o objeto da Sessão, será submetido a voto independentemente de discussão.

Art. 96 - Para realizar a Sessão Secreta, o presidente fará sair da sala, das galerias e demais dependências do recinto todas as pessoas estranhas, inclusive os empregados do serviço de debates e taquigrafia.

§ 1º - Reunida a Assembléia, em Sessão Secreta, deliberar-se-á, preliminarmente, se o assunto deve ou não ser assim tratado e, conforme o resultado, a Sessão continuará secreta ou se tomará pública.

§ 2º - Antes de se encerrar a Sessão Secreta, a Assembléia resolverá se deverão ficar secretos ou constar da ata pública os assuntos discutidos.

§ 3º - As atas das Sessões Secretas serão aprovadas pela Assembléia antes de levantada a Sessão, assinadas e rubricadas pela Mesa, fechadas em invólucros pelo 1º e 2º secretários, com a data da Sessão, e recolhidas ao arquivo da Assembléia.

## Seção III

### Da Audiência dos secretários de Estado

Art. 97 - O secretário de Estado comparecerá perante a Assembléia ou suas Comissões:<sup>1</sup>

I - quando convocado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado;

II - por sua iniciativa, mediante entendimento com a Mesa ou a Presidência da Comissão, respectivamente, para expor assunto de relevância de sua Secretaria.

§ 1º - A convocação do secretário de Estado será resolvida pela Assembléia ou Comissão, por deliberação da maioria da respectiva composição plenária, a requerimento de qualquer deputado ou Membro da Comissão, conforme o caso.

§ 2º - A convocação do secretário de Estado será comunicada mediante ofício do 1º secretário ou do presidente da Comissão, que definirá o local, dia e hora da Sessão ou reunião a que deva comparecer, com a indicação das informações pretendidas, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada, aceita pela Casa.

Art. 98 - A Assembléia reunir-se-á em Comissão Geral, sob a direção de seu presidente, toda vez que perante o Plenário comparecer secretário de Estado.

§ 1º - O secretário de Estado terá assento na primeira bancada, até o momento de ocupar a tribuna, ficando subordinado às normas estabelecidas para o uso da palavra pelos deputados; perante Comissões, ocupará o lugar à direita do presidente.

§ 2º - Não poderá ser marcado um mesmo horário para o comparecimento de mais de um secretário de Estado à Casa, salvo em caráter excepcional, quando a matéria lhes disser respeito conjuntamente, nem se admitirá sua convocação simultânea por mais de uma Comissão.

§ 3º - O secretário de Estado somente poderá ser aparteado ou interpelado sobre assunto objeto de sua exposição ou matéria pertinente à convocação.

§ 4º - Em qualquer hipótese, a presença do secretário de Estado no plenário não poderá ultrapassar o horário normal da Sessão Ordinária da Assembléia.

Art. 99 - Na hipótese de convocação, o secretário encaminhará ao presidente da Assembléia ou da Comissão, até a véspera da sua presença na Casa, sumário da matéria de que virá tratar, para distribuição aos deputados.

§ 1º - O secretário de Estado, ao início do Grande Expediente, ou da Ordem do Dia, poderá falar até trinta minutos, prorrogáveis por mais quinze, pelo Plenário da

1.

Vide Artigo 55 da Constituição Estadual.

Casa ou da Comissão, só podendo ser apartado durante a prorrogação.

§ 2º - Encerrada a exposição do secretário de Estado, poderão ser formuladas interpelações pelos deputados que se inscreverem previamente, não podendo cada um fazê-lo por mais de cinco minutos, exceto o autor do requerimento, que terá o prazo de dez minutos.

§ 3º - Para responder a cada interpelação, o secretário terá o mesmo tempo que o deputado teve para formulá-la.

§ 4º - Serão permitidas a réplica e a tréplica, pelo prazo de três minutos, improrrogáveis.

§ 5º - É lícito aos Líderes, após o término dos debates, usar da palavra por cinco minutos, sem apartes.

Art. 100 - Na eventualidade de não ser atendida convocação feita de acordo com a Constituição Estadual, o presidente da Assembléia promoverá a instauração do procedimento legal cabível.

**Parágrafo Único – O disposto nesta Seção aplica-se também aos titulares de órgãos diretamente subordinados ao Governo do Estado, conforme disposto no inc. XXXIII do art. 54 da Constituição Estadual.**

#### **Seção IV**

##### **Da Ordem Do Dia**

Art. 101 - A Ordem do Dia, organizada pelo presidente, será anunciada ao término da Sessão anterior e distribuída em avulsos antes de iniciar-se a Sessão respectiva.

§ 1º - Na Ordem do Dia serão colocados em primeiro lugar as propostas de emenda à Constituição, os projetos vetados, seguidos das proposições em regime de urgência: dos em regime de prioridade e, finalmente, das proposições em regime de tramitação ordinária, na seguinte ordem:

**§ 1º - Na Ordem do Dia observar-se-á a seguinte disposição das proposições:**

**I – Emendas à Constituição Estadual;**

**II – Vetos;**

**III – Regime de Urgência;**

**IV – Regime de Prioridade;**

**V – Projetos de tramitação ordinária;**

**§ 2º: As propostas obedecerão a seguinte ordem de colocação:**

**I - redações finais;**

**II – 3ª discussão quando aprovadas emendas em 2ª discussão;**

**III - 2ª discussão;**

**IV - 1ª discussão;**

**V - discussões únicas;**

**VI - proposições que independam de parecer mas dependam de apreciação do Plenário.**

§ 3º - Cada grupo será iniciado pelas proposições em votação.

§ 4º - Dentro de cada grupo da Ordem do Dia, observar-se-á a seguinte disposição das proposições, na ordem cronológica de registro, a saber:

I - redações finais;

II - projetos de lei;

III - projetos de resolução;

IV - projetos de decretos legislativos.

§ 5º - Será permitido a qualquer deputado, antes de iniciada a Ordem do Dia, requerer preferência para a votação ou discussão de uma proposição sobre a do mesmo grupo, conforme § 1º deste artigo.

Art. 102 - A ordem estabelecida no artigo anterior poderá ser alterada ou interrompida:

I - em caso de preferência;

II - em caso de adiamento;

III - em caso de retirada da Ordem do Dia.

Parágrafo Único - Durante a Ordem do Dia, só poderá ser levantada Questão de Ordem atinente à matéria que esteja sendo apreciada na ocasião.

Art. 103 - O ementário da Ordem do Dia, acompanhado dos avulsos das proposições, assinalará, obrigatoriamente, após o respectivo número:

I - a discussão a que está sujeito;

II - de quem a iniciativa;

III - a respectiva ementa;

IV - a conclusão dos pareceres, se favoráveis, com substitutivos, emendas ou subemendas;

V - a existência de emendas, relacionadas por grupos conforme os respectivos pareceres;

VI - outras indicações que se fizerem necessárias.

#### **Capítulo II**

##### **Das Questões de Ordem**

Art. 104 - Todas as dúvidas sobre a interpretação deste Regimento, na sua prática, constituir-se-ão em questões de ordem.

§ 1º - Todas as questões de ordem, claramente formuladas, serão resolvidas definitivamente pelo presidente da Assembléia.

§ 2º - Nenhum deputado poderá exceder o prazo de dez minutos para formular uma ou, simultaneamente, mais de uma questão de ordem.

§ 3º - No momento das deliberações, qualquer questão de ordem só poderá ser formulada ou justificada dentro do prazo que couber a cada deputado, para encaminhar a votação.

§ 4º Em qualquer fase da sessão, poderá o deputado falar "**pela ordem**" para reclamar a observância de disposição expressa do Regimento, exceto no momento das votações, em que só o relator e um deputado, de preferência o autor da proposição em votação, o farão.

§ 5º - Sobre uma mesma questão de ordem cada deputado poderá falar somente uma vez.

Art. 105 - O presidente não poderá recusar a palavra ao deputado que a solicitar "**pela ordem**", mas poderá cassá-la, desde que o orador não indique desde logo o artigo do Regimento Interno que está sendo desobedecido na marcha dos trabalhos.

Art. 106 - Serão registradas em livro especial todas as questões de ordem resolvidas pelo presidente da Assembléia.

### Capítulo III

#### Seção I

##### Da Comissão Geral

Art. 107 - A Sessão Plenária da Assembléia será transformada em Comissão Geral, por proposta conjunta de Líderes, ou por um terço dos membros da Assembléia, sob a direção de seu presidente, para:

I - debate de matéria relevante:

II - estudo de qualquer assunto, ou outro fim determinado:

III - discussão de projeto de lei de iniciativa popular, desde que presente o orador que irá defendê-lo;

IV - comparecimento de secretário de Estado.

§ 1º - A Assembléia será constituída em Comissão Geral, com a aprovação da maioria absoluta de votos.

§ 2º - O requerimento propondo a constituição da Assembléia em Comissão Geral só será submetido à discussão e votação decorridas vinte e quatro horas de sua apresentação e deverá conter desde logo, o objeto, o dia e hora da reunião.

#### Seção II

##### Da Comissão Representativa da Assembléia

Art. 108 - A Mesa conduzirá o processo eleitoral para a escolha, na última sessão ordinária do período Legislativo anual, dos membros da Assembléia Legislativa que irão compor, durante o recesso, a Comissão Representativa da Assembléia, composta de nove membros, de que trata o § 4º, do art. 62 da Constituição Estadual.

Parágrafo Único - A Mesa expedirá as instruções necessárias, com observância das exigências e formalidades previstas neste Regimento no que couber, atendendo a que, na composição da Comissão Representativa da Assembléia, deverá reproduzir-se, quanto possível, a proporcionalidade da representação dos Partidos ou Blocos Parlamentares na Casa.

### Capítulo IV

#### Da Ordem Interna

Art. 109 - O policiamento do edifício da Assembléia e de suas dependências compete, privativamente, sem intervenção de qualquer outro Poder, à Comissão Executiva da Assembléia.

§ 1º - Para esse policiamento, a Comissão Executiva poderá requisitar praças da Polícia Militar, que serão postos à inteira disposição da Mesa.

§ 2º - É vedado a qualquer deputado portar arma no plenário ou no recinto da Assembléia Legislativa.

**Art. 110 - A Mesa designará, depois de eleita, dois de seus membros efetivos para Corregedor e Corregedor substituto.**

**Parágrafo Único - Incumbe ao Corregedor auxiliar o presidente da Assembléia na manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito da Assembléia, supervisionando inclusive a proibição do porte de arma, com poderes para revistar e desarmar.**

Art. 111 - Qualquer pessoa poderá assistir às sessões das galerias, contanto que esteja desarmada e guarde silêncio, sem dar sinal de aplauso ou de reprovação ao que se passar na Assembléia.

§ 1º - Haverá lugares especiais para senhoras, secretários de Estado, autoridades federais e de outros Estados, ex-deputados, membros do Corpo Consular, magistrados, representantes do Ministério Público e funcionários.

§ 2º - Os representantes da imprensa, televisão e do rádio ocuparão lugares especialmente reservados ao exercício de sua profissão junto à Assembléia.

§ 3º - No recinto da Assembléia, durante as Sessões, só serão admitidos os deputados, os funcionários da Secretaria em serviço e os representantes da imprensa,

televisão e do rádio, devidamente autorizados pela Mesa.

§ 4º - Os espectadores que perturbarem a Sessão serão, por determinação do presidente, compelidos a sair, imediatamente, do edifício da Assembléia.

Art. 112 - Quando, por simples advertência, não for possível ao presidente manter a ordem, poderá o mesmo suspender ou levantar a Sessão.

Art. 113 - Se algum deputado cometer, dentro do edifício da Assembléia, qualquer excesso digno de repressão, a Comissão Executiva, tomando conhecimento do fato, o exporá à Assembléia para esta determinar o que lhe parecer conveniente, em Sessão Secreta.

Art. 114 - Se no edifício da Assembléia se perpetuar algum delito, a Comissão Executiva realizará a prisão do culpado e instaurará inquérito sob direção de um de seus Membros, designado pelo presidente, devendo servir como escrivão um funcionário da Secretaria.

§ 1º - Esse inquérito, que deverá ter rápido andamento, será enviado à autoridade judiciária competente.

§ 2º - Observar-se-ão nesse inquérito, no que couber, as regras do processo penal e os regulamentos policiais do Estado.

## **Capítulo V**

### **Das Atas**

Art. 115 - De cada Sessão da Assembléia lavrar-se-á, além da Ata destinada ao Diário da Assembléia, outra, resumida, da qual deverá constar uma exposição sucinta dos trabalhos, a fim de ser lida em Sessão e submetida ao voto dos deputados.

§ 1º - Depois de aprovada, a ata será assinada pelo presidente e pelos 1º e 2º secretários.

§ 2º - Esta ata será lavrada, ainda que não haja Sessão por falta de número, dela constando o Expediente despachado.

Art. 116 - O Diário da Assembléia publicará cada dia a ata dos respectivos trabalhos

Art. 117 - Os documentos lidos em Sessão serão mencionados na Ata transcritos no Diário da Assembléia, de acordo com as disposições regimentais.

§ 1º - Os discursos proferidos durante a Sessão serão publicados por extenso, ou em resumo, na ata destinada ao Diário da Assembléia.

§ 2º - As informações e os documentos oficiais, lidos pelo 1º secretário, à hora do Expediente, em

resumo, serão somente publicados na ata destinada ao Diário da Assembléia, com a declaração integral requerida à Mesa e por ela deferida.

§ 3º - As informações enviadas à Assembléia pelo Governo do Estado, a requerimento de qualquer deputado, serão publicadas na ata impressa, antes de entregues a quem as solicitou.

§ 4º - Não se dará publicidade às informações oficiais de caráter reservado.

§ 5º - Em qualquer das atas, não será inserto nenhum documento sem expressa permissão da Assembléia ou da Mesa, por despacho do 1º secretário, nos casos previstos pelo Regimento.

§ 6º - Será lícito a qualquer deputado fazer inserir na ata impressa as razões escritas do seu voto, vencedor ou vencido, e sem alusões pessoais de qualquer natureza, desde que não infrinjam disposições deste Regimento.

Art. 118 - A ata da última Sessão de cada ano, ordinária ou extraordinária, será submetida à discussão antes de se levantar a Sessão, podendo ser aprovada com qualquer número.

## **TÍTULO IV**

### **DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA**

#### **Capítulo I**

##### **Das Proposições em Geral**

Art. 119 - Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembléia.

§ 1º - As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos.

**§ 2º - As proposições serão submetidas aos seguintes regimes de tramitação:**

**I - De urgência;**

**II - De prioridade;**

**III - De tramitação ordinária;**

§ 3º - Só serão aceitas pela Mesa proposições sobre assunto da competência da Assembléia e redigidas de acordo com este Regimento.

§ 4º - Toda proposição deverá ser redigida com clareza, em termos explícitos e sintéticos.

§ 5º - A Mesa deixará de aceitar qualquer proposição que delegue a outro Poder atribuições privativas do Legislativo.

§ 6º - As proposições deverão ser seguidas de justificações sucintas e, quando citarem uma lei ou artigo de lei, deverão transcreve-los por extenso em seguida à justificação.

§ 7º - Não serão admitidas, em qualquer proposição, expressões ofensivas a quem quer que seja.

§ 8º - Exceto nos casos previstos neste Regimento, nenhuma proposição será objeto de discussão ou da votação, sem que sobre ela seja emitido parecer pela Comissão competente.

Art. 120 – Tramitação em regime de urgência:

I – solicitação de intervenção federal no Estado;

II – licença do governador do Estado;

III – intervenção nos municípios;

IV – matéria objeto de mensagem do Poder Executivo com prazo de quarenta e cinco dias para apreciação pela Assembléia;

V – vetos opostos pelo governador;

VI – matéria que o Plenário reconheça de caráter de urgência:

a ) ante necessidade imprevista, comoção intestina ou calamidade pública;

b ) que vise a prorrogação de prazos legais a se findarem;

c ) que estabeleça a adoção ou alteração de lei que deva ser aplicada em época certa dentro de prazo não superior a trinta dias;

d ) objeto de preposição que ficará inteiramente prejudicada se não for resolvida imediatamente.

Art. 121 – Tramitação em regime de prioridade:

I – orçamento e medidas a ele complementares;

II – indicação dos Conselheiros, Auditores e Controladores do Tribunal de Contas;

III – convênios e acordos;

IV – convocação de secretários de Estado;

V – fixação do efetivo da Polícia Militar;

VI – remuneração do governador e do vice-governador;

VII – julgamento das contas do governador;

VIII – suspensão, no todo ou em parte, da execução de qualquer ato, deliberação ou regulamento declarado inconstitucional pelo Poder Judiciário;

IX – autorização ao governador para contrair empréstimos ou fazer operações de créditos;

X – denúncia contra o governador e secretários de Estado;

XI – matéria conhecida pela Mesa ante o parecer favorável, unânime, das Comissões por onde tramitarem.

Art. 122 - Serão de tramitação ordinária as proposições não abrangidas pelo disposto nos artigos anteriores, bem como os projetos de codificação, ainda que de iniciativa do governador

Art. 123 - As proposições de iniciativa dos deputados serão lidas pelo 1º secretário, à hora do Expediente, se não o tiverem sido pelo autor e, ao passar-se à Ordem do Dia, o presidente as submeterá a votos, no sentido de se tornarem ou não objeto de deliberação.

Art. 123 – As proposições, uma vez entregues à Mesa, serão lidas no Pequeno Expediente para conhecimento dos deputados e, depois de publicadas no Diário da Assembléia, dentro de dois dias, incluídas em pauta para recebimento de emendas.

§ 1º – A pauta será:

1) De 01 (uma) sessão, para as proposições em regime de urgência;

2) De 03 (três) sessões, para as proposições em regime de prioridade;

3) De 05 (cinco) sessões, para as proposições em regime de tramitação ordinária;

§ 2º - Findo o prazo de permanência em pauta, os projetos serão encaminhados ao exame das Comissões, por despacho do presidente da Assembléia.

Art. 124 – Instruídos com os pareceres das Comissões ou com a decisão da Comissão de mérito competente para deliberar, os projetos serão incluídos na Ordem do Dia, observado-se os seguintes critérios:

I – obrigatoriamente, na primeira sessão ordinária a ser realizada, os em regime de urgência;

II – obrigatoriamente, dentro de 03 dias, aqueles em regime de prioridade;

III – dentro de 10 dias, os em regime de tramitação ordinária.

§ 1º - Os prazos previstos neste artigo serão contados a partir da data do recebimento dos projetos pela Mesa, desde que, em despacho do presidente da Assembléia, proferido dentro de 24 horas, fique declarado achar-se completa a sua instrução.

§ 2º - Não sendo considerada objeto de deliberação, estará a proposição desde logo rejeitada.

§ 3º - Independem de apoio, sendo sempre consideradas objeto de deliberação, as proposições das Comissões Permanentes, as de iniciativa do governador do Estado e as que vierem assinadas por, no mínimo, cinco deputados.

Art. 125 – Uma vez aprovados pelo Plenário, ou referendadas as decisões das Comissões de mérito, quando for o caso, os projetos serão encaminhados à Comissão de Redação, para redigir o vencido.

§ 1º - A redação proposta pela Comissão será publicada e o projeto incluído em Pauta, por duas Sessões, para recebimento de emendas.

§ 2º - Se forem apresentadas Emendas, voltará o projeto à Comissão para parecer, após o que será incluído na Ordem do Dia para discussão e votação.

§ 3º - Não havendo emendas, considerar-se-á aprovada a redação proposta.

§ 1º, § 2º e § 3º - retirados face sua inclusão nos artigos anteriores.

Art. 126 - Das decisões da Mesa, deixando de aceitar qualquer proposição, cabe recurso ao plenário.

Art. 127 - Poderá a Assembléia decidir, a requerimento de qualquer deputado, que determinada proposição seja juntada ao processo relativo a outra, a fim de que ambas, merecendo pareceres das Comissões Permanentes competentes, sejam, pela sua analogia ou similitude, transformadas numa só.

## **Seção I** **Dos Projetos**

Art. 128 - A Assembléia exerce a sua função Legislativa por via de:

### **I – Projetos de Lei;**

### **II – Projetos de Resolução;**

### **III – Decretos Legislativos.**

§ 1º - Os projetos de lei são os destinados a regular as matérias de competência da Assembléia com a sanção do governador, nos termos da Constituição do Estado.

§ 2º - Os projetos de resoluções destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre que deva a Assembléia pronunciar-se exclusivamente em casos concretos, tais como:

I - perda de mandato de deputado;

II - matéria de natureza regimental;

III - criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, excedendo cinco em funcionamento;

IV - conclusão de Comissão **Parlamentar** de Inquérito;

V - declaração de procedência de acusação criminal contra o governador e vice-governador de Estado e quando houver conexão contra os secretários de Estado;

VI - contas do governador;

VII - mudança temporária da sede da Assembléia;

VIII - contas do Poder Legislativo, apresentadas pela Mesa;

IX - licença para deputado desempenhar missão temporária de caráter diplomático ou cultural;

X - delegação legislativa ao governador;

XI - todo e qualquer ato de sua economia interna, que não exceda os limites do simples ato administrativo, o que se proverá no regulamento dos seus serviços;

XII - consulta plebiscitária para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios.

§ 3º - Os projetos de decreto legislativo destinam-se a regular as matérias de competência exclusiva da Assembléia que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução, tais como:

I - autorização para o governador e o vice-governador se afastarem do País, por qualquer tempo, ou do Estado, por mais de quinze dias;

II - fixação, em cada legislatura, da remuneração dos deputados, para a subsequente;

III - fixação de remuneração do governador e do vice-governador;

IV - solicitação de intervenção federal para garantir o livre exercício do Poder Legislativo;

V - aprovação ou suspensão de intervenção estadual nos Municípios;

VI - aprovação da indicação dos Conselheiros, Auditores e **Controladores do Tribunal de Contas;**

VII - aprovação do nome do Procurador-Geral da Justiça do Estado;

VIII - sustação de processo criminal contra deputados;

IX - deliberação sobre solicitação do Tribunal de Contas a respeito de contrato inquinado de ilegalidade;

X - aprovação de convênios celebrados pelo governador com a União, os Estados ou Municípios.

Art. 129 - A resolução e o decreto legislativo serão promulgados pelo presidente da Assembléia Legislativa dentro de quarenta e oito horas da sua aprovação, sendo que se este não o fizer, em igual prazo, fa-lo-á o 1º vice-presidente.

Art. 130 - Os projetos deverão ser assinados pelos seus autores e divididos em artigos numerados, concisos e claros, sendo precedidos sempre de emenda enunciativa de seu projeto.

§ 1º - O autor do projeto poderá fundamentá-lo, por escrito ou verbalmente, observadas as prescrições deste Regimento.

§ 2º - Nenhum artigo de projeto poderá conter duas ou mais proposições independentes entre si, de modo que postas em votação, possa adotar-se uma e rejeitar outra.

§ 3º - Sempre que um projeto não estiver devidamente redigido, a Mesa restituí-lo-á ao autor para organizá-lo de acordo com as determinações regimentais.

§ 4º - Não será considerado objeto de deliberação o projeto manifestamente inconstitucional ou anti-regimental.

§ 5º - **(retirado em face das alterações)**

Art. 131 - A iniciativa dos projetos cabe a qualquer membro da Assembléia, ao governador, aos Tribunais e ao Ministério Público.

**Art. 131 - A iniciativa dos projetos cabe a qualquer membro da Assembléia, ao governador do Estado, ao presidente do Tribunal de Justiça e ao Procurador Geral de Justiça, ressalvados aqueles casos de iniciativa popular, observando-se o disposto no Título III, Capítulo I da Constituição Estadual.**

Parágrafo Único - Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do governador, dos Tribunais e do Ministério Público, poderão ter origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer deputado ou Comissões.

**Parágrafo Único - Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do governador, do Tribunal de Justiça e do Ministério Público, poderão ter origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer deputado ou Comissões.**

Art. 132 - O projeto de lei que receber parecer contrário quanto ao mérito de todas as Comissões a que for distribuído, será tido como rejeitado.

Art. 133 - As matérias de projetos de lei rejeitados ou não sancionados, assim como a constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada, somente poderão constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos Membros da Assembléia Legislativa, ressalvadas as proposições de iniciativa do governador.

## Seção II

### Das Indicações

Art. 134 - Indicação é a proposição de qualquer deputado sugerindo a manifestação da Assembléia, ou de suas Comissões, sobre determinado assunto de competência do Poder Legislativo.

§ 1º - As indicações serão redigidas por escrito, em termos explícitos e em forma sintética, devendo ser assinadas pelo autor.

§ 2º - As indicações, depois de lidas perante a Assembléia pelo 1º secretário, se não o tiverem sido pelos seus autores, serão despachadas, obrigatoriamente, às Comissões com que se relacionarem e mandadas publicar na íntegra.

§ 3º - As indicações independem de qualquer julgamento preliminar da Assembléia.

§ 4º - A Comissão que recebe indicação deverá interpor parecer dentro de dez dias do seu recebimento.

§ 5º - A indicação e o respectivo parecer serão sujeitos a discussão única.

§ 6º - Se à indicação for apresentada emenda, a mesma voltará à Comissão para parecer.

§ 7º - Este segundo parecer sofrerá discussão única.

§ 8º - Se a Assembléia opinar sobre indicação que concluir por projeto de lei ou de resolução, o projeto seguirá os trâmites regimentais a que se acham subordinadas as proposições dessa natureza.

## Seção III

### Dos Requerimentos

Art. 135 - Requerimento é todo pedido dirigido ao presidente da Assembléia sobre objeto de Expediente ou de ordem, por qualquer deputado ou Comissão.

Parágrafo Único - Os requerimentos são de duas espécies:

I - os sujeitos a despacho do presidente;

II - os sujeitos à deliberação da Assembléia.

Art. 136 - Estão sujeitos a despacho do presidente e independem de apoio preliminar, de discussão e votação os requerimentos verbais que solicitarem:

I - a palavra, ou a desistência dela;

II - a posse de deputados;

III - a leitura de qualquer matéria sujeita ao conhecimento do Plenário;

IV - a retirada de requerimento verbal ou escrito;

V - a retificação de ata;

VI - a inserção de declaração de voto em ata;

VII - a observância de algum dispositivo regimental;

VIII - a retirada pelo autor de proposição sem parecer ou com parecer contrário;

IX - verificação de votação;

X - o preenchimento de vagas nas Comissões;

XI - informações sobre a ordem dos trabalhos;

XII - chamada nominal para verificação de quórum.

Art. 137 - Serão escritos e independem de discussão e votação, sendo despachados pelo presidente, de ofício, os requerimentos de qualquer Comissão, solicitando audiência de outras sobre qualquer assunto, bem como requerimentos de informações oficiais.

**Parágrafo Único – Independem igualmente de discussão e votação, sendo despachados pelo presidente de ofício, requerimentos de informações oficiais, que estejam assinados por um terço dos deputados.**

Art. 138 – Dependerão de deliberação do Plenário os requerimentos referidos nos parágrafos seguintes.

§ 1º - Incluído no *caput* do art. 138,

**Art. 138 – Serão escritos e independem de apoio e discussão, podendo ser votados com qualquer número, os requerimentos que solicitarem:**

I - publicação de informações oficiais no Diário da Assembléia;

II - nomeação de Comissões externas;

III - inserção em Ata de votos de regozijo ou de pesar;

IV - levantamento da Sessão por motivo de pesar ou de regozijo público

V - manifestação de regozijo ou de pesar através de ofício, telegrama ou por qualquer forma escrita;

VI - permissão para falar sentado.

§ 1º - Serão escritos e independem de apoio e de discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria dos deputados, os requerimentos que tiverem por fim:

I - dispensa de interstício para a inclusão de determinada proposição na Ordem do Dia;

II - dispensa de Membro de qualquer Comissão;

III - dispensa de impressão de qualquer proposição;

IV - retirada de proposição, substitutivo, emenda ou subemenda com parecer favorável;

V - de emenda aprovada, ou de parte de projeto, para constituir projeto separado;

VI - remessa a determinada Comissão de papéis despachados a outra;

VII - discussão e votação de proposição por títulos, capítulos, grupos de artigos ou de emendas;

VIII - adiamento da discussão ou da votação;

IX - encerramento de discussão;

X - votação por determinado processo;

XI – preferência;

XII – urgência;

XIII - audiência de uma Comissão sobre determinada matéria;

XIV - a inclusão de qualquer proposição na Ordem do Dia, nos termos deste Regimento.

§ 2º - Serão escritos e sujeitos a apoio e discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria dos deputados, os requerimentos sobre:

I - convocação de secretário de Estado;

II - Inserção nos Anais ou no Diário da Assembléia de documentos de publicação não oficiais;

III - criação de Comissões Especiais;

IV - Sessões Extraordinárias;

V - Sessões Secretas;

VI - licença para tratamento de saúde ou de interesse particular;

VII - autorização para realizar missão de caráter diplomático ou cultural;

VIII - quaisquer outros assuntos que não se refiram a incidentes sobrevivendo no decurso das discussões ou das votações.

Art. 139 - A nenhum deputado será permitido fazer seu o requerimento de outro, depois de por este retirado.

Art. 140 - Independência de apoio o requerimento subscrito por cinco ou mais deputados.

Art. 141 - Os requerimentos de informações somente poderão referir-se a fato relacionado com a matéria legislativa em trâmite ou a fato sujeito à fiscalização da Assembléia Legislativa.

§ 1º - Se no prazo de quarenta e oito horas os esclarecimentos forem espontaneamente prestados, o requerimento não será encaminhado.

§ 2º - Não sendo prestadas as informações no prazo de trinta dias, o presidente da Assembléia, mediante pedido do autor, aplicará as penas contidas no **caput** do art. 55 da Constituição do Estado.

§ 3º - Recebida a resposta, essa constará do Expediente e será encaminhada ao deputado requerente.

§ 4º - O presidente deixará de encaminhar requerimento de informação que contenha expressões descorteses, bem como deixará de receber resposta vazada em termos ofensivos da dignidade de deputado ou da Assembléia, cientificando do ato o interessado.

Art. 142 - Se o presidente decidir não encaminhar requerimento de informação dará conhecimento da

decisão e de seus fundamentos ao autor, o qual poderá solicitar a audiência da Comissão de Constituição e Justiça.

## Seção IV Das Emendas

Art. 143 - Emenda é a proposição apresentada como acessório de outra.

Art. 144 - As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º - Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

§ 2º - Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra, **sendo denominado de Substitutivo quando atingir o seu conjunto.**

§ 3º - Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta a outra.

§ 4º - Emenda modificativa é a proposição que não altera substancialmente a principal.

§ 5º - Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

§ 6º - A Mesa fará publicar, na ata dos trabalhos da Assembléia, qualquer emenda que houver recusado com fundamento no parágrafo anterior.

§ 7º - As emendas modificativas poderão ser ampliativas, restritivas ou corretivas, da seguinte forma:

I - emenda ampliativa é a que estende, a outra pessoa ou objeto, a disposição a que se refere;

II - emenda restritiva é a que diminui a extensão da disposição que modifica;

III - emenda corretiva é a que não modifica a substância da disposição a que se refere, mas apenas a redação.

§ 8º - A separação, em duas ou mais partes, de qualquer artigo, parágrafo, inciso ou alíneas de sua proposição, será para efeito de sua votação, considerada emenda supressiva.

§ 9º - A emenda à redação final só será admitida para evitar incorreção, incoerência, contradição ou absurdo manifesto.

Art. 145 - A emenda apresentada a outra emenda denomina-se subemenda.

Art. 146 - As emendas deverão ser apoiadas para que sejam consideradas objeto de deliberação.

Parágrafo Único - Independentemente de apoio as emendas das Comissões e as que forem subscritas por cinco deputados.

Art. 147 - Nos projetos de competência exclusiva da Assembléia, dos Tribunais e do Ministério Público que disponham sobre criação ou extinção de cargos de sua Secretaria ou fixação dos respectivos vencimentos,



somente serão admitidas emendas quando assinadas pela metade, no mínimo, dos Membros da Assembléia

Art. 148 - As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

**I – após sua publicação no Diário da Assembléia, observando-se o disposto no art. 123 deste Regimento;**

**II - quando estiverem em pauta;**

**III - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco deputados;**

**IV - nas Comissões, pelos respectivos relatores ou pela maioria de seus Membros.**

§ 1º - Apresentada emenda a projeto em discussão, em regime de urgência, o presidente encaminhá-la-á à Comissão competente para opinar no prazo de quarenta e oito horas.

§ 2º - Quando, pelo número ou importância das emendas oferecidas, se tornar difícil o pronunciamento imediato do Plenário, o presidente, a requerimento de deputado, enviará o projeto e emendas à Comissão competente para emitir parecer, o que será impresso e distribuído em avulsos sem sofrer discussão especial.

§ 3º - O governador do Estado, o presidente do Tribunal de Justiça e o Procurador Geral da Justiça poderão propor alterações aos projetos de sua iniciativa, enquanto estiver a matéria na dependência do parecer das comissões.

## **Capítulo II**

### **Das Discussões**

#### **Seção I**

##### **Disposições Gerais**

Art. 149 - Nenhum projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo será aprovado senão depois de ter passado por duas discussões, salvo os casos previstos expressamente neste Regimento.

Art. 150 - Nenhum projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo poderá ser discutido, sem que tenha sido incluído na Ordem do Dia, pelo menos vinte e quatro horas antes.

Parágrafo Único - Entre uma e outra discussão, o intervalo não poderá ser menor que vinte e quatro horas.

Art. 151 - A primeira discussão de um projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo versará, exclusivamente, sobre a sua constitucionalidade, legalidade e será feita **sobre o conjunto da proposição.**

Art. 152 - A segunda discussão será feita sobre cada artigo separadamente e as emendas que forem oferecidas entrarão em discussão conjuntamente com os artigos a que se referirem.

§ 1º - Quando o projeto contiver um número considerável de artigos, a Assembléia poderá resolver, a requerimento de qualquer deputado, que a segunda dis-

cussão se faça por títulos, capítulos, seções ou grupos de artigos.

Art. 153 - As emendas aceitas em segunda discussão passarão por mais uma discussão.

§ 1º - Essa nova discussão versará somente sobre as emendas aprovadas em segunda discussão.

§ 2º - Nessa discussão, é vedado oferecer outras emendas, salvo de redação.

Art. 154 - Adotado o projeto definitivamente, o mesmo será despachado com as emendas aprovadas à Comissão de Redação Final e, posto na devida forma, será impresso e distribuído em avulsos aos deputados, entrando para a Ordem do Dia, a fim de ser discutida imediatamente a redação final.

Art. 155 - Os deputados que desejarem falar numa discussão inscrever-se-ão após a inclusão da matéria na Ordem do Dia.

§ 1º - Os oradores terão a palavra na ordem de inscrição alternadamente, a favor e contra.

§ 2º - Respeitada a alternatividade, a palavra será concedida dentre os inscritos na seguinte forma:

I - ao autor da proposição;

II - aos relatores, respeitada a ordem de pronunciamento das respectivas Comissões;

III - ao autor do voto vencido, originariamente designado relator, respeitada a ordem indicada no número anterior.

Art. 156 - O deputado que usar a palavra sobre a proposição em discussão não poderá:

I - desviar-se da questão em debate;

II - falar sobre o vencido;

III- usar de linguagem imprópria;

IV - ultrapassar o prazo regimental.

Art. 157 - Nenhum deputado poderá solicitar a palavra quando houver orador na tribuna, exceto para solicitar a prorrogação de prazo ou levantar questão de ordem.

Art. 158 - Se um deputado pretender falar sem que lhe haja sido dada a palavra, ou continuar com este gesto anti-regimental, o presidente adverti-lo-á, convidando-o a sentar-se; se, apesar dessa advertência e desse convite, o deputado insistir em falar, o presidente dará por terminado o seu discurso.

Art. 159 - Em cada discussão, pode qualquer deputado falar pelo prazo máximo de trinta minutos.

Parágrafo Único - Sobre a redação final o deputado só poderá falar para emendá-la, ou sobre a emenda, apenas uma vez, pelo prazo de quinze minutos.

Art. 160 - Sobre qualquer outra matéria em discussão não regulada por este Regimento, cada deputado poderá falar uma vez, pelo prazo de quinze minutos.

Art. 161 - Se algum deputado pedir a palavra sobre requerimento sujeito a discussão, será esta adiada para depois de ultimada a Ordem do Dia seguinte.

Art. 162 - o encerramento normal de qualquer discussão dar-se-á pela ausência de oradores.

Art. 163 - É permitido a qualquer deputado requerer o encerramento da discussão, observadas as seguintes regras:

I - na primeira discussão, desde que a matéria haja sido discutida em uma sessão anterior;

II - na segunda discussão, quando já tenham falado três oradores, pelo menos, sobre o assunto cuja discussão se pretender encerrar.

Art. 164 - O deputado dirigirá as suas palavras ao presidente ou à Assembléia de um modo geral, não sendo permitidas expressões injuriosas ou descorteses.

Parágrafo Único - Referindo-se em discussão a um colega, o deputado deverá fazer preceder o seu nome do tratamento de senhor e dar-lhe sempre o tratamento de Excelência quando a ele se dirigir.

## Seção II

### Do Adiamento da Discussão

Art. 165 - Antes de ser iniciada a discussão de um projeto, será permitido o seu adiamento, que não excederá a dez sessões e por uma única vez, mediante requerimento escrito e assinado por deputado.

§ 1º - Ao projeto em regime de urgência não será admitido conceder adiamento.

§ 2º - Quando para a mesma proposição forem apresentados dois ou mais requerimentos será votado em primeiro lugar o de prazo mais longo.

## Capítulo III

### Da Votação

#### Seção I

#### Disposições Gerais

Art. 166 - A votação complementa o turno regimental da discussão.

§ 1º - Nenhuma matéria será colocada em votação sem a presença de número legal de deputados.

§ 2º - Durante o tempo destinado à votação, nenhum deputado poderá deixar o Plenário.

§ 3º - Tratando-se de causa própria ou assunto em que tenha interesse individual, deverá o deputado dar-se por impedido, fazendo comunicação à Mesa, contando-se, para efeito de quórum, como branco o seu voto.

§ 4º - Proceder-se-á imediata votação das proposições sujeitas a discussão, logo após o encerramento desta, se houver número na Casa. Caso tenham recebido emendas, retornarão às Comissões para parecer.

§ 5º - Só se interromperá a votação de uma proposição por falta de número, ou por se ter esgotado o período destinado à Ordem do Dia. Nesse último caso, não tendo havido prorrogação, a votação ficará adiada, na parte em que se achar, para prosseguir na sessão seguinte.

Art. 167 - E lícito ao deputado, depois da votação, enviar à Mesa, para publicação, declaração escrita de voto, redigida em termos regimentais, sem lhe ser permitido, todavia, tê-la ou fazer a seu respeito qualquer comentário da tribuna.

Art. 168 - Salvo disposição constitucional ou regimental em contrário, as deliberações da Assembléia serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus Membros.

Art. 169 - Os projetos complementares à Constituição do Estado somente serão aprovados se obtiverem maioria absoluta da Assembléia, observadas, no seu trâmite, as demais normas regimentais para discussão e votação.

## Seção II

### Dos Processos de Votação

Art. 170 - São três os processos de votação:

I - simbólico;

II - nominal;

III - por escrutínio secreto.

Art. 171 - Pelo processo simbólico o presidente, ao anunciar a votação de uma matéria, convidará os deputados a favor para permanecerem sentados e proclamará o resultado manifesto dos votos.

Parágrafo Único - A votação será de modo inverso se a proposição tiver recebido, dentre os pareceres das Comissões, pelo menos um voto contrário ou quando não houver parecer.

Art. 172 - Nas votações simbólicas, após proclamado pelo presidente o seu resultado, qualquer deputado que delas tenha participado poderá pedir verificação de votação.

§ 1º - Requerida a verificação, o presidente convidará a levantarem-se os deputados que votaram a favor, a fim de ser procedida a contagem. Feita esta, e depois de sentados os deputados, o presidente convidará a levantarem-se os que votaram contra, proclamando finalmente os resultados apurados, pró e contra.

§ 2º - É vedado a qualquer deputado retirar-se do recinto no momento de ser votada uma proposição ou

parte da mesma e, caso haja votado, por ocasião da verificação correspondente.

§ 3º - Não será procedida mais de uma verificação para cada votação.

Art. 173 - A votação nominal far-se-á pelo sistema eletrônico de votos, obedecidas as instruções estabelecidas pelo presidente para sua utilização

**Art. 173 - A votação nominal far-se-á pessoalmente por cada um dos senhores deputados, após a respectiva chamada, observando-se:**

**I - os nomes serão enunciados, em voz alta, pelo 1º secretário:**

**II - os deputados, levantando-se de suas respectivas cadeiras, responderão sim ou não, conforme aprovem ou rejeitem a matéria em votação;**

**III - as abstenções serão também anotadas pelo 1º secretário.**

§ 1º - Concluída a votação, encaminhar-se-á à Mesa a respectiva listagem, que conterá os seguintes registros:

I - data e hora em que se fez a votação;

II - a matéria objeto da votação;

III - o nome de quem presidiu a votação;

IV - os nomes dos Líderes em exercício presentes à votação;

V - o resultado da votação;

VI - os nomes dos deputados votantes, discriminando-se os que votaram a favor, os que votaram contra e os que se abstiveram.

§ 2º - A listagem de votação será publicada juntamente com a Ata da Sessão.

§ 3º - Só poderão ser feitas e aceitas reclamações quanto ao resultado de votação antes de ser anunciada a discussão ou votação de nova matéria.

§ 4º - **incluído no inciso II deste artigo.**

Art. 174 - Para se praticar a votação por escrutínio secreto, a mesma será feita por meio de cédulas impressas ou datilografadas e recolhidas em urnas que ficarão sobre a mesa.

Art. 175 - Far-se-á votação por escrutínio secreto somente quando assim o exigirem este Regimento e a Constituição do Estado.

**Art. 175 - Far-se-á votação por escrutínio secreto quando assim o exigirem este Regimento e a Constituição do Estado e nos casos de proposições que autorizam a realização de plebiscito para a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios e que concedam títulos de cidadania honorária e benemérita.<sup>1</sup>**

### Seção III

### Do Método de Votação e do Destaque

Art. 176 - Salvo deliberação em contrário, as proposições serão votadas em dois turnos.

Art. 177 - As emendas serão votadas em grupos, conforme tenham parecer favorável, entre as quais se consideram as de Comissões, ou contrário.

§ 1º - Nos casos em que houver, em relação às emendas, pareceres divergentes das Comissões, serão votadas uma a uma, salvo deliberação em contrário.

§ 2º - O Plenário poderá conceder, a requerimento de qualquer deputado, que a votação das emendas se faça destacadamente, ou uma a uma.

§ 3º - Também poderá ser deferida pelo Plenário a votação da proposição por partes, tais como: títulos, capítulos, artigos, seções ou grupos de artigos.

§ 4º - O pedido de destaque deverá ser feito antes de anunciada a votação.

§ 5º - O requerimento relacionado a qualquer proposição terá preferência na votação, observadas as exigências regimentais.

§ 6º - Destaque é o ato de separar uma proposição, para possibilitar a sua votação isolada pelo Plenário.

### Seção IV

#### Do Encaminhamento da Votação

Art. 178 - No encaminhamento da votação será assegurada a palavra a qualquer deputado para encaminhá-la pelo prazo de dez minutos.

Art. 179 - O encaminhamento da votação tem lugar logo após ter sido anunciada a votação.

Art. 180- Para encaminhar a votação cada deputado, salvo os relatores, só poderá falar uma vez.

### Seção V

#### Do Interstício

Art. 181 - Denomina-se interstício o prazo decorrente entre dois atos consecutivos referentes a uma mesma proposição.

§ 1º - Entre cada votação e a discussão seguinte de um mesmo projeto medirão vinte e quatro horas.

§ 2º - A Assembléia poderá diminuir esse interstício, a requerimento de qualquer deputado; nunca, porém, de modo que se faça na mesma sessão uma votação e a discussão subsequente.

§ 3º - Não poderão ser dispensados de interstício para a discussão, após sua aprovação, os projetos emendados, que serão enviados às Comissões para a redação do vencido e os de criação de cargos na Secretaria da Assembléia e Tribunais.

§ 4º - Será de quarenta e oito horas o prazo destinado à redação para nova discussão.

§ 5º - Tendo em vista a extensão do projeto e o número das emendas que lhe devam ser incorporadas na redação, o presidente poderá prorrogar o prazo reservado às Comissões para esse fim.

Art. 182 - Nenhum projeto será discutido sem que tenha sido encaminhado para a Ordem do Dia pelo menos vinte e quatro horas antes.

#### **Capítulo IV** Da Preferência

Art. 183 - Denomina-se preferência a primazia na discussão ou na votação de uma proposição sobre outras.

Art. 184 - Terão preferência para discussão e votação as seguintes matérias, na ordem assim estabelecida:

- I - prorrogação da sessão legislativa;
- II - emenda constitucional;
- III - adiamento da sessão legislativa;
- IV - matéria considerada urgente;
- V - Leis orçamentárias.

Art. 185 - Terão preferência na votação:

- I - as emendas supressivas;
- II - as emendas substitutivas sobre a proposição a que se referirem, bem como sobre as aditivas e as modificativas;
- III - as emendas das Comissões sobre as dos deputados.

Parágrafo Único - Os requerimentos de preferência serão escritos e resolvidos pela ordem de sua apresentação; porém, quando simultaneamente, a preferência será regulada pela importância da matéria a que se referirem, a critério do presidente.

Art. 186 - A ordem regimental pode ser alterada por deliberação do Plenário da Assembléia.

§ 1º - Não será admitida a preferência de matéria em discussão sobre proposição em votação.

§ 2º - O requerimento de preferência para votação de qualquer artigo de uma proposição ou de uma emenda sobre determinado artigo deverá ser apresentado ao se anunciar a votação deste.

§ 3º - Para a votação de uma emenda preferencialmente às outras deverá o requerimento ser apresentado ao se renunciar esta.

§ 4º - Para preferência de que resulte inversão parcial ou total da Ordem do Dia será necessário requerimento escrito e apoiado por cinco deputados

§ 5º - Independência desse número de assinaturas os requerimentos de preferência subscritos pelos presidentes de Comissões Permanentes, pelos relatores de projetos ou por qualquer Membro da Mesa.

Art. 187 - Quando os requerimentos de preferência excederem a três o presidente verificará, por consulta prévia, se a Assembléia admite modificação na Ordem do Dia.

§ 1º - Admitidas as modificações, os requerimentos serão considerados na ordem de sua apresentação.

§ 2º - Recusado, porém, a Assembléia admitir modificações na Ordem do Dia, considerar-se-ão prejudicados todos os requerimentos de preferência.

**§ 2º - Se recusado, porém, o requerimento e ainda assim a Assembléia admitir modificações na Ordem do Dia, considerar-se-ão prejudicados todos os requerimentos de preferência.**

#### **Capítulo V** Da Urgência

Art. 188 - Urgência é a dispensa de exigências regimentais, salvo a de número legal e a de parecer, mesmo verbal, das Comissões Permanentes, para que determinada proposição seja imediatamente considerada até sua decisão final.

**§ 1º O requerimento de urgência somente poderá ser submetido à deliberação do Plenário se for apresentado por:**

**I - um terço dos membros da Assembleia, ou por grupos de Líderes que representem esse número;**

**II - dois terços dos membros de Comissão para opinar sobre o mérito da proposição.**

**§ 2º O requerimento de urgência não tem discussão, mas a sua votação pode ser encaminhada pelo autor e por um Líder, Relator ou por deputado que lhe seja contrário, um e outro com o prazo improrrogável de dez minutos.**

Art. 189 - Aprovado pela Assembléia o requerimento de urgência para qualquer proposição, será esta encaminhada da seguinte forma:

a) será concedido o prazo de quarenta e oito horas a cada uma das Comissões Permanentes que devam opinar a respeito para que profiram os seus respectivos pareceres;

b) expirados os prazos em apreço será a proposição incluída na Ordem do Dia, caso haja merecido os pareceres das Comissões Permanentes;

c) na falta desses pareceres, a proposição figurará em pauta, na forma regimental, antes de ser incluída na Ordem do Dia.

Art. 190 - Tratando-se de iniciativa do Poder Executivo objetivando a abertura de crédito, ser dispensada a proposição, desde que lhe seja dado o regime de urgência, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, indo a mesma diretamente Comissão do Finanças.

**Art. 190 - Tratando-se de iniciativa do Poder Executivo objetivando a abertura de crédito será dispensada à proposição, desde que lhe seja dado o regime**

**de urgência, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, indo a mesma diretamente à Comissão de Finanças.**

Art. 191 - Não se tratando de proposição que implique abertura de crédito ou despesas para o erário, poderá a mesma, a requerimento de qualquer deputado e por aprovação da Assembléia, ser incluída na Ordem do Dia, sem observância das formalidades previstas nos artigos anteriores.

Art. 192 Quando faltarem apenas vinte dias ou menos para o término de uma sessão legislativa somente poderão ser considerados de urgência os projetos de crédito solicitado pelo Poder Executivo, os projetos vetados, além daqueles para os quais for requerida urgência por qualquer Comissão Permanente ou por seus respectivos presidentes.

**Capítulo VI**  
**Da Redação Final**

Art. 193 - Ultimada a votação será o projeto, com as respectivas emendas, se houver, enviado à Comissão de Redação Final para elaborar a redação, na conformidade com o vencedor.

§ 1º - Excetuam-se do disposto neste artigo os projetos de lei orçamentária, tomada de contas do governador e as emendas à Constituição enviados, **respectivamente**, à Comissão de Orçamento, à Comissão de Tomada de Contas e Comissão Especial de Reforma à Constituição.

§ 2º - A redação final será votada depois de publicada no Diário da Assembléia ou em avulsos.

§ 3º - A Assembléia poderá dispensar a publicação da redação quando a Comissão a aprovar por unanimidade.

§ 4º - A redação será dispensada, salvo se houver vício de linguagem, defeito ou erro manifesto a corrigir, nos projetos aprovados em dois turnos, sem emendas.

Art. 194 - Só caberão emendas à redação final para evitar incorreções de linguagem, incoerência notória, contradição evidente ou absurdo manifesto.

§ 1º - A votação dessas emendas terá preferência sobre a redação final.

§ 2º - Aprovada a emenda, voltará a proposição à Comissão de Redação Final para apresentar nova redação final, dentro de quarenta e oito horas.

§ 3º - Quando, após a aprovação da redação final e até a expedição do Autógrafo, se verificar inexatidão do texto, o presidente procederá à respectiva correção, da qual dará conhecimento ao Plenário. Não havendo impugnação, considerar-se-á aceita a correção, em caso contrário, caberá decisão do Plenário.

Art. 195 - Sobre a redação final o deputado só poderá falar para emendá-la, ou sobre a emenda, apenas uma vez e pelo prazo de quinze minutos.

**Capítulo VII**  
**Do Autógrafo**

Art. 196 - Os autógrafos reproduzirão a redação final, aprovada pelo Plenário, ou o texto original, quando dispensada.

Art. 197 - Os autógrafos relativos a projetos de iniciativa da Assembléia serão enviados à sanção, acompanhados da autoria e do resumo das respectivas justificações.

Parágrafo Único - Após a assinatura dos Autógrafos pelo presidente da Assembléia, o 1º e 2º secretários o farão num prazo de 48 horas, e na falta ou impedimentos destes, o 1º e 2º secretários serão substituídos respectivamente pelo 3º e 4º secretários.

**TÍTULO V**  
**DAS MATÉRIAS SUJEITAS A**  
**DISPOSIÇÕES ESPECIAIS**  
**Capítulo I**

**Da Proposta de Emenda à Constituição**

Art. 198 - Recebida e publicada a proposta, será aberto o prazo de três dias para o oferecimento de emendas, subscritas na forma da Constituição.

Art. 199 - A Assembléia constituirá Comissão Especial composta de cinco membros para, no prazo de vinte dias, opinar sobre a proposta e as emendas oferecidas no prazo do artigo anterior.

**Art. 199 - A Mesa encaminhará à Comissão de Revisão Constitucional para no prazo de trinta dias, opinar sobre a proposta e as emendas oferecidas no prazo do artigo anterior.**

Art. 200 - Recebido e publicado o parecer da Comissão, a proposta e respectivas emendas serão incluídas na Ordem do Dia.

Art. 201 - A proposta será submetida a dois turnos de discussão e votação, com interstício de cinco sessões.

Art. 202 - Será aprovada a proposta, pelo processo nominal, que obtiver, em ambos os turnos, três quintos dos votos dos Membros da Assembléia Legislativa.

Art. 203 - Aplicam-se à proposta de emenda à Constituição, no que não colidirem com o estatuído nos artigos anteriores, as disposições regimentais relativas ao trâmite e apreciação dos projetos de lei.

**Art. 203 – Aplicam-se à proposta de Emenda à Constituição, no que não colidirem com o estatuído nos artigos anteriores, as disposições regimentais relativas ao trâmite e apreciação dos projetos de lei e da Resolução nº 012/2000.**

Art. 204 - Proposta e emendas aprovadas, retornarão à Comissão Especial para elaborar a redação final.

Art. 205 - Aprovada a redação final, será a emenda promulgada pela Mesa da Assembléia, com o respectivo número de ordem.

## **Capítulo II**

Dos Projetos de Iniciativa do  
Governador do Estado  
com Solicitação de Urgência

Art. 206 - A apreciação do projeto de lei de iniciativa do governador do Estado, para o qual tenha solicitado urgência, consoante os §§ 1º, 2º e 3º do art. 66 da Constituição do Estado, obedecerá ao seguinte trâmite: findo o prazo de quarenta e cinco dias de seu recebimento pela Assembléia Legislativa, sem a manifestação definitiva do Plenário, o projeto será incluído na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação aos demais assuntos, para que se ultime sua votação.

§ 1º - A solicitação do regime de urgência poderá ser feita pelo governador do Estado depois da remessa do projeto e em qualquer fase de seu andamento, aplicando-se a partir daí o disposto neste artigo.

§ 2º - os prazos previstos neste artigo não correm nos períodos de recesso da Assembléia, nem se aplicam aos projetos para elaboração de Códigos.

## **Capítulo III**

Dos Projetos de Código ou de Consolidação de Leis

Art. 207 - Recebido ou apresentado por qualquer deputado um projeto de Código ou de Consolidação de Leis, será o mesmo impresso, a fim de ser distribuído.

§ 1º - A Mesa enviará exemplares do projeto às corporações técnicas em geral e às autoridades, cuja audiência possa ser útil, pedindo sugestões a respeito do projeto, as quais poderão ser enviadas dentro do prazo de sessenta dias.

§ 2º - Esgotado esse prazo, a Assembléia constituirá uma Comissão Especial composta de cinco Membros, para opinar, no prazo de trinta dias, sobre o projeto e as sugestões que tenham sido enviadas, podendo adotar aquelas que julgar convenientes.

§ 3º - Apresentado o parecer da Comissão Especial e depois de impresso juntamente com o projeto, permanecerá o mesmo sobre a mesa durante quinze dias, para receber emendas.

§ 4º - Após o prazo do parágrafo anterior, a Comissão Especial interporá parecer sobre as emendas, no prazo de quinze dias.

§ 5º - Apresentado o parecer, impresso e distribuído, o projeto será levado à discussão, que poderá prolongar-se por vinte sessões.

§ 6º - A discussão e a votação serão feitas por títulos, não podendo qualquer deputado falar mais de uma vez sobre cada título.

§ 7º - Quando a Assembléia o resolver, por dois terços de seus Membros, a votação poderá ser feita em globo.

§ 8º - A requerimento da Comissão Especial, sujeito à deliberação do Plenário, os prazos previstos neste capítulo poderão ser prorrogados até o dobro.

§ 9º - Aprovado o projeto definitivamente, o mesmo retornará à Comissão Especial para elaboração da redação final.

§ 10 - Aprovada a redação final, será o projeto enviado à sanção no prazo improrrogável de cinco Sessões.

Art. 208 - Não se fará a tramitação simultânea de mais de dois projetos de Código ou de Consolidação de Leis.

Parágrafo Único - A Mesa só receberá projetos de lei, para tramitação na forma deste Capítulo, quando a matéria, por sua complexidade ou abrangência, deva ser apreciada como de Código ou de Consolidação de Leis.

## **Capítulo IV**

Do Projeto Orçamentário

Art. 209 - Recebido o projeto de lei orçamentária, o presidente comunicará a sua recepção ao Plenário em qualquer momento da Sessão, e, em seguida, a sua publicação em avulsos e remessa à Comissão de Orçamento.

Art. 210 - Durante dez dias, contados da data da distribuição dos avulsos do projeto, ficará ele, na Comissão de Orçamento, aguardando a apresentação de emendas.

Art. 211 - Escoado o prazo do artigo anterior, o presidente da Comissão de Orçamento determinará a classificação das emendas, no prazo de sete dias.

Art. 212 - O presidente da Comissão de Orçamento poderá designar um só relator para o projeto de lei orçamentária e emendas, ou vários relatores parciais e um geral, incumbido da coordenação e condensação das conclusões dos pareceres parciais.

Parágrafo Único - Fica assegurado ao relator ou relatores do projeto de lei orçamentária o direito de apresentar, juntamente com o parecer, emendas decorrentes do exame feito do projeto e emendas.

Art. 213 - A Comissão de Orçamento terá o prazo de dez dias, contados da publicação das emendas, para dar parecer sobre o projeto de lei e as emendas.

Art. 214 - Do parecer do relator sobre o projeto de lei orçamentária ou sobre as emendas não se concederá vistas a nenhum deputado membro da Comissão.

Parágrafo Único - Durante a discussão do parecer poderá usar da palavra qualquer membro da Comissão por dez minutos, improrrogáveis; aos demais deputados só será permitido usar da palavra por apenas cinco minutos. Depois de todos os oradores terem falado, o relator poderá replicar por prazo de quinze minutos improrrogáveis.

Art. 215 - A decisão da Comissão sobre as emendas é final, a menos que um terço dos Membros da Assembléia requeira a votação em Plenário, sem discussão, de emenda aprovada ou rejeitada na Comissão de Orçamento.

Art. 216 - O governador do Estado poderá enviar mensagem propondo modificação do projeto de lei orçamentária, enquanto não estiver concluída a votação da matéria a ser alterada.

Parágrafo Único - Recebida a mensagem, o presidente da Assembléia acertará com o presidente da Comissão de Orçamento e o relator prazos especiais para publicação, apresentação de emendas, elaboração de parecer e pronunciamento da Comissão de Orçamento, a respeito da retificação proposta, bem como para a sua apreciação em plenário.

Art. 217 - Devolvida a matéria à Mesa, depois de publicado o parecer sobre o projeto e emendas, serão o projeto e emendas cuja votação for requerida na forma do art. 215 incluídos na Ordem do Dia para discussão e votação, observado o interstício de quarenta e oito horas.

Art. 218 - Aprovado o projeto definitivamente, retornará o mesmo à Comissão do Orçamento, para elaboração da redação final.

Art. 219 - Aprovada a redação final, será o projeto de Lei Orçamentária enviado à sanção governamental.

Art. 220 - Rejeitado o projeto de lei orçamentária ou escoado o prazo sem a sua aprovação, o presidente da Assembléia fará a devida comunicação ao governador do Estado.

## Capítulo V

### Dos Projetos Vetados

Art. 221 - Os projetos devolvidos à Assembléia, com veto total ou parcial do governador, serão distribuí-

dos à Comissão competente, segundo os fundamentos do veto, a qual emitirá parecer dentro do prazo improrrogável de dez dias.

§ 1º - Com parecer ou sem ele, se a Comissão não o apresentar dentro de dez dias, será o projeto vetado incluído na Ordem do Dia.

§ 2º - O veto será apreciado em Sessão única, dentro de trinta dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pela maioria absoluta dos deputados em escrutínio secreto.

§ 3º - Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no parágrafo anterior, que não flui durante o recesso parlamentar, o veto será colocado na Ordem do Dia da Sessão subsequente, sobrestadas as demais proposições, até a sua votação final.

§ 4º - Se o veto não for mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao governador do Estado.

§ 5º - Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas, pelo governador, nos casos do parágrafo anterior, o presidente da Assembléia a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao 1º vice-presidente fazê-lo.

## Capítulo VI

Da Indicação do Conselheiro e Auditor do Tribunal de Contas

### Da Indicação do Conselheiro, Auditor e Controlador do Tribunal de Contas

e do Procurador-Geral da Justiça do Estado

Art. 222 - Recebida a indicação, será constituída Comissão Especial, composta de cinco membros, assegurada a representação proporcional, para, no prazo de três dias opinar.

**Art. 222 - Recebida a indicação para o cargo de Conselheiro, Auditor e Controlador ou Procurador-Geral da Justiça será constituída Comissão Especial, composta de cinco membros, assegurada a representação proporcional, para, no prazo de três dias deliberar sobre a respectiva indicação.**

Parágrafo Único - A Comissão poderá ouvir o indicado, em sessão reservada.

Art. 223 - Recebido o parecer, a Mesa convocará Sessão Especial dentro de quarenta e oito horas, para deliberar sobre o nome proposto.

Art. 224 - A Assembléia deliberará em discussão única, por maioria dos deputados presentes, em votação secreta.

Art. 225 - Os oradores deverão inscrever-se antes do início da discussão e do encaminhamento de votação respectivamente.

Art. 226 - Durante a discussão cada deputado poderá fazer uso da palavra, uma única vez, pelo prazo de quinze minutos.

Art. 227 - No encaminhamento da votação poderá qualquer deputado falar apenas uma vez, pelo prazo de dez minutos.

Art. 228 - Os apartes permitidos pelo orador não poderão exceder a três minutos e não serão permitidos no encaminhamento da votação.

Art. 229 - A Assembléia comunicará ao governador, dentro de vinte e quatro horas, o resultado da deliberação.

## **Capítulo VII**

### **Das Modificações Do Regimento Interno**

Art. 230 - O Regimento só poderá ser modificado por meio de projetos de resolução, cabendo à Comissão Executiva interpor parecer sobre qualquer projeto nesse sentido.

§ 1º - O projeto e o parecer da Comissão Executiva, depois de publicados e distribuídos, serão submetidos a discussão em dois dias de Sessão, pelo menos.

**§ 1º - O projeto e o parecer da Comissão Executiva, depois de publicados e distribuídos, serão submetidos a discussão em duas Sessões Plenárias, pelo menos.**

§ 2º - Encerrada a discussão, se forem apresentadas emendas, a Comissão Executiva dentro de três dias se pronunciará.

**§ 2º - Encerrada a discussão, se forem apresentadas emendas, a Comissão Executiva se pronunciará dentro do prazo de três dias.**

**Art. 231 - A Mesa fará sempre que necessário, a consolidação de todas as alterações introduzidas no Regimento Interno, que neste caso, terá nova edição no recesso parlamentar.**

## **Capítulo VIII**

Da Autorização para o governador  
e o vice-governador do Estado  
Ausentarem-se do País ou do Estado

Art. 232 - Recebido o pedido de licença do governador ou vice-governador do Estado para ausentarem-se do País, por qualquer tempo, ou do Estado, por mais de quinze dias, a Comissão de Constituição e Justiça, no prazo de três dias, opinará a respeito.

**Art. 232 - Recebido o pedido de licença do governador ou vice-governador do Estado para ausentarem-**

**se do País, por qualquer tempo, ou do Estado, por mais de quinze dias, opinará a Comissão de Constituição e Justiça a respeito do requerido, no prazo de três dias.**

§ 1º - Recebido o parecer, a Mesa incluirá o projeto de decreto legislativo na Ordem do Dia.

§ 2º - A Assembléia deliberará, em discussão única, por maioria dos presentes, em votação simbólica.

§ 3º - Os oradores deverão inscrever-se antes do início da votação, respectivamente.

§ 4º - Durante a discussão, cada deputado poderá fazer uso da palavra, uma única vez, pelo prazo de dez minutos.

§ 5º - No encaminhamento da votação, poderá qualquer deputado falar apenas uma vez, pelo prazo de cinco minutos.

§ 6º - Os apartes não poderão exceder a dois minutos e não serão permitidos durante o encaminhamento da votação.

§ 7º - O presidente da Assembléia comunicará ao governador, dentro de vinte e quatro horas, o resultado da deliberação.

## **Capítulo IX**

### **Das Leis Delegadas**

Art. 233 - A Assembléia poderá delegar poderes, de acordo com o art.72 da Constituição do Estado.

Art. 234 - Não poderão ser objeto de delegação os atos da competência exclusiva da Assembléia Legislativa, a matéria reservada à lei complementar e a legislação sobre:

I - organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e garantia de seus Membros;

II - planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos.

Art. 235 - A delegação poderá ser solicitada pelo governador ou proposta por Líder ou um terço dos Membros da Assembléia.

Art. 236 - Depois de publicada a matéria em avulsos será constituída Comissão Especial, composta de cinco Membros, para emitir parecer sobre a proposta.

Art. 237 - A delegação do governador terá forma de Resolução da Assembléia, que especificará o seu conteúdo e os termos para o seu exercício.

Art. 238 - O projeto de lei aprovado pela Comissão será remetido à sanção, salvo se, no prazo de dez dias de sua publicação, a maioria dos Membros da Comissão ou um quinto da Assembléia requerer sua votação pelo Plenário.

§ 1º - Se for determinada a votação pelo Plenário, este a fará em votação única, vedada qualquer emenda.



§ 2º - Sempre que for requerida a votação pelo Plenário, o parecer da Comissão e o projeto serão distribuídos em avulsos e, dentro de cinco dias, contados da distribuição, será convocada Sessão para a discussão e votação da matéria.

Art. 239 - O projeto de Resolução, uma vez aprovado, será promulgado dentro de vinte e quatro horas, feita a comunicação ao governador do Estado, conforme o caso.

Art. 240 - O projeto elaborado pelo governador do Estado será votado em globo, admitindo-se a votação destacada de partes consideradas pela Comissão, em desacordo com o ato da delegação.

**Art. 240 - O projeto elaborado pelo governador do Estado será votado em globo, admitindo-se a votação destacada de partes em desacordo com o ato da delegação, assim consideradas pela Comissão.**

### Capítulo X

Da Autorização para Instauração de Processo Criminal contra o Governador e o Vice-Governador do Estado e os Secretários de Estado

Art. 241 - A solicitação do presidente do Tribunal de Justiça do Estado para instauração de processo, nas infrações penais comuns, contra o governador e o vice-governador do Estado e os secretários de Estado será instituída com cópia integral dos autos da ação penal originária.

§ 1º - Recebida a solicitação, o presidente despachará o expediente à Comissão de Constituição e Justiça, observadas as seguintes normas:

I - perante a Comissão de Constituição e Justiça, o acusado ou seu defensor terá o prazo de dez sessões para apresentar defesa escrita e indicar provas;

II - se a defesa não for apresentada, o presidente da Comissão nomeará defensor dativo para oferecê-la no mesmo prazo;

III - apresentada a defesa, a Comissão procederá às diligências e instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer no prazo de dez sessões, concluindo pelo deferimento ou indeferimento do pedido de autorização e oferecendo o respectivo projeto de Resolução;

IV - o parecer da Comissão será lido em avulsos e incluído na Ordem do Dia da Sessão seguinte à de seu recebimento pela Mesa.

§ 2º - Se, da aprovação do parecer por dois terços da totalidade dos membros da Casa resultar que a acusação seja admitida, considerar-se-á autorizada a instauração do processo, na forma do projeto de Resolução.

§ 3º - A decisão será comunicada pelo presidente ao Tribunal de Justiça do Estado dentro de duas Sessões.

### Capítulo XI

Do Processo nos Crimes de Responsabilidade do Governador, do Vice-governador do Estado e dos Secretários de Estado

Art. 242 - O processo nos crimes de responsabilidade do governador e do vice-governador do Estado e dos secretários de Estado obedecerá às disposições da legislação em vigor.

### Capítulo XII

Da Criação, Incorporação, Fusão e Desmembramento de Municípios

Art. 243 - A criação de Municípios, incorporação, fusão e desmembramento poderão ser feitos mediante consulta plebiscitária às populações interessadas, atendidas as disposições da Lei Complementar Estadual, obedecidos os seguintes requisitos:

I - efetivação por lei estadual;

II - consulta prévia, mediante plebiscito, à população da área a ser incorporada, fundida ou desmembrada;

**II - consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei.**

III - preservação da continuidade e da unidade histórico-cultural do ambiente urbano;

IV - não constituição de área encravada no Município de origem.

Art. 244 - O procedimento para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Município terá início mediante representação, dirigida à Assembleia Legislativa, subscrita por, no mínimo, cem eleitores residentes e domiciliados nas áreas diretamente interessadas.

**Art. 244 - O procedimento para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Município terá início mediante representação, dirigida à Assembleia Legislativa, subscrita por, no mínimo, cem eleitores devidamente identificados residentes e domiciliados nas áreas diretamente interessadas.**

§ 1º - O projeto deverá apresentar a área da unidade proposta em divisas claras, precisas e contínuas.

§ 2º - A aprovação do plebiscito dar-se-á pelo voto da maioria simples, exigindo-se comparecimento da maioria absoluta do eleitorado.

§ 3º - Se o comparecimento da maioria absoluta do eleitorado não tiver sido suficiente ou o resultado do plebiscito for desfavorável à proposição, esta não poderá ser renovada na mesma sessão legislativa.

Art. 245 - As representações sobre criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, atendidas as exigências estabelecidas em lei, serão lidas em

resumo no Expediente e encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça.

§ 1º - Dentro de dez dias do seu recebimento, a Comissão de Constituição e Justiça solicitará aos órgãos competentes informações sobre os requisitos exigidos em lei, para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios.

§ 2º - Atendidos os requisitos legais, a Comissão de Constituição e Justiça apresentará projeto de resolução solicitando plebiscito na área para a qual foi proposta a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, conforme o caso.

§ 3º - Aprovado o projeto de resolução, por intermédio do presidente da Assembleia, após a promulgação, será solicitado ao Tribunal competente a realização do plebiscito.

§ 4º - Recebida a comunicação do resultado do plebiscito, através de certidão do Tribunal competente, a Comissão de Constituição e Justiça, dentro de dez dias, elaborará o projeto de lei.

§ 5º - Enviado à Mesa, o projeto de lei terá andamento segundo o rito estabelecido para as demais proposições.

§ 6º - Se for apresentada emenda durante o prazo da pauta, o projeto de lei voltará à Comissão para, em cinco dias, emitir parecer sobre ela.

§ 7º - Aprovado o projeto de lei nos seus próprios termos, será expedido o autógrafo, independentemente da redação final; se aprovado com alterações, será enviado à Comissão de Constituição e Justiça, a qual oferecerá redação final, no prazo de cinco dias.

## **TÍTULO VI**

### **Capítulo Único**

#### **Do Decoro Parlamentar**

Art. 246 - O deputado que descumprir os deveres inerentes a seu mandato, ou praticar ato que afete a sua dignidade, estará sujeito ao processo e às medidas disciplinares previstas neste Regimento e no Código de Ética de Decoro Parlamentar, que poderá definir outras infrações e penalidades, entre as quais as seguintes:

I - censura;

II - perda temporária do exercício do mandato, não superior a trinta dias;

III - perda de mandato.

§ 1º - Considera-se atentatório do decoro parlamentar usar, em discurso ou proposição, de expressões que configurem crime contra a honra ou contenham incitamento à prática de crime.

§ 2º - É incompatível com o decoro parlamentar:

I - o abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas a membros da Assembleia Legislativa;

II - a percepção de vantagens indevidas;

III - a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos dele decorrentes.

Art. 247 - A censura será verbal ou escrita.

§ 1º - A censura verbal será aplicada em Sessão pelo presidente da Assembleia ou de Comissão, no âmbito desta, ou por quem o substituir, quando não caiba penalidade mais grave, ao deputado que:

I - não observar, salvo motivo justificado, os deveres inerentes ao mandato ou os previstos no Regimento Interno;

II - praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências da Casa;

III - perturbar a ordem das Sessões da Assembleia ou das Comissões.

§ 2º - A censura escrita será imposta pela Mesa, se outra cominação mais grave não couber, ao deputado que:

I - usar em discurso ou proposição de expressões atentatórias do decoro parlamentar;

II - praticar ofensas físicas ou morais no edifício da Assembleia ou desacatar, por atos ou palavras, outros parlamentares, a Mesa ou Comissão e respectivas presidências.

Art. 248 - Considera-se incurso na sanção de perda temporária do exercício do mandato, por falta de decoro parlamentar, o deputado que:

I - reincidir nas hipóteses previstas no parágrafo antecedente:

II - praticar transgressão grave ou reiterada aos preceitos do Regimento Interno e do Código de Ética e Decoro Parlamentar;

III - revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Assembleia ou Comissão haja resolvido deva ficar secreto;

IV - revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado de que tenha tido conhecimento na forma regimental;

V - faltar, sem motivo justificado, a dez Sessões Ordinárias consecutivas ou a quarenta e cinco intercaladas, dentro da sessão legislativa sessão legislativa ordinária ou extraordinária.

Parágrafo Único - Nos casos dos incisos I a IV, a penalidade será aplicada pelo Plenário, em escrutínio secreto e por maioria dos membros da Assembleia, assegurada ao infrator a oportunidade de ampla defesa.

Art. 249 - A perda do mandato aplicar-se-á nos casos e na forma previstos no art. 73 e seus parágrafos.

Art. 250 - Quando, no curso de uma discussão, um deputado for acusado de ato que ofenda a sua honorabilidade pode pedir ao presidente da Assembleia ou de Comissão que mande apurar a veracidade da arguição e o cabimento de censura ao ofensor, no caso de improcedência da acusação.

## **TÍTULO VII**

## DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

**Capítulo Único**

## Da Iniciativa De Leis

Art. 251 - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Assembléia Legislativa de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um centésimo do eleitorado paranaense, distribuído pelo menos por cinquenta Municípios, com não menos de três milésimos dos eleitores de cada um deles, obedecidas as seguintes condições:

**Art. 251 - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Assembléia Legislativa de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um centésimo do eleitorado paranaense, distribuído pelo menos por cinquenta municípios, com não menos de um centésimo dos eleitores de cada um deles, obedecidas as seguintes condições:**

I - a assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores de seu título eleitoral;

II - as listas de assinaturas serão organizadas por Municípios e Distritos Administrativos ou Judiciários, em formulários padronizados pela Mesa da Assembléia;

**II - as listas de assinaturas serão organizadas por Municípios e Distritos Administrativos ou Judiciários;**

III - o projeto será instruído com documento hábil do Tribunal Regional Eleitoral quanto ao contingente de eleitores alistados em cada território municipal, aceitando-se, para esse fim, os dados referentes ao ano anterior, se não disponíveis outros mais recentes;

IV - Será lícito à entidade da sociedade civil patrocinar a apresentação de projetos de iniciativa popular, responsabilizando-se inclusive pela coleta de assinaturas;

V - o projeto será protocolado e encaminhado ao presidente da Assembléia, que verificará se foram cumpridas as exigências constitucionais para sua apresentação;

VI - o projeto de lei de iniciativa popular terá a mesma tramitação dos demais, integrando sua numeração geral;

VII - nas Comissões ou em Plenário, transformado em Comissão Geral, poderá usar da palavra para discutir o projeto de lei, pelo prazo de vinte minutos, o primeiro signatário, ou quem este tiver indicado quando da apresentação;

VIII - cada projeto de lei deverá circunscrever-se a um mesmo assunto, podendo, caso contrário, ser desdobrado pela Comissão de Constituição e Justiça, em proposições autônomas, para tramitação em separado;

IX - não se rejeitará, liminarmente, projeto de lei de iniciativa popular por vícios de linguagem, lapsos ou imperfeições de técnica legislativa, incumbindo à Comissão de Constituição e Justiça escoimá-lo dos vícios formais para sua tramitação;

X - a Mesa designará deputado para exercer, em relação a projeto de lei de iniciativa popular, os poderes ou atribuições conferidos por este Regimento ao autor da proposição, devendo recair sobre quem tenha sido previamente indicado com essa finalidade pelo primeiro signatário do projeto.

**TÍTULO VIII****Capítulo Único**

## Da Secretaria da Assembléia

Art. 252 - Os serviços da Assembléia serão executados pela sua Secretaria e regulamento especial, que será considerado parte integrante deste Regimento.

§ 1º - O regulamento da Secretaria não poderá conter nenhuma disposição que contrarie este Regimento.

§ 2º - Cabe à Comissão Executiva apresentar Projeto de Resolução para elaborar e modificar o regulamento da Secretaria.

Art. 253 - É facultado à Comissão Executiva delegar a qualquer de seus Membros e ao Diretor Geral competência para a prática de atos administrativos.

**TÍTULO IX****Capítulo Único**

## Das Disposições Finais

Art. 254 - Salvo disposições em contrário, os prazos assinados em dias ou sessões neste Regimento computar-se-ão, respectivamente, como dias corridos ou por Sessões Ordinárias da Assembléia efetivamente realizadas; os prazos fixados por mês contam-se de data a data.

§ 1º - Exclui-se do cômputo o dia ou sessão inicial e inclui-se o do vencimento.

§ 2º - Os prazos, salvo disposições em contrário, ficarão suspensos durante os períodos de recesso parlamentar da Assembléia Legislativa.

Art. 255 - Os atos ou providências, cujos prazos se achem em fluência, devem ser praticados durante o período de expediente da Assembléia ou das Sessões Ordinárias, conforme o caso.

Art. 256- É vedado dar denominação de pessoas vivas a qualquer das dependências da Assembléia.

Art. 257 - Serão arquivados, em qualquer fase de sua tramitação, as proposições apresentadas em legislaturas anteriores.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não se aplica aos projetos de iniciativa do Poder Executivo, da Mesa e aos projetos vetados.

Art. 258 - Durante as Sessões serão mantidos sobre a mesa principal dos trabalhos do Plenário, exemplares da Bíblia, da Constituição da República Federativa do Brasil, da Constituição do Estado do Paraná e do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, para consulta dos deputados.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 2.000.

(aa) CAÍTO QUINTANA  
NELSON JUSTUS

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 033/200

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º - Os artigos 3º e 4º da Resolução nº 010/2000, de 30 de outubro de 2000, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 3º - A discussão preliminar da matéria e o prazo para apresentação de Emendas se prolongarão por 120 (cento e vinte) dias, e terá início a partir da instalação da 3ª Sessão Legislativa, 14ª Legislatura, findo o qual será a discussão automaticamente encerrada.

Art. 4º - Poderão oferecer emendas nos 90 (noventa) primeiros dias de discussão:

I - qualquer deputado estadual;

II - representação partidária com assento na Assembléia Legislativa, por meio de líder”.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK  
ADEMIR BIER  
WALDYR PUGLIESI

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de resolução visa equacionar os dispositivos da Resolução nº 010/2000, de 30 de outubro de 2000 que: “dispõe sobre o funcionamento dos trabalhos de revisão constitucional e dá outras providências”, tendo em vista a importância da matéria e a realidade político - institucional da sociedade paranaense.

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 424/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Desportiva Nova Vila - Amdesnovi, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.12.2000.

(a) MARCOS ISFER

#### JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Desportiva Nova Vila foi criada para executar ações de mobilização, conscientização e atividades de interesses, voltadas em defesa da comunidade.

É uma associação sem fins lucrativos e visa representar os moradores do conjunto em suas reivindicações junto aos Poderes Públicos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

#### PROJETO DE LEI Nº 425/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Torna obrigatório o Poder Executivo Estadual, através da Secretaria de Estado da Educação a incluir no currículo escolar da rede pública estadual a disciplina de Educação Ambiental.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.2000.

(a) BERALDIN

#### JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista o tema ser de grande interesse nos dias atuais, e com a visão de que somente através da educação haveremos de mudar os hábitos e costumes da nossa civilização, é de fundamental importância que as crianças do Paraná tenham em seu cotidiano escolar o trato com as questões ambientais, para que elas possam se tornar conhecedoras e principalmente defensoras do ambiente em que vivem.

#### PROJETO DE LEI Nº 426/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam fixadas em, no máximo 20% do valor do automóvel, as multas impostas pelo Detran/PR, autuadas a partir de 01 de janeiro de 2000.

§ 1º - Ficam excluídas do benefício proposto no *caput* deste artigo, as multas que tenham relação com qualquer infração originária de ilícitos penais.

§ 2º - O disposto deste artigo não enseja a restituição ou compensação de pagamento de dívidas de multas de trânsito liquidadas antes da vigência da presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.2000.

## (a) GERALDO CARTÁRIO

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins.

## JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa a beneficiar o cidadão que cometer alguma infração de trânsito, que não decorra de ilícito penal, para que pague uma multa fixada em, no máximo, de 20% do valor do automóvel.

A finalidade da multa imposta é de penalizar o indivíduo e de advertir quanto à infração cometida. Não objetiva o Estado, enriquecer com o pagamento das referidas multas.

Vale relembrar o Princípio da Proporcionalidade da Administração Pública, o qual visa que, toda punição administrativa seja proporcional à infração cometida pelo cidadão.

Não há como fazer com que as multas percam seu caráter fundamental que é o de penalizar o cidadão, fazendo com que o mesmo pague pelo ato infracional, sem lesar seu patrimônio.

## PROJETO DE LEI Nº 427/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - Aos que infringirem no Estado do Paraná as leis que protegem o Meio Ambiente, acrescenta-se às penalidades previstas pela legislação em vigor, a obrigatoriedade de comparecimento a palestras que visem conscientizar sobre a importância da preservação do Meio Ambiente.

Art. 2º - A obrigatoriedade a que se refere o artigo anterior com vistas à conscientização sobre preservação da natureza, será instrumentalizada pelo Estado, através de órgãos públicos de sua estrutura ligados ao Meio Ambiente. Caberá a estes órgãos a preparação de palestras para que se dê cumprimento ao que determina a presente Lei.

Art. 3º - Fica estabelecido que todo e qualquer infrator às leis em vigor, estará obrigado comparecer às palestras, apresentando uma explanação ao final sobre o tema explanado, de forma oral ou por escrito.

Parágrafo Único - A explanação estará sujeita à aprovação do órgão encarregado de ministrar palestras. Se reprovada, deverá o infrator participar novamente e tantas vezes forem necessárias até demonstrar ter compreendido o teor do tema abordado, dando mostras de estar conscientizado da importância sobre a preservação do Meio Ambiente, em especial no tocante ao tipo de crime ambiental que cometeu.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.2000.

## (a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

## JUSTIFICATIVA:

Da lei de autoria do nobre deputado Nelson Justus, na época presidente desta Casa, criando o evento “Parlamentar do Futuro”, saiu uma grande lição para nós que vivemos de fazer leis: a importância da preservação do Meio Ambiente, a maior preocupação destes jovens que cursam o Ensino Fundamental ou o Médio nas escolas da Rede Pública Estadual de Ensino. O maior número de propostas se concentrou nesta área.

Do Colégio Estadual Irênio Moreira Nascimento, do município de Tibagi, o estudante Salathiel A. Teixeira, trouxe a proposta de acrescentar às penalidades previstas na legislação em vigor sobre o Meio Ambiente, a obrigatoriedade de comparecimento do infrator, em todo o Paraná, a palestras que tratem justamente da importância da preservação do Meio Ambiente, respeitando todos os ecossistemas.

Para o autor da proposta que ora transformamos em projeto de lei e pedimos o voto favorável dos nobres Pares, o exemplo do principal símbolo paranaense, o nosso Pinheiro, é um alerta para o que pode ocorrer com outros espécimes num futuro muito breve, caso não nos cerquemos de mais cuidados. De quase metade da Floresta Nativa do Estado, hoje o Pinheiro (Araucária) está sendo protegido por lei para evitar sua extinção.

A fauna e a flora silvestres, têm tantos espécimes sob risco de extinção, apesar da legislação para coibir a matança, captura ou comercialização. Este é um outro exemplo, que em se tratando da natureza e sua biodiversidade, há infelizmente tantos outros a colocar em risco a sobrevivência do homem por conta desse desequilíbrio ambiental que ele próprio vem criando. O desmatamento desordenado, as matas ciliares que estão desaparecendo, os mangues ameaçados, enfim, no Paraná padecemos de todos estes “pecados” cometidos contra os recursos naturais.

Por isso encampamos a proposta do jovem Salathiel Teixeira, haja visto que pagar multa ou mesmo cumprir pena, sem a devida consciência do crime que cometeu contra um espécime, contra a humanidade e contra si mesmo principalmente, não é suficiente para que este agressor da natureza, seja em que forma for não volte a cometer o mesmo crime ou outro qualquer contra o Meio Ambiente.

Através do comparecimento às palestras, ele entenderá do princípio ao fim como se dá o equilíbrio na natureza, tão frágil e dependente das ações do homem. A palestra é para que o infrator entenda o que fez, onde interferiu no processo e como aquilo poderá afetar diretamente a sua vida. O efeito multiplicador dos ensinamentos que receber também fará com que outras pessoas tomem consciência da importância da preservação de tudo o que há no Meio Ambiente do qual somos parte.

## PROJETO DE LEI Nº 428/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar e implantar um posto do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, no município de Tibagi, no Estado do Paraná.

Art. 2º - O posto do Corpo de Bombeiros de que trata o artigo anterior da presente lei será integrado por contingente de bombeiros residentes no município de Tibagi ou em suas proximidades, e que até então prestam serviço nas unidades em funcionamento nos municípios de Castro, Telêmaco Borba e Ponta Grossa, devendo ser efetuado o deslocamento funcional destes profissionais pela Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 3º - O Poder Executivo terá um prazo de 120 dias para regulamentar a presente lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.2000.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

**JUSTIFICATIVA:**

Os alunos Cindy Denise Nolte, Igor Henrique Gomes e Luiz Carlos Taques Ribeiro Júnior, da Escola Estadual Professora Leopoldina B. Pedroso, do município de Tibagi, trouxeram esta proposta para o evento “Parlamentar do Futuro”, Lei Estadual de autoria do nobre deputado Nelson Justus, em sua primeira edição, realizada dia 7 de dezembro do corrente ano. A preocupação dos estudantes vai além dos muros da escola, como comprova este desejo de que seja instalado um posto do Corpo de Bombeiros no município de Tibagi, região dos Campos Gerais, a qual represento com orgulho nesta Casa de Leis.

Este grupo de alunos justifica o pedido ao governo do Estado por conta da necessidade da presença de Bombeiros nos locais de banho, até para orientar sobre os pontos impróprios e perigosos. Querem os estudantes de Tibagi mais que o trabalho de salvar vidas, mas a atuação importante da “prevenção” que um posto do Corpo de Bombeiros no município certamente representará para a população local.

“Muitas vidas já poderiam ser salvas se tal destaque existisse em nosso município, pois até os destaques de cidades próximas virem à nossa cidade, na maioria das vezes, já é muito tarde”. Deixo os nobres colegas com estas palavras extraídas da justificativa elaborada pelos próprios estudantes quando da sugestão apresentada como “Parlamentar do Futuro”. Lembro-os ainda, nesta reflexão, que situa-se em Tibagi o Canyon Guartelá, o sexto maior do mundo, que atrai visitantes de todo o Paraná, de outros Estados do Brasil e até de outros países. O que reforça a necessidade deste posto do Corpo de Bombeiros no município.

PROJETO DE LEI Nº 429/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Torna obrigatório o atendimento clínico e odontológico gratuito para estudantes que o necessitem, independente de disporem ou não de plano de saúde, em toda a Rede Pública de Ensino Estadual no Paraná.

§ 1º - O atendimento será semanalmente, ficando a cargo da própria escola a designação do dia e o período a ser realizado.

§ 2º - Se ocorrerem emergências fora da data previamente acertada, será disponibilizada uma ambulância para socorro imediato.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.2000.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

**JUSTIFICATIVA:**

Esta é uma proposta de lei que partiu do aluno João Vítor, da Escola Estadual Professor Brandão, que participou do evento “Parlamentar do Futuro”, na sua primeira edição, em 07.12.2000. O que nos chamou a atenção foi a preocupação do estudante em assegurar um atendimento médico e odontológico para todos os alunos matriculados na Rede Pública Estadual de Ensino do Paraná.

Como a maioria das crianças e adolescentes matriculados no Ensino Fundamental e no Ensino Médio da Rede Pública Estadual vem de famílias de baixa renda, garantir um mínimo de atendimento básico na área médica e odontológica, é atender o preceito das Constituições Federal e Estadual, de que a saúde é um direito do cidadão.

Se colocado à disposição das escolas estaduais profissionais que possam trabalhar tanto com o atendimento às patologias já instaladas quanto com a prevenção, o governo do Estado do Paraná estará garantindo corpos e mentes mais saudáveis entre sua população estudantil.

Assegurando um médico e um dentista nas escolas da Rede Pública Estadual de Ensino, os alunos terão mais um estímulo para a frequência, valorizando-a além do conhecimento que recebe. Para os pais também será mais uma opção às filas dos postos de saúde municipais e estaduais. E incentivo para mandar seus filhos às escolas.

Por razões como as expostas acima e até para valorizar o trabalho dos estudantes que colocaram suas preocupações de forma muito clara como “Parlamentares do Futuro”, é que peço aos nobres Pares que aprovelem o projeto em questão.

PROJETO DE LEI Nº 430/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar Linha Especial de Financiamento aos pequenos proprietários de áreas próximas aos Parques Estaduais ou Pontos Turísticos Naturais, exclusivamente para a exploração de atividades comerciais.

Art. 2º - Caberá à Agência de Fomento do Governo do Estado fixar as regras para a abertura de Linha Especial de Financiamento de que trata o artigo 1º desta lei, estabelecendo prazo de carência compatível com o incentivo que se propõe oferecer aos que se beneficiarem desta Lei, e com taxa de juros abaixo da praticada pelo mercado.

Art. 3º - Os pequenos proprietários de áreas próximas aos Parques Estaduais ou Pontos Turísticos Naturais, depois de garantidos os recursos pela Agência de Fomento do Governo do Estado, deverão participar de curso com carga horária de 20 horas para capacitação e gerenciamento empresarial, a ser ministrado por órgão indicado pelo Poder Executivo.

Art. 4º - A Secretaria Estadual do Meio Ambiente, através dos meios de que dispõe, se encarregará de analisar o projeto para exploração de qualquer atividade comercial próximas aos Parques Estaduais e Pontos Turísticos Naturais do Paraná, para dar parecer sobre eventuais impactos sobre o Meio Ambiente. Caberá também à SEMA a fiscalização posterior, após a instalação das atividades comerciais, para que seja evitado qualquer tipo de depredação ou agressão ao Meio Ambiental local.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.2000.

(a) **PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**

### JUSTIFICATIVA:

A idéia de apresentar um projeto de lei nesse sentido partiu do aluno Adenaldo Xavier de Souza, da Escola Estadual Professora Leopoldina B. Pedroso, de ensino fundamental, do município de Tibagi, durante o primeiro evento "Parlamentar do Futuro", realizado em 07 de dezembro do corrente ano, através de lei de autoria do então presidente desta Assembléia Legislativa, o nobre deputado Nelson Justus, aprovada pelo plenário desta Casa.

Os "Parlamentares do Futuro" vieram com várias propostas, todas refletindo a preocupação dos alunos da Rede Pública Estadual de Ensino no Paraná em relação a diversas áreas. Uma delas é a que ora transformo em projeto de lei para apreciação dos nobres Pares. Cujo objetivo principal é dar condições financeiras e capacitação empresarial para os pequenos proprietários de áreas próximas aos Parques Estaduais ou Pontos Turísticos Naturais.

Não é apenas no município de Tibagi, onde a natureza é pródiga ou na região dos Campos Gerais, que com orgulho represento nesta Casa, que existem pequenos proprietários de áreas próximas a estas "maravilhas naturais". Por todo o Paraná, sabem os senhores, fomos agraciados com parques, reservas e atrações que ainda permitem uma exploração de forma ordenada e organizada, desde que com rigoroso controle ambiental, beneficiando o principal elemento desta cadeia natural que é o homem.

Se dermos condições para aqueles que têm pequenas áreas junto a estes recursos naturais para a exploração turística, sob a fiscalização ambiental do órgão competente do Poder Executivo, estaremos oferecendo a tantas famílias paranaenses uma oportunidade de montar o seu próprio "negócio" e dele viver dignamente. Por isso não peço aos nobres parlamentares a aprovação deste projeto de lei, apenas pela região dos Campos Gerais, mas por todo o nosso Estado. E pela consciência que o estudante Adenaldo Xavier de Souza deixou patente trazer uma proposta deste cunho. Demonstrou, apesar da pouca idade, consciência sobre uma questão social da maior importância: prover meios de sustento para quem tem interesse em trabalhar.

### O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, senhor deputado Fernando Ribas Carli.

### O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhora e senhores deputados, o item número oito da nossa Ordem do Dia é um projeto de autoria do Poder Executivo que altera a redação da Lei nº 11.280 de 26 de dezembro de 1995. Lei que altera a maneira, o desconto, os nomes na cobrança do IPVA.

Senhor presidente, mais uma vez esta Casa, próxima do encerramento do período legislativo, tem que discutir o assunto que interfere na vida de milhares de paranaense.

E mais uma vez chega a esta Casa um projeto, certamente senhores deputados, formulados por alguns técnicos insensíveis, que não estão sabendo, não querem saber, ou não estão preocupados com a aflição de todos os paranaenses; num momento difícil, momento de crise, momento de recessão, num momento de economia reprimida, num instante de salários congelados, em que a grande maioria dos trabalhadores não têm aumento salarial há quatro, cinco, seis anos, novamente a insensibilidade dos técnicos alteram um projeto visando arrecadar mais, visando diminuir o desconto para o pagamento a vista e diminuir o número de parcelas no pagamento do IPVA.

Não podemos concordar com isso senhor presidente, senhores deputados, nós que estamos andando por todo esse Paraná, mantendo contato com as pessoas, sabendo da dificuldade, sabemos das aflições, sabemos

que a maioria do povo não consegue saldar os seus compromissos em dia como gostariam de fazê-los, e se vêem de um momento para o outro obrigados a alterar totalmente a sua planilha de gastos, tendo em vista que a planilha de recebimentos permanece inalterada, por uma ação de técnicos da Secretaria da Fazenda.

Já tivemos no ano passado uma experiência dolorosa quando fizemos uma modificação radical na maneira de arrecadar esse imposto, e não podemos concordar, senhor presidente, senhora e senhores deputados, que mais uma vez tenhamos que fazer mudanças na maneira de cobrar esse imposto. Um imposto que na verdade 50% fica para o Tesouro do Estado e os outros 50% vão para o caixa dos diversos municípios.

Tenho certeza que todos os deputados devem ter ouvido as reclamações no ano que passou quando foi alterada a maneira da cobrança do IPVA. E tenho certeza que nenhum dos senhores ouviu algum prefeito desse Paraná dizer que foi uma boa lei, que melhorou a arrecadação do município, que fez com que o dinheiro ingressasse na caixa do município, com bastante antecedência.

Diziam, eles, em campanhas, que foram os deputados que aprovaram essa lei, que sacrificou o povo. Quem andou por esse Paraná e todos os senhores andaram, neste ano, no ano eleitoral, puderam sentir do povo a ira de ter de pagar o imposto, o IPVA, com antecedência, com menos desconto e menos parcela.

Aqueles que receberam a metade desse dinheiro, também acusaram a todos os deputados, que aprovaram aquela lei.

Senhores deputados, quero não um apelo, quero conchamar a todos os deputados já tenho uma emenda pronta, para ingressar, visando o restabelecimento da forma antiga de pagamento de IPVA.

Queria fazer um convite a todos os senhores deputados, para que nós, os 54, façamos...

### **O Sr. Algaci Tulio**

Vossa Excelência poderia usar o horário da liderança do vosso partido, porque daria chance para que os deputados pudessem apartear?

**(Assentimento)**

Deputado Fernando Ribas Carli, esse é um assunto que Vossa Excelência traz a este Plenário e que é de interesse de todos nós, parlamentares, e da população paranaense. Já nos posicionamos, através da própria imprensa e, aqui, nesse Plenário mesmo, dizendo da dificuldade, que teria o governo do Estado de fazer aprovar a sua proposta original.

Por essa razão, cada um com suas assessorias, evidentemente, buscaram elementos, meios, no sentido de alterar essa proposta original do governo do Estado.

Eu mesmo, tive consultas externas a esta Casa, procurando trazer algumas sugestões.

É bom dizer também, que acabamos de sair de uma reunião, agora, com deputados da Bancada governista, com Lideranças do Governo, com a presença de técnicos

da Secretaria da Fazenda. Acho que isso foi um avanço. Começamos a avançar por aí e já começa a se alterar a proposta do governo, quando ele envia técnicos para ouvir os senhores parlamentares. Levou das mãos de todos nós, parlamentares, uma proposta e algumas sugestões. Até o final desta sessão - quero crer, e depois o deputado Valdir Rossoni pode falar sobre isso, poderá, quem sabe, ser uma luz, que poderá dar uma alternativa melhor a essa proposta.

Pode-se notar perfeitamente no semblante de cada um dos parlamentares: ninguém ousaria aprovar a mensagem governamental, que está aqui sem que tivesse alguma alteração. O governo, se acorda, manda o técnico nos ouvir. Nós, que temos a sensibilidade política e não ficamos apenas pelo frio da nota e da letra que está no papel, que sentimos povo lá fora, é que sabemos, o quanto é difícil, ele começar a pagar em janeiro, por menos parcelas de pagamento, e ter diminuição do desconto.

Queremos crer que, até o final dessa sessão, mais para o final tarde, tenhamos uma proposta do governo, aceitando aquilo que estamos propondo aí.

### **O Sr. Augustinho Zucchi**

Permite-me um aparte, Vossa Excelência?

**(Assentimento)**

Inicialmente, quero pedir desculpas, porque estamos tratando justamente de uma emenda com o deputado José Maria Ferreira, sobre a questão que Vossa Excelência aborda.

Confesso, que acho difícil de chegar a um consenso àquilo que queremos e àquilo que pretende o governo. É possível chegar a um entendimento nas parcelas - em quantas vezes vai pagar -, mas quando começa a pagar é que realmente será o problema. Problema Vossa Excelência defende a tribuna, mais ou menos a sistemática, de como era anteriormente se bem que não pode ser da mesma forma, porque agora não podemos pagar o IPVA até dezembro, só podemos até outubro, pela legislação federal. Começar a pagar o IPVA, tem diferença de começar a pagar em janeiro, mesmo parceladamente, em cinco, quatro vezes, do que começar em fevereiro, março, abril, maio, dependendo do final da placa.

Essa é a questão, na minha opinião que está carecendo de um entendimento. E falei, estes dias, com relação nossa posição pessoal, nessa questão, não tenho disposição, deputado Fernando Carli, Vossa Excelência que representa o interior do Paraná, certamente tem sofrido, na carne, isso, como outros companheiros aqui têm sofrido, eu não tenho disposição de votar nenhuma proposta que não considere o final da placa para efeito de início de pagamento. Porque claro, podemos ter o parcelamento aí em 5 vezes, por exemplo, começar a pagar a partir de janeiro, o problema é o que significa o mês de janeiro, para o cidadão comum? É o momento em que há maior dispêndio familiar, uma maior dificuldade finan-



ceira e há um maior desgaste, neste sentido, para todo aquele que tem que chegar lá e pagar o seu IPVA, começando naquele mês, mesmo que parceladamente.

Gostaria de agradecer o aparte que Vossa Excelência me concede e acho que nós, da outra vez, havia aí uma solicitação do governo por problema de caixa, dificuldades, etc. e tal. E sabemos que isso causou realmente uma preocupação muito grande na população e tivemos um desgaste, muito grande, neste sentido. Particularmente, estou disposto a me redimir dessa outra proposta que foi votada no ano passado e só há uma forma é o parcelamento não para o pagamento começar a partir de janeiro mas o parcelamento, e aí o início do pagamento é o que manda, que na minha opinião, por um critério que deve ser estabelecido, deve ser o das placas, para que dê, inclusive, melhor entendimento para a população.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLIS

Concedo aparte ao deputado Ricardo Chab.

### O Sr. Ricardo Chab

Deputado Ribas Carli pedi para que minha assessoria, o pessoal que trabalha comigo desenvolvesse um estudo de antes e o depois, ou seja, o que era o IPVA quando alteramos, aqui nessa Casa, e quer queiramos quer não, isso acarretou um ônus tremendo a todos nós. Todos nós que votamos a mudança do IPVA sofremos um desgaste político terrível, todos nós! Fui o primeiro a me posicionar, quando lia a mensagem do governo, dizendo que esta mensagem como está, não passava aqui na Assembléia.

Pois bem, a minha assessoria fez o estudo do antes e o depois do IPVA e tivemos alterações tremendas. Quero aqui, me ater, rapidamente, até no sentido de comunicar ao Plenário, tenho comunicado já a alguns senhores parlamentares, de uma emenda que está sobre a minha mesa e que devo apresentar amanhã e que acho que é a mais sensata, nesse momento. O deputado Zucchi colocou a questão das placas, a minha emenda, alguns órgãos de imprensa já divulgaram isso, se atem sim a questão das placas. Agora o senhor é sabedor, outros deputados talvez também saibam, que houve uma alteração da legislação federal, com relação à cobrança do IPVA, o IPVA, obrigatoriamente, tem que ser cobrado até o mês de outubro. Porque antigamente tínhamos o parcelamento até o mês de dezembro, agora não, há esta alteração, porém o governo pode cobrar o IPVA até outubro.

Quero deixar claro que quando votei para antecipação de IPVA é porque pessoas do governo colocavam para a gente que era uma questão emergencial, então aquela votação, lá atrás, minha, o meu voto, era para uma questão emergencial. Daqui para frente não tem mais emergência a não ser que emergência sejam uma coisa eterna, duradoura para o bolso do contribuinte.

Então vou apresentar, amanhã, uma emenda e gostaria de tornar público aqui, a este Plenário, já tornei

público aqui para a Bancada do Governo e estou me posicionando contra já algumas colocações feitas. Estamos conversando ainda e aqui eu louvo a atitude do deputado Valdir Rossoni que antes da sessão já passou a ouvir alguns deputados junto com os tecnocratas do governo. Mas tem que nos ouvir um pouquinho também porque o tecnocrata do governo diz: - o governo precisa! Mas o povo também precisa! De um lado tem o governo de outro lado tem o povo. Tenho certeza aqui, nestas alturas do campeonato, o povo precisa mais do que o governo.

Então deixe eu colocar aqui já o meu pensamento, nós podemos sim fazer a cobrança por placas, dentro do que diz a legislação federal e darmos um prazo de parcelamento para o pagamento. Não descobri a fórmula mas tenho aqui o estudo feito e vou passar, rapidamente, em janeiro seria cobrada a placa 1 e 2, o cidadão, se quisesse pagar à vista, teria um desconto de 15% ou então ele pode optar por uma entrada e mais quatro vezes, e aí sucessivamente, teríamos daí fevereiro a 2 e 3, perdão, 3 e 4, teríamos março, 5 e 6, e aí cobraríamos IPVA dentro do que diz a legislação federal.

Então acho que essa minha idéia vai prevalecer amanhã aqui porque o que não pode, deputado, é o que está acontecendo hoje. O cidadão que tem dois carros ou aquele que tem um carro só, para ele ter um desconto ele tem que quitar de uma vez só, e aquele que tem dois carros, para ele gozar do desconto ele tem que pagar ao mesmo tempo.

Então, o que na verdade a minha proposta contempla é o seguinte: o parcelamento com desconto, é isso que a população quer, porque pagar, o nome já diz, é um imposto, não é facultativo, ou seja, impõem-se o pagamento, então, quero na verdade, além de se impor o pagamento aquilo que todos somos obrigados a pagar é fracionar, dar tempo para que a pessoa possa pagar, inclusive com desconto.

Gostaria inclusive que apresentasse a minha proposta publicamente para que amanhã pudéssemos discutí-la com maior profundidade.

Muito obrigado!

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Muito obrigado pelo seu aparte, gostaria de reafirmar aquilo que eu dizia no início, a insensibilidade dos técnicos. Fico feliz que eles tenham estado aqui, talvez por algum equívoco não fui comunicado, talvez não tenham me encontrado, talvez falha da minha assessoria.

O SR. VALDIR ROSSONI

Deputado Carli o seu gabinete sabia que às 10h da manhã teríamos esta reunião, agora naturalmente não devem ter dito.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Acredito nas suas palavras e deixo a culpa para a assessoria do meu gabinete. Agora gostaria de dizer que são tão insensíveis esses técnicos que o percentual que

representa na arrecadação do Estado do IPVA é pífio, é muito pequeno, para dizer que é uma coisa emergencial, temos que parar com esta história de tudo ser emergencial, temos que ter o bom senso de saber como convém Zuk, que janeiro é um mês terrível, porque sai do mês de dezembro, das festas, do final de ano e já está prestes a iniciar o ano letivo. O pai que tem que matricular o filho, que tem que comprar o material escolar, que tem que comprar o uniforme, enfim todas aquelas despesas iniciais, tem o IPTU que tem que ser pago, que as Prefeituras cobram, então temos que tem que ser pago, que as Prefeituras cobram, então temos que ter a sensibilidade de promover uma forma de pagamento que seja viável, para que as pessoas não se sacrifiquem, que não sejam obrigadas, muitas vezes a dispor de algum bem para pagar este imposto.

Então, quero dizer aos senhores que a nossa emenda vai no sentido de fazer com que janeiro seja preservado o bolso do contribuinte, e não termos nenhum pagamento em janeiro, e depois haja um parcelamento e é claro com um desconto para pagamento à vista.

Então, a minha proposta inicial era de que formulássemos esta Emenda e no conjunto dos deputados, os 54 deputados poderiam assinar esta emenda dando uma demonstração e dando também a prova a todos os paranaenses a preocupação que tem os legisladores com as pessoas do Paraná, no sentido de dizer que conhecemos as aflições porque passam os paranaenses e que se os técnicos da Secretaria da Fazenda não tem a sensibilidade, esta Casa, este Plenário, cada um de nós tem a sensibilidade suficiente para saber que o povo não consegue pagar esta carga tributária que a cada dia sufoca mais a todos nós.

Muito obrigado, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

No Grande Expediente, com a palavra o deputado Irineu Colombo.

**O SR. IRINEU COLOMBO**

Senhor presidente, senhora deputada, senhores deputados.

Na última semana fomos todos tomados de surpresa pela indicação, aprovação e nomeação de dois auditores ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Nós que travamos aqui importantes debates, questionando o funcionamento do Tribunal de Contas, as atitudes técnicas e até políticas adotadas por Conselheiros e outros membros do Tribunal de Contas estamos sistematicamente sendo engolidos, eu diria até enganados e até trapaceados pelas artimanhas do governo do Estado.

Porque a vaga da Assembléia Legislativa foi ocupada primeiramente, desde que estou aqui como deputado, por um homem do Lerner, que foi o senhor Henrique Naigbornig (sic).

Era vaga nossa, da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tínhamos essa prerrogativa de indicar

um dos nossos nomes, dos nossos deputados. Olha, que nessa Casa não faltam deputados competentes e, acima de tudo, decentes para assumir aquela Corte de Contas.

A segunda vaga, também da Assembléia Legislativa, foi nomeado mais um homem do Executivo, senhor secretário Heinz Herwig, coordenador da campanha aqui em Curitiba no 2º turno, que o questionei na Justiça, não obtive sucesso na minha representação judicial, mas ele foi rapidamente conduzido após o término das eleições, para que não houvesse, quem sabe, uma liminar, que o impede. Ele rapidamente tomou posse lá naquela Corte de Contas.

Agora, vimos a semana passada, a nomeação do senhor Jaime Lechinski e Caio Soares, homens da cozinha do Palácio dos trabalhos palacianos, cotidianos do governo Jaime Lerner, nomeados para auditores do Tribunal de Contas.

Há um descumprimento total a nossa Constituição é uma arbitrariedade flagrante que salta aos olhos. Uma mesma pessoa indicar, aprovar e nomear, é um fluxo, é uma rotina, que em todas as democracias se segue, menos naquela em que a ditadura estabelece a exemplo do Fugimori derrotado no Peru.

Não podemos, esse Parlamento não pode admitir sobre hipótese nenhuma que tenhamos as nossas vagas retiradas da nossa prerrogativa de nomear conselheiros, entre nós aqui desta Casa, ou quem nós indicássemos, com competência e decência.

Não podemos também permitir que a nossa Constituição seja esfaqueada por interesse do governo. O que está por trás disso senhoras e senhores deputados: que o próximo Conselheiro do Tribunal de Contas, deputado Beraldin, deve ser necessariamente para cumprir determinações do Supremo Tribunal Federal, legislação federal e a nossa Constituição Federal tem que ser um entre três auditores do Tribunal de Contas. Temos os seguintes auditores no Tribunal de Contas: senhor Roberto Macedo nomeado antes de 1988, senhor Maris Alves nomeado antes de 1988 e os atuais nomeados na semana passada pelo senhor Jaime Lerner.

Portanto, se tem quatro numa lista tríplice, apenas será um deles. Se descuidarmos, se vacilarmos, além de perdermos as vagas, que já demos para esse governo, vamos ter um Conselheiro que saiu a poucos dias do Palácio fica um mês, como auditor ilegalmente e ainda será escolhido como conselheiro do Tribunal de Contas. É essa a jogada que está por trás da ação impetuosa do governo do Estado.

Tornar o fato consumado, não dar tempo para as exposições legais, para o acionamento da justiça e ter uma decisão judicial, fazer o fato consumado e gerar então um novo conselheiro a seu interesse.

O primeiro aspecto que quero chamar a atenção não só o flagrante da inconstitucionalidade e ilegalidade, como também um desrespeito as formulações teóricas da democracia.

Porque o Tribunal de Contas é um órgão assessorio da Assembléia Legislativa, é um órgão auxiliar não necessariamente submetido à Assembléia mas está ao par da Assembléia Legislativa como manda a Constituição Federal. E lá, naquele órgão auxiliar, as demandas de contas da Assembléia Legislativa na Fiscalização, temos maioria do Executivo.

Ora, o que o povo do Paraná vai esperar em termos das contas do pedágio, dos Jogos Mundiais da Natureza, do Paranacidade e tantas outras contas? Evidente que se os conselheiros, na maioria, são nomeados pelo próprio ordenador de despesa que é o governador Jaime Lerner, não haverá problemas com as contas do Tribunal de Contas.

Prejudicado está o povo paranaense que quer ver lisura e, acima de tudo, que os Poderes tenham um contrapeso razoável, como preconizou Montesquieu no seu livro quando tratou da divisão dos Poderes: que tenha indicação e até aprovação por esta Assembléia e nomeação pelo governo do Estado. Indicação, parte também, do governo do Estado para ter um equilíbrio de forças, para que o corte não seja só do Legislativo e nem só do Executivo.

Concedo aparte do deputado Caíto Quintana.

#### **O Sr. Caíto Quintana**

Deputado Colombo, o que quero chamar a atenção de Vossa Excelência para que possamos entender onde é que está o equívoco da questão.

Veja Vossa Excelência que na sessão II, das Atribuições do Governador, no artigo 87 consta: “.....compete privativamente ao governador....” aí cita: “....nomear os conselheiros, auditores e controladores do Tribunal de Contas do Estado, sendo cinco após a aprovação da Assembléia Legislativa obedecido o disposto no artigo 77, § 1º.

“O artigo 77 é o que determina as qualificações para que a pessoa possa ser conselheiro. O que não deixa nenhuma dúvida é o artigo 54, da nossa Constituição, que diz: “Compete privativamente à Assembléia Legislativa...”E aí elenca todas as coisas que competem privativamente à Assembléia Legislativa. E vai chegar no seu inciso 17 dizendo o seguinte: “Escolher cinco dos conselheiros, auditores e controladores do Tribunal de Contas do Estado”.

Chamo a atenção já de Vossa Excelência e dos demais parlamentares, que a questão “controlador” ainda não está regulamentado por esta Casa, terá que existir uma lei complementar que regulamente, apenas consta da Constituição.

Agora, a dúvida toda - deputado Colombo, está exatamente dirimida no inciso 19 que fala na competência exclusiva, privativa da Assembléia, do artigo 54, o inciso 19 diz o seguinte: “Aprovar, previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha: a) de conselheiros, auditores e controladores de Contas do Estado, indicados pelo governador.

Portanto, está na competência privativa da Assembléia a aprovação de nomes indicados pelo governador. Desconhecendo este artigo, o governador baseou-se no artigo 87 - numa interpretação errônea e sou obrigado a reconhecer que o artigo está confuso. Porque quando ele fala nomear os conselheiros e auditores, sendo cinco após a aprovação da Assembléia, o que este artigo está querendo dizer, é que cinco é indicação da Assembléia e dois indicação do Executivo entre auditores e procuradores.

Mas isso não invalida o artigo 54, que tem total e absoluta clareza dizendo que compete, privativamente, à Assembléia, a aprovação dos nomes indicados pelo Executivo até por uma coisa óbvia: o Tribunal de Contas é órgão do Poder Legislativo e não do Poder Executivo. A indicação do Poder Executivo se faz através do procurador que o Executivo indica para poder, em seu nome, fazer parte em todos os processos. E a Assembléia Legislativa vale-se do Tribunal de Contas para poder oferecer parecer a todas as contas do poder público que por lá passam. Por isso acho isso profundamente cristalino na nossa Constituição.

#### **O SR. IRINEU COLOMBO**

Concedo um aparte ao deputado Algaci Tulio.

#### **O Sr. Algaci Tulio**

É sobre esse assunto que queria falar, e até era a dúvida que tínhamos, hoje, pela manhã, deputado Caíto Quintana. Eu, o deputado Orlando Pessuti e o deputado Seleme, que fazemos parte desta Comissão de Reforma À Constituição, exatamente neste sentido, porque nos pegou de surpresa na semana passada. Aliás, já não é mais surpresa, as surpresas que comete o governo a esta Casa, com todo o respeito aos nomes que foram indicados, nada contra as pessoas, mas, a forma como estão se fazendo as coisas, dá-se a posse imediatamente para depois comunicar o que é que está se fazendo.

Então, queria dizer também que lamento profundamente a forma como o governo do Estado adotou a indicação dos dois nomes que são colocados aí como auditores, nós somos constituintes de 1989, nós estamos fazendo parte de uma Comissão que tem como relator-final o deputado Caíto Quintana, que analisou exatamente este assunto.

Portanto, nos pegou de surpresa e lamentamos isso.

Acho que a Casa tem que se manifestar, tem que fazer valer o que reza a nossa Constituição e, evidentemente, de pronto até, anular os atos feitos pelo governo do Estado. Esta também é a minha posição, independente da questão da indicação pessoal de nome, não é isso que estou discutindo, se era o Lechicki, se era o Caio Soares ou não era, mas a forma como foi feita. A Casa, mais uma vez, foi desconsiderada. E não podemos permitir que isso continue acontecendo.

#### **O SR. IRINEU COLOMBO**

Muito obrigado, deputado Algaci Tulio, deputado Caíto.

A propósito da fala do deputado Caíto, não só estudando a matéria observei esse aspecto da inconstitucionalidade da indicação, como fere, inclusive, o princípio democrático, como já assinaei aqui. Mas, também temos já um caso, os deputados mais antigos devem lembrar, que foi nomeado para o mesmo cargo o auditor do Tribunal de Contas o senhor Goia Campos, numa ocasião, e o governador do Estado, na ocasião Álvaro Dias, entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade, se não me engano, número 979.9, Supremo Tribunal Federal e ganhou a questão: “Que os auditores entrarão para aquela Corte de Contas por concurso”. Inclusive, o senhor Goia Campos, hoje, é aposentado como auditor, mas adotando uma estratégia porque ele já tinha tempo para se aposentar, no momento em que a ADIN estava sendo votada no Supremo Tribunal Federal, ele pediu imediatamente a aposentadoria, consolidando o fato, não tendo valor a Ação Direta da Inconstitucionalidade.

Portanto, queria fazer aqui um convite, inclusive, para que o deputado Caíto Quintana fosse o grande articulador dessa possibilidade de entrarmos com um mandado de segurança proibindo a distribuição de processos a esses dois auditores, porque eles estarão *sub judice*, estão irregulares, não podem receber processo para analisar. Uma ação popular para impedir que o governador ou o presidente do Tribunal de Contas pague seus salários, porque também está irregular, sob pena de quem pagar ter que devolver os recursos ao cofre público. Acho que com isso vamos mexer no bolso de particulares, quem sabe, toma uma decisão mais rápida antes do mês de janeiro.

Também já que temos uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que independente do que reza a nossa Constituição, a luz da Constituição Federal diz que: “Auditores têm que ser por concurso público”. Fazemos uma representação junto a Procuradoria Geral da República e também junto ao Supremo Tribunal Federal, arguindo descumprimento de decisão judicial por parte do governador do estado e por parte, inclusive, do presidente da Corte, porque deu posse irregularmente, descumprindo a Ação Direta de Inconstitucionalidade - 979-06 do Supremo Tribunal Federal. Porque já temos decisões cristalinas, temos bases teóricas do ponto de vista da separação dos poderes e dos contra-pesos; temos a nossa Constituição do Estado. Portanto, não há o que discutir quanto à questão da ilegalidade e da inconstitucionalidade da ação.

Terceiro aspecto: acho que a forma como o governador fez, rapidamente, como diz-se no jargão popular “de supetão”, para pegarmos de surpresa, quando estamos saindo de recesso, num final de semana, para dar o fato consumado, isto para mim é uma atitude de afronta à democracia, que consideraria até imoral.

E ainda digo mais: que o governo tem que pensar naquilo que falei inicialmente, não há em qualquer análise das teorias do direito, um agente público, uma autoridade pública, que indica, aprova e nomeia. Isto não existe. mesmo que a nossa Constituição, como está, equivocadamente redigida neste inciso XVII, do artigo 87, mesmo que com esta base o governador pode tentar lá na Justiça, não vai conseguir porque são cláusulas pétreas da firmeza da democracia brasileira, que alguém não pode indicar, aprovar e nomear. São três ações que dependem dos contra-pesos dos Poderes.

Tem o aparte o deputado Beraldin;

### **O Sr. Beraldin**

Deputado Colombo, quero cumprimentar Vossa Excelência por fazer uso do Grande Expediente e trazer este tema à baila aqui na Assembléia Legislativa. Na verdade, a Justiça já não tem mais o que tratar sobre esta questão. O Supremo Tribunal Federal já deliberou sobre a matéria.

Segundo, o governador tomou a atitude que tomou o Tribunal de Contas, que lá estão os conselheiros que têm como característica principal “notório saber jurídico”, acatou a indicação de uma forma secreta, sigilosa, ninguém ficou sabendo. Alguém, aqui, ficou sabendo da posse de algum auditor? Controlador, não sei nem daonde surgiu este nome, porque apareceu agora.

Então, o deputado Zuk está dizendo que foi à noite. Mas, mesmo à noite, com internet, fax, informações que temos, haveria de ter chegado aqui na Assembléia Legislativa, em nosso gabinete. Também celular, telefone, avisando da posse dos ilustres novos auditores...

### **O SR. IRINEU COLOMBO**

Quando nos convidam para outras cerimônias!

### **O Sr. Beraldin**

Aliás acho - e o senador Álvaro Dias já propôs no Senado - concurso público até para os conselheiros, quanto mais para auditor ou controlador ou qualquer cargo! Para haver isenção no Tribunal de Contas, tem que ser por concurso público.

Então, Vossa Excelência está de parabéns e apenas ratificar, dizendo que não há mais matéria jurídica, o Supremo Tribunal Federal já se manifestou, é inconstitucional, é concurso público, é isso! Então, me desculpem os nobres contemplados, nossos amigos Caio e Lichinski, mas eles infelizmente não estão dentro da lei, tomando posse, e não poderão assinar como auditores, porque não fizeram concurso público, como dita o Supremo Tribunal Federal.

### **O SR. IRINEU COLOMBO**

Parabéns pelo aparte, deputado.

Concedo aparte ao deputado Luiz Carlos Zuk.

### **O Sr. Luiz Carlos Zuk**

Ilustre deputado Irineu Colombo, parece-me que o Paraná tem dois governadores. Um governador moroso, lento, sem decisão, sem olhar os reclames dos servidores públicos, sejam estes que aqui se encontraram, da área da saúde, das Polícias Militar e Civil, os professores, de um modo geral, e o funcionalismo. Este é o governador moroso, o governador que há muitos e vários anos não dá aumento, não dá o cargo de salários condizente àqueles que ajudam a administrar o Estado. E um governador que não toma decisão alguma. É empurrado para tomar decisão. Este é um governador. O governador que publicamente demitiu a secretária de Educação do Estado que foi ao Palácio, bateu o pé e voltou a ser secretária dentro da área de educação do Paraná. Um governador sem decisão.

Mas, há outro governador, sabido, político, astuto, quase que mágico! Quase! Porque não vamos tirar o coelho da cartola, mas vamos tirar aqueles apaniguados do Tribunal de Contas, porque acredito, e tenho certeza, que a Justiça assim o fará. Este governador sabido, na véspera de viajar, quando na Holanda não alcançam as ondas sonoras destas palavras nem aquilo que é televisado e transcrito neste recinto, tomou uma medida que não teve coragem de tomar em tempo de que pudéssemos convocá-lo, com anuência da Bancada do governo, para esclarecer o porquê da pressa.

O recesso aí vem, e proponho ao presidente Nelson Justus que extenda as sessões para depois do dia 15, para que possamos chamar o governador neste Parlamento não para responsabilizá-lo, mas, para ele saber que nesta Casa não existe nenhum “burro” para aceitar o que ele está fazendo com o nosso Estado.

Tenho a certeza absoluta que o governador lento, moroso, sem decisão, é bem diferente do governador astuto, raposa em política. Parece que ele está aprendendo a dar rasteira sem esperar que a pessoa se levante e tenha a oportunidade da defesa.

Este Parlamento não tem a oportunidade da defesa quando poderíamos inquirir Sua Excelência para que aqui viesse nos dar o testemunho que ele realmente falta com a verdade quando diz que não é político, é técnico. É muito mais político do que todos os 54 deputados deste Parlamento. Agiu na calada da noite, deu a posse que ninguém viu e aí está na Holanda passeando, recebendo homenagens e nós aqui com uma situação que é vexatória a este Poder Legislativo.

Muito obrigado!

#### O SR. IRINEU COLOMBO

Gostaria de endossar suas palavras.

Para informação dos senhores, temos a vaga já praticamente acertada no lugar do conselheiro João Feder, que tem que ser de auditor ou procurador. E, é esta a vaga que o governador está querendo ocupar.

Vemos, nas galerias, a presença dos servidores da área da saúde que estão pleiteando um reajuste de 48% para ser incluso na nossa Lei Orçamentária, sem atingir a

Lei de Responsabilidade Fiscal, e, fizeram até um protesto com cesta básica ao governo do Estado, simbolizando a situação de fome e baixos salários que estão vivendo.

Quero dizer aos serviços que a situação do jeito que está, se o governador permanecer com estes auditores e nomear mais um conselheiro, pode haver a irregularidade que for no Fundef, que temos amanhã a oportunidade de fazer a audiência pública aqui, no Conselho Estadual de Saúde, todos os recursos, pode haver a irregularidade que houver, que o Conselho do Tribunal de Contas irá aprovar porque a maioria é dele. De sete membros, ele terá pelo menos três membros e poderá pleitear a Presidência. Têm todas as possibilidades de aprovarem as contas que quiserem e, para isso, não podemos deixar que estes dois auditores continuem.

Há tempo ainda, e, meu líder, deputado Orlando Pessuti, está convocando nossa Bancada de Oposição para uma reunião logo após esta Sessão Plenária e, um dos itens da pauta é exatamente discutirmos as ações que deveremos tomar com relação ao Tribunal de Contas. E, já fiz uma sugestão, que é impetrarmos mandado de segurança, já estou preparando alguns deles, mandados de segurança para que eles não peguem e assinem processos dentro do Tribunal de Contas, ação popular para que não recebam salários e quem o fizer que arque particularmente com as despesas que pagarem, isto é uma forma, inclusive, de economizar dinheiro para o Estado do Paraná, não muito, mas uma pequena contribuição, e também uma representação junto a Procuradoria Geral da República e junto ao STF, porque já, como disse o deputado Beraldin, muito atento às questões do Tribunal de Contas, é uma decisão cristalina do Supremo Tribunal Federal que estas vagas não pertencem a nomeação do governador e sim a concurso público, auditores em concurso público.

O Sr. Geraldo Cartário

Permite um aparte, deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Irineu Colombo, ouvi atentamente o seu pronunciamento e soma-se ao seu pronunciamento os comentários diversos que circulam na praça, ou seja, na cidade de Curitiba e outras cidades do Paraná existe realmente esta questão levantada e essas indicações feitas pelo senhor governador ao Tribunal de Contas de dois auxiliares, o que realmente aconteceu? Houve um desrespeito a lei estadual, houve um desrespeito a lei constitucional, ou seja, dentro da Constituição a lei federal, como deputado Beraldin levantou, no nosso entender a Assembleia teria que ter uma resposta a estes comentários que entristecem a vida política de todos nós. A Assembleia poderia se posicionar e realmente, publicamente, o seu presidente até poderia dar uma entrevista dizendo que esta lei que o senhor governador encaminhou os nomes ao Tribunal de Contas foi uma lei aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e, segundo me con-

sta, praticamente por unanimidade, com o voto da Oposição e da Situação.

Desta forma, o governador simplesmente preencheu um direito que nós, deputados estaduais, lhe outorgamos, por incrível que pareça. Hoje estamos aqui buscando uma resposta vamos aos Anais desta Casa e vamos perceber que, de acordo como o projeto de lei que foi encaminhado ao Palácio Iguaçu, o governador tem o direito de encaminhar estas duas nomeações sem concurso, sem exame médico, inclusive, sem nada.

Agora, culpar o governador! Temos que culpar a nós mesmos, porque quando aprovamos esta lei que é de controlador, a Constituição invocada aqui pelo deputado Beraldin, já existia esta lei que impedia esta votação e nós o fizemos. Então, cabe, senhor presidente, senhores deputados, pelo menos nos cargos que dizem respeito a soberania da Assembléia, os deputados, não vamos indicar ou votar alguém para o Tribunal de Contas de mesma forma que Sua Excelência o governador fez. Vamos rever esta lei e vamos colocar pelo menos ou concurso público ou uma apresentação de documentos ou *referendum* da Assembléia e não da forma como foi, porque não adianta ficarmos falando mal do governador, quando nós é que cometemos este pecado.

Era este o aparte que queríamos agradecer a Vossa Excelência.

#### O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor deputado, o que existe no Paraná - e todo mundo sabe disto - é que muitos conselheiros estão lá, enquanto não vier a aposentadoria não precisa passar por voto nenhum, sob o crivo da população, como daqui a dois anos estaremos sendo submetidos - menos de dois anos - ao crivo da população o nosso mandato, e respondemos diariamente por aquilo que aprovamos aqui e ele assim mesmo exerce influência política dividindo o território do Paraná e fazem na verdade um verdadeiro mandato de deputados lá dentro do Tribunal de Contas, e esta Casa de Leis perdeu duas vagas recentemente e estamos perdendo outra vaga e quiçá tantas outras vagas, aquilo vai ficar uma extensão do Poder Executivo.

Não podemos permitir isto. Quero chamar essa Assembléia Legislativa para o brio próprio, deixamos, por exemplo, de colocar lá um conselheiro do quilate do deputado Basílio Zanusso, que estaria muito nos honrando e nos defendendo nesse momento, quem sabe não deixando essa ilegalidade da posse desses dois auditores feito pelo governador do Estado. Perdemos essa oportunidade. Agora, tínhamos que firmar aqui, já que respondemos diariamente pelas nossas atitudes, não custa desafiarmos o Tribunal de Contas, desafiar a sociedade, e de agora em diante fechar um pacto e nomearmos aqui nossos deputados estaduais, que já tantas vezes sofreram o crivo e a avaliação popular.

Os nossos competentes deputados que aqui trabalham nas comissões, que aqui atuam no debate público dos problemas dessa Casa, da informatização dela, em

cada uma das comissões de Educação, Finanças, e tantas outras, como estamos votando fundos, conselhos, gerando recursos, discutindo os impostos da sociedade, temos competência, capacidade e acima de tudo caráter e decência para sermos nomeados ao Tribunal de Contas. Que essa Assembléia assuma as rédeas do Tribunal de Contas e nomeamos deputados para serem conselheiros daquela Corte de Contas, sob pena de cair nessa demanda que estamos vendo aí, o Executivo mandando no Tribunal de Contas, as suas próprias contas sendo avalizadas por seus assessores, pela cozinha do próprio Palácio.

Isso é uma imoralidade no mínimo sem dizer da inconstitucionalidade e da ilegalidade.

Obrigado, senhor presidente.

#### O SR. PREIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Esta Presidência anuncia com satisfação o prefeito eleito em Tamarana, o senhor Paulo Mitio Nakaoka. Seja bem-vindo a nossa Casa.

#### O SR. CARLOS SIMÕES (Pela Ordem)

Só quero deixar registrado mais uma vez que esta lei, se não me engano, foi aprovada este ano ou no ano passado, na mudança da Constituição. Quero dizer que votei contra. Acho que fui o único.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PL.

**(Declina)**

PST.

**(Declina)**

PSL.

Com a palavra o deputado Geraldo Cartário.

#### O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, senhora deputada, senhores deputados.

Apenas para comunicar aos senhores deputados, que estamos apresentando um projeto de lei que gostaria que os interessados em apresentar alguma emenda, que fizessem amanhã diretamente na C.C.J., visto que o nosso projeto, se os senhores concordarem, vem beneficiar uma população que vai precisar emplacar o seu veículo já no final do ano e no começo do ano. Essa é a nossa preocupação. O nosso projeto é simples. Não é justo que um cidadão que tem um automóvel e que esse carro tem um custo aproximado de vinte mil reais, que ao emplacar esse carro apareça multa de cem mil reais, de cinquenta mil reais, ou de oitenta mil reais. Isso faz inclusive com que esse carro seja talvez até, entre num desmanche, ou que seja colocado para ser roubado para que não pague a multa, porque não há como alguém pagar uma multa de cem mil reais, ainda mais numa cidade como Curitiba, aqui na via rápida, quando você passa de 60,65, por hora você já está pagando multa.

E o pessoal do interior geralmente não sabe que existe ali uma arapuca, no caso para pegar aquele que anda a mais de 60 por hora.

Por isso que esse projeto determina, senhor presidente e senhores deputados, que ninguém poderá pagar mais que 20% do valor do automóvel. Ou seja, um automóvel de cem mil reais, pagaria vinte mil reais, por ano de multa, mas não oitenta ou cem mil reais.

Sei que esse projeto foi feito rapidamente. Peço a colaboração dos senhores deputados, para apresentar emendas - se assim desejarem - amanhã, diretamente na C.C.J., para podermos dizer que as multas do Paraná tem orientação mais profunda, preservando a segurança do povo, não, de enriquecer os cofres públicos, com multas totalmente absurdas, anormais e fora de qualquer contexto - uma multa nesse valor de cem, cento e cinquenta ou duzentos mil reais.

Era isso, senhor presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

PDT. PT. PMDB. PFL. PSD.

Com a palavra o deputado José Maria Ferreira.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

Senhor presidente, senhores deputados, paranaenses que, hoje nos acompanham nessa sessão, o prefeito eleito de Tamarana, o senhor Paulo Mitio Takaoka, que se faz presente aqui. Senhores e senhoras, discursaram os deputados Irineu Colombo, Beraldin, Geraldo Cartário, que têm interesse em ver a coisa em um encaminhamento.

Temos uma situação esdrúxula em relação aos Tribunais de Contas do País inteiro. E temos aqui em nosso Estado também. Mas grande parte dessa anomalia que hoje vivem os Tribunais de Contas dos Estados, em parte o problema está nesta Casa. Porque não é de hoje vir reclamar do Tribunal de Contas ou do governador. É nós que estabelecemos os critérios e a nós a esta Casa cabem a fiscalização e o acompanhamento. Quando deixamos de fazer o nosso papel, de atuar enquanto Poder, temos que choramingar relação de poder. Não precisamos, em nenhum momento, deputado Nereu Moura, choramingar relação de poder. Precisamos fazer o exercício do poder, como Assembléia Legislativa, como fiscalizador do Executivo. Precisamos atuar no mandamento constitucional, que nos determina.

Ora, estamos vendo o governo do estado indicando cidadão da comunidade, assessores e secretários seus, para julgar as suas contas. O primeiro conselheiro indicado neste governo, foi justamente o cunhado do governador, a quem, pessoalmente, não tenho nenhuma dificuldade. Mas é amoral um governo indicar, para apreciar as suas contas, o próprio cunhado, deputado Waldyr Pugliesi.

Hoje estamos observado que surruiu da indicação, por esta Casa, mais uma vaga para conselheiro do

Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Esta Casa tinha um candidato, esta Casa tinha na pessoa do deputado Basílio Zanusso, um candidato para que pudesse representar um dos sétimos, ou um dos quintos, desta Casa, junto ao Tribunal. Fomos preteridos e para lá foi o assessor direto do governador, a quem imputo um homem de rara competência, mas não foi a Casa, já se quedou, naquela oportunidade.

E agora, surrupia-se, senhor presidente, as vagas de auditor, e inclusive, fato transitado e julgado, através de uma DIM, a de 979-6, do dia 9 de setembro de 94. Desde o dia 09 de setembro de 94 isso é uma ilegalidade que o governador acabou de fazer, às escuras e na surdina, porque nem mesmo os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, alguns deles não tinham conhecimento que tinham sido nomeados e empossados os senhores Caio Soares e Jaime Lechinski. Por quê? Porque não se deu divulgação! E lá o que irão fazer estes dois senhores? Apreciar as contas do senhor governador, servir de instrumento técnico para poder subsidiar os nossos conselheiros, nas votações, nas aprovações e no julgamento das contas! Ora, não dá!

A esta Casa, senhor presidente, resta uma postura, a edição de um decreto legislativo tornando nulas as duas nomeações, porque aí não precisamos reclamar no Poder Judiciário, não precisamos e nem temos necessidade de reclamar do Executivo que ele surruiu duas vagas e que o Supremo Tribunal Federal já julgou como inconstitucionais os dois artigos. É isso que esta Casa precisa fazer! E aqui, senhor presidente, com a dureza da ação, mas ao cargo impõe o encargo, e Vossa Excelência, creio que se entender, como entende boa parte dos membros dessa Casa, que há um ato viciado, há um ato inconstitucional, a Mesa apresenta, porque se não apresentar, o Plenário apresenta, um projeto de decreto legislativo tornando nulas as duas nomeações. Porque aí esta Casa faz o seu papel, ela cumpre, porque não dá mais para aceitar! Foi, num momento o conselheiro, hoje vão os dois auditores e como disse o deputado Colombo, amanhã vai o conselheiro porque vai a lista tríplice, em janeiro será indicado um conselheiro entre os auditores. E aí, mais uma vez, a Casa passou batida e vamos reclamar o quê?

Ora, é um ato inconstitucional e como tal a Casa tem que se fazer presente, se manifestar através da edição de um decreto legislativo.

É por isso, senhor presidente, que não tem que culpar esta Casa, ela precisa só cumprir o seu papel! Espero que esta Casa cumpra seu papel tomando a iniciativa da edição de um decreto legislativo impedindo este desvirtuamento da lei, que isso possa ter um fim e tenhamos restabelecida, inclusive, a própria condição e dignidade da Assembléia Legislativa do nosso Estado.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

No Horário da Liderança da Oposição, com a palavra o deputado Orlando Pessuti.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Senhor presidente, senhores deputados. Inicialmente, quero cumprimentar os deputados, não só da Oposição, mas especialmente os deputados da Situação, os deputados da base do Governo, por estarem pensando neste momento da mesma forma em relação ao IPVA.

Chamo à reflexão os companheiros que infelizmente no ano passado, quando discutimos esse assunto, nós os companheiros deputados da Oposição, naquele momento discursamos, esperneamos, lutamos, mas não conseguimos segurar a vontade, a voracidade do governo do Estado em antecipar a cobrança do IPVA.

Não conseguimos naquela oportunidade segurar essa loucura que, no nosso entendimento, cometeu já no ano passado o governo do Estado, e naquela oportunidade, Vossas Excelências, os deputados que dão apoio ao governo, não somaram conosco naquilo que era desejo da maioria da população.

Vejo que hoje chegamos no ponto ideal, porque o Parlamento se engrandece quando é possível o entendimento das mais diferentes linhas de pensamento em busca de um equilíbrio, em busca do atendimento daquilo que a população reivindica.

Afinal de contas, o Parlamento Estadual é a voz maior, diria até que é a voz suprema dos anseios da população, e quando hoje ouvimos e quando na semana passada pudemos também ouvir e assistir manifestações de parlamentares ligados ao governo, dizendo que a proposta do governador de mais uma vez aumentar o IPVA, de mais uma vez diminuir o prazo de cobrança do IPVA, que não seria aceita, não só pelos deputados da Oposição, mas que não seria aceita neste momento, principalmente pelos deputados da base do Governo. Isso realmente engrandece este Parlamento, e tenho certeza que a partir de hoje à tarde e durante todo o dia de amanhã, quando teremos reuniões, possamos encontrar uma solução que possa atender a vontade nossa, dos oposicionistas, a vontade dos deputados governistas e acima de tudo das reivindicações e a vontade do povo que quer que o IPVA continue sendo pago com critérios que tradicionalmente era pago, com final de placa ou com um prazo maior, ou então com desconto que seja condizente.

Sei, deputado Chab, que aquele critério de final de placa que antes era adotado, onde a placa final 0 era paga em dezembro à vista ou parcelado, dezembro, janeiro, fevereiro, que este argumento não pode mais ser sustentado por esta Casa porque normativas federais, o Código de Trânsito Brasileiro, estipula que o pagamento, licenciamento dos veículos deva ser feito até o mês de outubro.

Mas nesse espaço de 1º de janeiro até 31 de outubro, podemos trabalhar e poderemos sim oferecer ao contribuinte uma alternativa de pagar o IPVA não com 12% de desconto, como pretende o governador, mas pagá-lo quem sabe no mês de janeiro, com 20% de desconto, que é o que pede o contribuinte, os transportadores de cargas do Estado do Paraná, que possamos pagá-lo não em três

parcelas como pretende o governador do Estado do Paraná, mas que possamos pagá-lo dividido em seis parcelas: fevereiro, março, abril, maio, junho e julho, dando ao contribuinte uma margem maior, um espaço maior para honrar seus compromissos, já que no mês de janeiro todos sabemos é o mês que se paga o “papagaio” que se fez em dezembro, para pagar o 13º, é o mês em que se paga o terço da férias, é o mês dos materiais didáticos, é o mês do alvará, é o mês do IPTU, é o mês das contribuições profissionais que todos nós, que somos profissionais liberais temos que cumprir

Então, que possamos dar ao contribuinte do IPVA, a oportunidade de pagar em janeiro com 20%, ou pagar em fevereiro com 15% ou pagar em fevereiro, março, abril, maio, junho e julho, parcelado em pelo menos seis vezes, ou que possamos estender isso para um pouco mais além, que possa ser pago, ao invés de seis, em sete, ou oito parcelas, evidentemente que se limitando isso a alguns critérios de valor, para que o valor de uma parcela não fique menor do que aqueles valores já estabelecidos em legislações anteriores.

Mas que façamos todos nós esse esforço, deputados de Oposição e de Governo, para que possamos chegar a um entendimento e atender a população que quer contribuir sim, como sempre fez, mas quer contribuir dentro de padrões que possa ela sustentar e realizar sem o sacrifício da sua família, das suas empresas, dos seus negócios.

Temos a presença, entre nós hoje, dos integrantes do Sindsaúde. Com referência a reivindicação que faz, temos que informar o seguinte: em reuniões acontecidas nos últimos 30 dias, com o APP Sindicato, com o Sindservidores, com os integrantes do Fórum Sindical, vamos dizer que tivemos a reivindicação que apresentássemos um emenda para o Orçamento que está sendo votado nesta semana e que vigorará no ano que vem, assegurando o espaço e a oportunidade para que o reajuste salarial, para que a correção dessas perdas havidas ao longo desses últimos anos, pudesse ser contemplada no próprio orçamento. Devo dizer que a proposta de emenda que foi elaborada em conjunto pela representação dos servidores, com assessoria da Liderança das Oposições, foi por nós e por outros parlamentares subscrita, encontra-se em poder da Comissão de Orçamento, presidida pelo deputado Cezar Silvestri, que tem como relator o deputado Durval Amaral.

Na sexta-feira estivemos conversando com a assessoria do deputado Durval Amaral e esperamos que nessa segunda, terça, quarta, quinta e sexta-feiras, quando vamos discutir as emendas, o Relatório da Comissão de Orçamento e discutir e votar o Orçamento para o ano que vem, que possamos ver aprovada esta proposta de emenda a ser incluída no Orçamento, que vamos votar, que contempla a possibilidade de o governo do Estado - respeitando a Lei de Responsabilidade Fiscal, respeitando a Lei Camata e outras legislações, conceder aos



servidores do Estado do Paraná o reajuste que eles buscam e que eles aguardam que seja concedido.

Portanto, o assunto já está a nível da Comissão de Orçamento e gostaríamos sim, que o relator deputado Durval Amaral a incluísse em seu relatório e, que posteriormente este Plenário aprovasse essa emenda, que é fruto de negociações intensas que tivemos com os sindicatos dos servidores de um modo geral, com a assessoria da Liderança das Oposições.

Era isso que tínhamos para hoje. Esta questão polêmica do Tribunal de Contas, dos auditores, a Bancada da Oposição vai discutir posteriormente, em uma reunião que estamos convocando. Temos uma série de argumentações a fazer com referência a isso, mas primeiro estamos buscando todos os documentos que são necessários a estas argumentações, e ouviremos em primeiro lugar todos os nossos companheiros de Bancada de Oposição, para depois, como líder da Oposição nos manifestarmos e, também, depois de uma reunião que tivermos com o deputado Algaci Tulio, deputado Cesar Seleme, deputado Elio Rusch e - se nessa Casa de volta tiver - deputado Baratter, para avaliarmos o trabalho que fizemos, enquanto Comissão Especial designada para a revisão da Constituição.

Porque algumas coisas que contam desse texto final hoje, utilizado pelo governador, não constam evidentemente das emendas e dos documentos que foram por nós assinados.

Constam efetivamente um substitutivo geral que foi elaborado e que veio à deliberação do Plenário. Cabe a nós agora, analisarmos em que condições este substitutivo foi feito, foi aprovado. Mas que foi aprovado por esse Plenário nenhuma dúvida temos.

Se cometemos alguma falha por ocasião da discussão, da elaboração desse substitutivo, da aprovação do Plenário, da promulgação pelo presidente, pelo 1º secretário e 2º secretário, entendo que se alguma falha cometemos ao restabelecer no texto constitucional do Estado do Paraná, uma inconstitucionalidade já declarada pelo Supremo Tribunal Federal, se esta falha cometemos, o governador não poderia cometer a falha de indicar auditores do Tribunal quando uma Ação Direta de Inconstitucionalidade já declarava que isso não era permitido. Pode ser que cometemos um erro, que pode por nós ser corrigido, mas também o nosso erro não dava ao governador, o direito e a condição de ele também cometer o erro e praticar uma inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança do Governo.

(Declina)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente, devidamente apoiada. **Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos, para conhecimento dos senhores deputados.**

Projetos de lei em nº de 04 (quatro) de autoria do senhor deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria dos senhores deputados Luiz Carlos Zuk, Ademir Bier e Waldyr Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria dos senhores deputados Caíto Quintana e Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

### ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 097/2000, de autoria do Poder Executivo que visa instituir a Coordenadoria Estadual para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.D.H E C.S.P.. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 340/2000, de autoria do deputado Hermas Brandão, que obriga o concursado a cargo público a apresentar sua declaração de renda. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DE PLENÁRIO, PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 340/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, que obriga o concursado a cargo público a apresentar sua declaração de renda.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável as emendas de plenário.

Sala das Comissões, em 04.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
NEREU MOURA - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, Plauto Miró Guimarães, Algaci Tulio, Antonio Carlos Belinati, Moysés Leônidas, Orlando Pessuti, Durval Amaral, Pastor Edson Praczyk.

### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 375/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que institui a Região Metropolitana de Paranaíba e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 404/2000, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que cria o Fundo Estadual de Conservação Rodoviária - Funcor. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 04 (quatro), de autoria dos senhores deputados Irineu Colombo e Hermes Fonseca, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 404/2000

Emenda aditiva: acrescenta-se um novo capítulo de número II, renumerando-se os demais artigos e capítulos:

#### Capítulo II

Art. 9º - As Usinas e Álcool e Açúcar, contribuirão para o Funcor, com equivalente a 20% (vinte por cento) do Fator de Conversão e Atualização Monetária (FCA), por toneladas de cana-de-açúcar transportada para a construção, manutenção, recuperação e o melhoramento de rodovias estaduais.

Art. 10 - O pagamento da contribuição a que se refere o artigo anterior deve ser realizado em Agências Fazendárias ou Postos Fiscais, no ato de saída do produto das áreas de plantio.

Art. 11 - As concessionárias que exploram as rodovias no Estado do Paraná, através da cobrança de pedágio, contribuirão com 1,2% (um vírgula dois por cento) de sua receita bruta mensal.

Sala das Sessões, em 11.12.2000.

(aa) IRINEU COLOMBO  
HERMES FONSECA

Apoioamento:

Edson Strapasson, Luiz Carlos Zuk, Ademir Bier, Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Moysés Leônidas.

JUSTIFICATIVA:

A referida taxação se faz necessária pelo fator de o transporte da cana-de-açúcar até à usina para a produção do álcool ou açúcar, danifica imensamente as rodovias do Estado do Paraná, uma vez que transportam com muita frequência altas toneladas em veículos lentos.

De igual forma se faz necessário que as concessionárias contribuam com o Funcor, uma vez que as receitas auferidas por estas tem por finalidade melhorar as condições de tráfego das estradas paranaense, sendo pois medida de justiça a destinação de pequena parcela deste faturamento para ser investido na recuperação dos demais trechos.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02

Emenda aditiva: acrescenta-se um novo artigo onde couber, com a seguinte redação:

Art.... - A aplicação dos recursos do Funcor em destinação diversa da finalidade prevista nesta lei, implica em crime de responsabilidade.

Sala das Sessões, em 11.12.2000.

(aa) IRINEU COLOMBO  
HERMES FONSECA

Apoioamento:

Edson Strapasson, Luiz Carlos Zuk, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi, Ademir Bier.

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda se justifica para que sejam punidos os responsáveis por eventuais desvios de finalidade na aplicação dos recursos do Funcor.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 03

Emenda modificativa: altera o artigo 2º, inciso XI, ficando com a seguinte redação:

Art. 2º - ...

I - ...

XI - Representantes dos usuários das rodovias indicados pela Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor, ou seu sucedâneo.

Sala das Sessões, em 11.12.2000.

(aa) IRINEU COLOMBO  
HERMES FONSECA

Apoioamento:

Edson Strapasson, Luiz Carlos Zuk, Waldyr Pugliesi, Orlando Pessuti, Ademir Bier.

#### JUSTIFICATIVA:

Referida emenda visa apenas adequar o texto do projeto de lei em tela com a nova estrutura administrativa do Estado, uma vez que não existe mais a Secretaria Especial de Proteção e Defesa do Consumidor, cujas atribuições estão a cargo da Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor.

#### EMENDA ADITIVA DE PLÊNÁRIO, DE Nº 04

Emenda aditiva: acrescenta novo inciso ao artigo 2º, com a seguinte redação:

XI - Representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep).

Sala das Sessões, em 11.12.2000.

(aa) IRINEU COLOMBO  
HERMES FONSECA

#### Apoioamento:

Edson Strapasson, Luiz Carlos Zuk, Waldyr Pugliesi, Orlando Pessuti, Ademir Bier.

#### JUSTIFICATIVA:

A referida emenda visa incluir no Conselho do Funcor, representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep), assegurando uma participação mais ampla da sociedade na gestão do fundo.

#### O SR. EDSON STRAPASSON (Pela Ordem)

Na sessão de quinta-feira solicitamos que esse projeto, juntamente com o Projeto nº 405/2000 tramitassem, antes de entrar em segunda votação, na Comissão de Obras e voltou à pauta de hoje.

Sabemos que tem emenda. Voltará à C.C.J. e estamos ratificando a solicitação que, após tramitar na C.C.J., passe pela Comissão de Obras (tanto o 404 como o 405).

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Seguramente.

**O projeto retorna à C.C.J.**

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do projeto de Lei nº 405/2000, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que dispõe sobre a retenção de valores sobre a comercialização de combustíveis no Estado e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.

Sobre o referido projeto, emenda de Plenário, em nº de 03, de autoria de diversos senhores deputados, devidamente apoiados.

Ainda, Sub-Emenda Modificativa de Plenário, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, nos seguintes termos:

#### EMENDA ADITIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 405/2000

O Artigo 3º do Projeto de Lei nº 405/2000, que dispõe sobre a retenção de valores sobre a comercialização de combustíveis no Estado, será acrescido dos incisos III e IV, com a seguinte redação:

III - A conservação das rodovias integrantes do Programa Caminhos da Educação e do Saber.

IV - A conservação e adequação de rodovias municipais em convênios celebrados com o Estado.

Sala das Sessões, em 11.12.2000.

(a) ADEMIR BIER

#### Apoioamento:

José Maria Ferreira, Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Orlando Pessuti.

#### JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa contemplar através da destinação de parte dos recursos previstos no Projeto de Lei em questão, todos os municípios do Estado que tem estradas no Programa Caminhos da Educação e do Saber, uma vez que os mesmos são responsáveis pela manutenção dessas estradas, e na maioria dos casos não dispõem de recursos financeiros para arcar com tais responsabilidade, bem como outros programas semelhantes assinados entre o Estado e Município anteriormente a data da publicação desta lei.

#### EMENDA ADITIVA DE PLÊNÁRIO, DE Nº 02

Inclua-se no Artigo 1º do projeto de Lei nº 405/2000, que dispõe sobre a retenção de valores sobre a comercialização de combustíveis no Estado, o parágrafo 3º com a seguinte redação.

§ 3º - Os valores retidos não incidirão na parcela de 25% do ICMS destinados aos municípios.

Sala das Sessões, em 11.12.2000.

(a) ADEMIR BIER

#### Apoioamento:

José Maria Ferreira, Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Orlando Pessuti.

#### JUSTIFICATIVA:

A emenda ora proposta objetiva assegurar aos municípios o recebimento integral dos valores referentes aos 25% do ICMS que lhes é garantido na forma do inciso 4º de artigo 158 da Constituição Federal, uma vez que a manutenção da infra-estrutura de que trata o presente projeto de lei é de competência exclusiva do Estado.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO, DE Nº 03

O Artigo 1º do projeto de lei supracitado passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 1º - As empresas que atuam como contribuintes substitutos na retenção e no pagamento do ICMS devido ao Estado, relativamente aos produtos combustíveis derivados de petróleo, devem reter 0,6% do valor

do litro da gasolina e 0,6% do valor do litro de óleo diesel então vendidos, dados aos retidos a destinação disciplinada no § 2º.

Sala das Sessões, em 11.12.2000.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

Apoioamento:

Luiz Carlos Martins, Edno Guimarães, Geraldo Cartário, Chico Noroeste, Cesar Seleme.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
SUB-EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO  
AO PROJETO DE LEI Nº 405/2000

Fica alterado caput do art. 1º do Projeto de Lei nº 405/2000, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - As empresas que atuam como contribuintes substitutos na retenção e no pagamento do ICM, devido ao Estado, relativamente aos produtos combustíveis derivados de petróleo, devem reter dos valores destinados ao pagamento do ICMS, 1 (um) centavo de real para cada litro de gasolina e 2 (dois) centavos de real para cada litro de óleo diesel então vendidos.

Sala das Comissões, em 11.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Apoioamento:

Geraldo Cartário.

**O projeto retorna à C.C.J.**

**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 081/2000, de autoria do deputado Péricles de Mello e outros, que autoriza o Poder Executivo a instituir, no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura, o Conselho de Turismo e Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural da Região dos Campos Gerais. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.T. PARECER CONTRÁRIO DA C.E.C.E. (Publ. no D.A. nº 019, de 21.03.2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 081/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Péricles de Mello e outros, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a instituir no âmbito da Secretaria do Estado da Cultura, o Conselho de Turismo e Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural da Região dos Campos Gerais.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 28.03.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

COMISSÃO DE TURISMO  
PROJETO DE LEI Nº 081/2000

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela, de autoria do deputado Péricles de Holleben Mello, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a instituir no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura, o Conselho de Turismo e Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural da Região dos Campos Gerais.

Chamada esta Comissão se manifestar, conforme atribuição conferida pelo § 13, do artigo 33, do Regimento Interno desta Casa, nos posicionamos favoravelmente a aprovação da matéria, não constatando nenhum óbice para sua normal tramitação nesta Casa.

É o parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 06.12.2000.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente

CESAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 081/2000

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre deputado Beto Richa, autoriza o governo do Estado a instituir no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura, o Conselho de Turismo e Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural da Região dos Campos Gerais.

Chamada esta comissão a se manifestar verificamos que o zelo pelo patrimônio histórico, artístico e natural do Estado, conforme Lei nº1211/53, é atribuição da Coordenadoria do Patrimônio Histórico da Cultura.

Desta forma, a criação de um novo Conselho, no âmbito do Poder Estadual com atribuições de gerenciamento de ações, inclusive que se superpõe à função da Coordenadoria do Patrimônio Cultural e do Conselho Estadual do Patrimônio, levará à um conflito de atribuições, além de uma ação de parcialidade regionalizada.

Diante do exposto, somos de Parecer Contrário ao presente projeto de lei, mas entendendo a louvável intenção do legislador da proposição, sugerimos que o mesmo seja enviado ao Chefe do Poder Executivo à título de sugestão para criação de um Fundo de Preservação e Conservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural no Estado.

Sala das Comissões, em 06.11.2000.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Nelson Justus, constante do expediente, solicitando o adiamento da discussão e votação por 10 (dez) sessões. **Retirado pelo autor.**

O SR. PÉRICLES MELLO (**Pela Ordem**)

Quem faz o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vou pedir a Vossa Excelência para que possamos discutir esse projeto para colocá-lo novamente na sessão de amanhã.

Na realidade este projeto - pelo fato de já ter adiado a sua discussão por dez sessões e trata-se de uma matéria similar ao Projeto nº 273 também de iniciativa de Vossa Excelência que já foi rejeitado em 23 de fevereiro - deveria voltar somente no ano que vem.

O SR. PÉRICLES MELLO (**Pela Ordem**)

Conseguimos vinte e oito assinaturas.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Por essa razão é que eu vou...

O SR. PÉRICLES MELLO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, poderia esclarecer algumas coisas? Eu não estava presente na sessão que foi rejeitado. Logo depois, pegamos vinte e oito assinaturas dos senhores deputados para poder votar nesta Sessão.

Tive uma audiência com o governador, junto com o deputado Plauto e solicitei estudos. Conversei com o líder do Governo e trata-se de um projeto autorizatório e eu, a partir de 1º de janeiro, não estarei mais aqui nesta Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Péricles, vou abrir uma exceção e vou colocar em votação já este projeto.

Há um Parecer Favorável da CCJ.

Parecer Favorável da Comissão de Turismo.

Parecer contrário da Comissão de Educação.

Como há um Parecer Contrário da Comissão, vamos fazer a votação de maneira inversa.

Os deputados que aprovam, queiram levantar-se.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

O Parecer contrário é de minha autoria, na Comissão de Educação, apenas por um item que não vá prejudicar a boa intenção do projeto do deputado Péricles.

Ele pede um Conselho de Turismo e Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural da Região dos Campos Gerais. E, atendendo orientação da Secretaria da Cultura, estava tirando “da Região dos Campos Gerais” e colocando “Natural, Artístico do Estado”. Mas como é uma questão que interessa realmente a Região dos Campos Gerais, não vejo razão para que o meu parecer contrário vá impedir que possamos criar o Conselho Cultural, Artístico de Preservação da região dos Campos Gerais.

Em homenagem ao nosso deputado eleito prefeito, deputado Péricles, apelo aos parlamentares que votem favoráveis ao seu projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

Os deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

**Aprovado.**

## ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 392/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem 028/2000, que objetiva modificar dispositivos da Lei nº 11.580 de 14 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J.. E C.F.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 165, de 22.11.2000 - Mensagem).**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 392/2000

### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, que objetiva modificar dispositivos da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 04.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DURVAL AMARAL - Relator

## COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 392/2000

### P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo, oriundo da mensagem governamental n 28/2000, tem por objetivo modificar dispositivos da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996 (ICMS).

Sobre tal propositura observamos existir o pronunciamento Favorável, da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de acordo com o artigo 33, § 3º do Regimento Interno, observamos que nada mais encontramos que possa obstaculizar a normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Sendo assim, o nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 399/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem 030/2000, que altera a redação da Lei nº 11.280 de 26 de dezembro de 1995 (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA). PARECERES DA C.C.J. E C.F.. (**Publ. no D.A. nº 168, de 27.11.2000 - Mens.**).

PROJETO DE LEI Nº 399/2000  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Ficam introduzidas na Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, as seguintes alterações:

Alteração 1ª - O § 5º do artigo 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 5º - Os veículos com mais de vinte anos de fabricação ou aqueles cujo valor do imposto resultar em montante inferior ao equivalente a 49 Fatores de Conversão e Atualização Monetária - FCA, terão como carga tributária esse valor, tomando-se por referência o FCA do mês do vencimento do imposto, excetuado o disposto no § 8º.

Alteração 2ª - O inciso I, o § 2º e o § 3º do artigo 11, passam a vigorar com a seguinte redação:

“I - no mês de fevereiro de 2001, nas datas fixadas em Instrução da Secretaria de Estado da Fazenda.

§ 2º - O pagamento do imposto de que trata o inciso I poderá ser feito em até 3 (três) parcelas iguais, mensais e consecutivas, sendo que a primeira no mês de fevereiro e a última no mês de abril, de acordo com o calendário previsto em Instrução da Secretaria de Estado da Fazenda.

§ 3º - Para o pagamento do imposto, em parcela única, será concedida redução de 12% (doze por cento) do valor devido, para pagamento até o último dia útil do mês de janeiro”.

Alteração 3ª - O artigo 19, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19 - Os créditos tributários de exercícios anteriores, decorrentes de IPVA, atualização monetária e multa, serão atualizados até 31 de dezembro de 2000, convertidos em FCA e, reconvertidos em moeda corrente, pelo valor do FCA da data do pagamento”.

Alteração 4ª - Fica remunerado o atual artigo 22 da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, para artigo 23, passando o artigo 22 a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22 - O crédito tributário relativo ao IPVA, lançado de conformidade com a Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, não pago na forma e prazo previstos na legislação, será inscrito em dívida ativa, observando-se, no que couber, o disposto na Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996”.

Art. 2º - Ficam aprovadas, nos termos do inciso IV, do artigo 3º da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro

de 1995, as tabelas do valor venal do veículos e do IPVA, calculado em quantidade de FCA, que constituem os Anexos I e II desta Lei e vigorarão no ano de 2001.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2001, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.2000.

(a) PODER EXECUTIVO

**Observação:**

As tabelas referentes aos valores do IPVA/2001 serão publicadas no final desta Ata.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 399/2000

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, que altera a redação da Lei nº 11.280 de 26 de dezembro de 1995 (imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA).

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 05.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 399/2000

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 030/2000, objetivo alterar a redação dos dispositivos que especifica, da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, lei essa pertinente ao Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

Podemos observar a existência de Parecer Favorável da doughta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta comissão, de acordo com o que preceitua o art. 33, § 3º do Regimento Interno desta Casa, não encontrou nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação.

Sendo assim, esta comissão opina favoravelmente ao presente plano de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**Aprovado.**

**O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)**

Embora estejamos discutindo a constitucionalidade da matéria, conversando com os deputados que integram a Bancada da Oposição, foi deliberado que votaríamos contrários.

Então peço que vossa Excelência registre o voto contrário dos deputados da Oposição presentes.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Os deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado, com os votos contrários da Bancada Opositorista.

**ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 400/2000, de autoria do deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública o Centro Profissionalizante, com sede e foro em Foz do Iguaçu. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado (Publ. no D.A. nº 168, de 27.11.2000).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 400/2000**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Basílio Zanusso, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o CEDRAP - Centro Desportivo, Recreativo, Assistencial e Profissionalizante, com sede e foro município de Foz do Iguaçu.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 06.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 412/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 032/2000, que dispõe sobre ajuste no programa de obras do Departamento de Estradas de Rodagem - DER., vinculado à Secretaria de Estado dos Transportes, visando o recapeamento asfáltico do trecho Dois Vizinhos ao distrito de Foz do Chopin, no município de Cruzeiro do Iguaçu. **PARECERES DA C.C.J. e C.F.. Aprovado (Publ. no D.A. nº 175, de 04.12.2000 - Mens.).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 412/2000  
OBJETO DA MENSAGEM Nº 032/2000**

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 412/2000, objeto da Mensagem nº 032/2000, do Excelentíssimo senhor governador do Estado, que dispõe sobre ajuste no Programa de Obras do

Departamento de Estradas de Rodagem - DER, vinculado à Secretaria dos Transportes, visando o recapeamento asfáltico do trecho Dois Vizinhos ao Distrito de Foz do Chopin, no município de Cruzeiro do Iguaçu.

O valor do ajuste é de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). A obra reduzida foi a construção de ligação Mangueirinha - Reserva do Iguaçu.

Sob os aspectos constitucionais, legais e regimentais, emitimos Parecer Favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 412/2000, objeto da Mensagem nº 032/2000 do Excelentíssimo senhor governador do Estado.

Sala das Comissões, em 05.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 412/2000**

**P A R E C E R :**

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem nº 032/2000, tem por objetivo aprovar um ajuste no Programa de Obras, constante do anexo V, da Lei Estadual nº 12.825, de 28 de dezembro de 1999, no valor de R\$1.000.000,00.

Sobre tal propositura observamos existir o pronunciamento favorável, da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta comissão de acordo com o art. 33, § 3º do Regimento Interno, observamos que nada encontramos que possa obstaculizar a normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Sendo assim, o nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente  
BETO RICHIA - Relator

Esta Presidência recebe uma cópia e acredito que muitos dos senhores deputados também, mas recebo uma cópia do regimento Interno, do novo Regimento Interno da Assembléia. Este Regimento Interno, cumprindo dispositivo regimental, na Sessão Extraordinária de amanhã, será apenas discutido e passa a palavra ao deputado Caíto Quintana, para que esclareça alguma coisa aos deputados.

**O SR. CAÍTO QUINTANA**

Apenas gostaria de dizer a Vossa Excelência e aos demais parlamentares que estaremos distribuindo, imediatamente, a cada Parlamentar, uma cópia deste Regimento Interno e que todas as alterações que foram sugeridas estão em vermelho. E a sugestão é que se faça uma Sessão Extraordinária para amanhã, não para a votação de nada, uma sessão para dirimir dúvidas, para discussões, para contestações e para tomar conhecimento das sugestões que estão sendo apresentadas.

É apenas para poder discutir essa questão, artigo por artigo, para podermos ter conhecimento das sugestões elaboradas.

**O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)**

Gostaria de apelar a Vossa Excelência e ao deputado Caíto, que não votássemos o Regimento Interno no afogadilho. Temos apenas três dias de sessões e não tivemos o tempo suficiente e não temos nenhuma cópia ainda do Regimento Interno para estudarmos as questões. Então requeiro - se possível - adiarmos essa votação para fevereiro, quando voltarmos, e entregassem aos senhores deputados uma cópia desse Regimento, termos o período de férias, faremos um estudo para apresentarmos sugestões.

Esse é um pedido que faço em meu nome e alguns parlamentares me fizeram esse pedido e faço a Vossa Excelência.

**O SR. CAÍTO QUINTANA**

Senhor presidente, apenas para colocar, não ponho objeção nenhuma e nem poderia fazê-lo à colocação do deputado Valdir Rossoni. Apenas gostaria que Vossa Excelência mantivesse, se possível, a Sessão Extraordinária de amanhã. Porque nessa sessão não se votará nada.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

A sessão está mantida.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Vossa Excelência tem autoridade de manter a sessão. Mas nada melhor do que você ter tempo suficiente para fazer a leitura do Regimento e depois discutir item por item. Porque apresentar hoje o Regimento e discutirmos amanhã, certamente não teremos o conhecimento aprofundado dessa questão. Mas se Vossa Excelência tomou essa decisão...

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Nós só iremos discutir. Em que pese, duvido que alguém leia o Regimento durante as férias. Desculpem a franqueza!

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Quero dizer a Vossa Excelência que não cabe essa colocação a mim e aos parlamentares. Tenho certeza que a grande maioria dos parlamentares fará a leitura.

**O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, entendo o seguinte: temos que ter um esclarecimento mais detalhado a respeito do Regimento.

Vossa Excelência disse que amanhã teremos uma sessão em que este projeto - porque é um projeto de resolução - será discutido pela primeira vez. Imagino que se formos adotar nessa questão da reforma do

Regimento o mesmo critério que foi adotado há questão de duas semanas atrás, quando modificávamos o Regimento, então, teremos duas sessões para discutir. E a partir dessas duas discussões já poderemos colocá-lo para a votação em Plenário. Então, imagino que seja isso.

O deputado Caíto quando fez o encaminhamento, disse que o Regimento seria apresentado amanhã e que o projeto iria para as Comissões. Então, já temos dois caminhos que vão para ser seguidos.

E, pessoalmente estou convencido, senhor presidente, que depois do ocorrido com o Artigo 87, inciso 17 - que suscitou a nomeação, por parte do governador, de dois auditores sem ouvir a Assembléia Legislativa - que muitos aqui haverão de ler as propostas de alterações do Regimento.

Então, eu, pessoalmente, gostaria de solicitar a Vossa Excelência e ao deputado Caíto, que pudéssemos sim, na sessão de amanhã, apresentarmos esse regimento e que a discussão dele, efetivamente, que a discussão...

Amanhã poderíamos fazer a apresentação desse projeto, deputado, vir a Plenário, apresentar, mas que ele não fosse incluído na Ordem do Dia para ser discutido em sua 1ª discussão, em 2ª Discussão, para evitarmos, vamos dizer que na terça e quarta-feira, ele seja discutido e na quinta-feira, já possa ter a 1ª votação, porque daí o Regimento estará sendo obedecido.

Mas, que fique amanhã para apresentação e que a discussão seja para depois da instalação da Sessão Legislativa, no ano que vem. É o caso também que conversei ainda há pouco com o deputado Caíto Quintana, e foi que o deputado Zuk já protocolou na mesa, não sei se mantém protocolado na Mesa, um projeto de resolução que altera o artigo 3º do Regimento, relativo aos trabalhos da Revisão Constitucional porque o artigo 3º eu discutia com o deputado Caíto e ele já me disse como vai acontecer, e ele diz o seguinte: que a sessão seguinte à publicação dessas normas, terá início a discussão preliminar da matéria, que é a Revisão Constitucional.

Essas normas foram publicadas no dia 29 de novembro. então, no dia 30 de novembro começou a contar o prazo de 30 dias para que possamos apresentar emendas à Reforma da Constituição, isso vencerá no dia 30 de dezembro.

O deputado Caíto Quintana disse-me que será no dia 15, agora, quando encerrar os trabalhos paralisado este prazo para que apresentemos emendas e retomado a partir de 16 de fevereiro.

Então foi essa a razão pela qual não apresentei o projeto de resolução que eu tinha em mente, de prorrogar esse prazo também e que essa data fosse contada a partir também do início da 3ª Sessão Legislativa da 14ª Legislatura.

Mas, no caso do Regimento, se amanhã já temos uma reunião para discutir a proposta de Regimento e se



na quarta-feira tivermos a outra discussão, na quinta ele já poderá ser incluído.

E aí confesso a Vossa Excelência que tenho a certeza de que a maioria, evidentemente, não terá lido o texto e iremos, evidentemente deliberar às cegas.

Por essa razão, sugiro, em consonância ao que disse o líder do Governo, deputado Valdir Rossoni, que amanhã na Sessão Extraordinária fique reservado para que o deputado Caíto Quintana, que é quem cuida desse assunto possa fazer a apresentação da proposta e que ela seja incluída para a sua 1ª discussão no dia 16 de fevereiro, dando tempo para que possamos discutir o assunto.

Ou, então, se for do interesse do governo ou desta Casa, que possamos convocar a Assembléia Legislativa, extraordinariamente, e daí nesse período discutirmos a revisão do Regimento.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente, está mantida amanhã a discussão, aliás, não foi essa a sugestão se não outra. A sugestão foi que discutíssemos o Regimento Interno amanhã, apenas o discutíssemos e não votássemos.

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2411 a 2413, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente de sessão anterior. **Retirados pelo autor.**

Requerimento nº 2450, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2451, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2452, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2453, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2455, de autoria do senhor deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2456, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2457, de autoria do senhora deputada Serafina Carrilho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2458, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2459, 2460 a 2462, 2475-A e 2475-B, de autoria do senhor deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2466, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2467, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2468, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

#### O SR. EDSON PRACZYK (Pela Ordem)

Em primeiro lugar, peço à Vossa Excelência permissão de me dirigir ao senhor sentado, porque não estou me sentindo bem.

A questão de Ordem é com relação a um requerimento que fizemos e que aprovado no dia 02 do mês de dezembro e ainda não obtive resposta.

É um pedido de informações à Secretaria da Administração. Gostaria que Vossa Excelência tomasse providências. Foi um pedido de informações ao doutor Ricardo Augusto.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Foi um pedido de informações que Vossa Excelência apresentou ao secretário da Administração no dia 02 de dezembro?

#### O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (Pela Ordem)

Sim, já expirou o prazo.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não, deputado, o secretário tem trinta dias para responder o requerimento. Está dentro do prazo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 340/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 009/99, 081,392, 399, 400, 404, 405 e 412/2000.

Levanta-se a sessão.

#### Atas de Comissões:

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se extraordinariamente, a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor

presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, quando o presidente avocou e relatou o Projeto de Lei nº 100/2000, e o deputado Luiz Carlos Zuk apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 161/2000, 174/2000 e 229/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Hermes Fonseca apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 273/2000 e 324/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 55ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Luiz Carlos Zuk apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 094/99, 012/2000, 037/2000 e 124 e 035, 290/20000, 329/2000 e 330/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 56ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Antonio Baratter, apresentou redação final ao seguinte Projeto de Lei nº 289/2000, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 57ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de novembro do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Luiz Carlos Zuk apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 053/2000, 186/2000, 326/2000, 328/2000 e 337/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 58ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Carlos Simões apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 086/2000, 177/2000, 345/2000, 363/2000, 369/2000, 371/2000 e 437/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada

mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA

#### ATA DA 59ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o presidente avocou e relatou o seguinte Projeto de Lei nº 303/98, que foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA

#### ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Plauto Miró apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 226/2000, 322/2000, 344/2000, 380/2000 e 385/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

#### 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA

#### ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil, às 10h, reuniram-se na Biblioteca Deputado Vidal Vanhoni, os nobres pares desta Comissão, em caráter ordinário, presidida pelo senhor deputado Edson Strapasson; na companhia dos senhores membros da Comissão; deputado Luiz Carlos Zuk, deputado Divanir Braz Palma, deputado Duílio Genari e contando com a participação dos convidados: senhor Manoel Messias D'Almeida, representante da Compagás, senhora Tereza Torres, representante do IPPUC, engenheiro Mario Baumle, representante do Sinduscon e douto Wagner Luiz do Nascimento, do IML, que devido a um imprevisto não pôde comparecer. O senhor presidente menciona todos os nomes presentes, dando continuidade ao tema proposto em reunião realizada anteriormente, e inicia a conversação solicitando primeiramente que a senhora Tereza se manifeste, pois o IPPUC deve expor as normas, na exigência e até no fornecimento do "habite-se" das obras, já que grande parte destas, tem problemas de adaptação ou seja de instalação de aquecedores a gás, em locais apropriados. A representante faz seus apontamentos, conforme notas taquigráficas. E assim cada um se manifesta de acordo com o solicitação do Presidente. (Notas taquigráficas). Para concluir, o deputado Strapasson, presidente, faz menção que: "A idéia dessa reunião foi trazer os senhores, para que pudéssemos fazer uma lei que no mínimo vai atribuir responsabilidades, normas já temos de sobra", diz também que pretende marcar uma próxima reunião objetivando fazer uma coletânea de todos os dados obtidos, sugestões enviadas, para que posteriormente a Assembléia monte um roteiro, definindo esta questão responsabilizando os órgãos competentes. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente, encerrou os trabalhos, dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim Sandra Zampier, secretária da Comissão.

(aa) EDSOS SPTRAPASSON - Presidente

Sandra Zampier - Secretária

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA

#### ATA DA 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Luiz Carlos Zuk apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 088/2000, 218/2000, 248/2000, 296/2000 e 384/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após

lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA

ATA DA 62ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Luiz Carlos Zuk apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 188/2000, 246/2000, 249/2000, 259/2000, 278/2000, 334/2000, 368/2000 e 374/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA

ATA DA 63ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Luiz Carlos Zuk apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 155/99, 047/2000, 119/2000, 120/2000, 173/2000, 193/2000, 282/2000, 307/2000 e 362/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária